BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA
SAUL ESTEVAM FERNANDES

Capítulos de História do RIO GRANDE DO NORTE

BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA
SAUL ESTEVAM FERNANDES

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Natal, 2020

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DO

RIO GRANDE DO NORTE

APRESENTAÇÃO

É notório o crescimento atual dos estudos históricos que tomam o Rio Grande do Norte como objeto de reflexão. O fenômeno da pós-graduação no Brasil e o surgimento das bases de pesquisas no âmbito dos departamentos de História do estado contribuíram significativamente para o aumento do número de teses, dissertações, monografias, artigos e ensaios sobre a História do Rio Grande do Norte. Todavia, uma grande parte dessa produção acadêmica tem ficado isolada nas prateleiras das universidades, sem chegar ao conhecimento do grande público. Infelizmente, textos acadêmicos extremamente importantes para o saber histórico sobre o Rio Grande do Norte são conhecidos apenas pelos "especialistas" da área. É imperioso, portanto, tornar público o que se tem produzido aqui e "lá fora" sobre a História do estado. É com esse intuito que reunimos os textos que fazem parte da presente coletânea.

A riqueza da obra está em sua diversidade. Os historiadores participantes da coletânea pertencem a tradições historiográficas distintas, além de possuírem diferentes interesses na pesquisa histórica sobre o Rio Grande do Norte. Ao longo da coletânea, verificam-se várias dimensões do campo histórico, tais como: História política, História social, História intelectual, História cultural etc. Percebe-se também uma gama de sujeitos históricos que aparecem nos textos dos historiadores da coletânea. São políticos, intelectuais, religiosos, fotógrafos, recém-nascidos, índios, dentre outros, que povoam as narrativas dos capítulos aqui reunidos. A diversidade da coletânea reside também na análise de diferentes tipologias de fontes que vão desde fotografias aos ditos "documentos oficiais".

Por fim, é imperioso destacar a diversidade em relação aos recortes temporais trabalhados pelos estudiosos. Nas páginas da coletânea, o leitor vai do passado remoto ao passado recente do Rio Grande do Norte.

Em síntese, a presente obra reúne o que há de mais atual na produção historiográfica norte-rio-grandense.

Os organizadores

SUMÁRIO

FOTOGRAFIAS E FOTÓGRAFOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA POTIGUAR[1]

Anna Gabriella de Souza Cordeiro[2]

Maria Inês Sucupira Stamatto[3]

As imagens que outrora circulavam através da pintura, da escultura, dos vitrais, dentre outras formas de técnica e produção, com o advento da Revolução Industrial ganham mais um formato: a fotografia. A origem léxica da palavra fotografia provém do grego "fós", que significa "luz", e "grafis" ou "grafê" que significa "estilo" ou "pincel", então a união destes termos significa desenhar com luz e contraste. Em suma, a fotografia consiste em uma técnica de criação de imagens através da exposição luminosa que é fixada em uma superfície sensível.

A fotografia reconhecida como mais antiga do mundo remonta ao ano de 1826 e sua produção é conferida ao francês

1 O presente texto refere-se ao desenvolvimento do tópico *5.2. A fotografia no Rio Grande do Norte*, da tese de doutorado intitulada: *A atuação do Estado na construção do imaginário da cultura escolar potiguar durante a Primeira República* de autoria de Anna Gabriella Souza Cordeiro sob orientação da professora Maria Inês Sucupira Stammatto.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é Professora Substituta do Departamento de Fundamentos e Práticas da Educação, Centro de Educação/ UFRN.

3 Doutora em História pela Sorbonne. Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Educação.

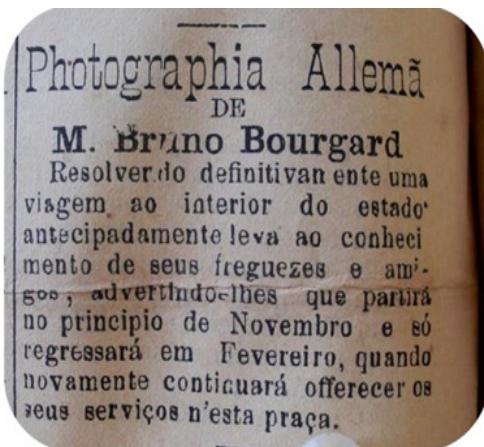
Joseph Nicéphore Niépce. Entretanto, a invenção da fotografia não é atribuída a um único autor, pois ela emerge de um processo mais complexo de acúmulo de conhecimento e avanços tecnológicos vivenciados no decurso da Revolução Industrial. Nas palavras do historiador e fotógrafo Boris Kossoy: "A nova invenção veio para ficar. Seu consumo crescente e ininterrupto ensejou o gradativo aperfeiçoamento da técnica fotográfica" (KOSSOY, 2014, p. 29).

O aperfeiçoamento da técnica aos poucos popularizou o consumo da fotografia e sua inserção no âmbito imagético/cultural da sociedade. No Rio Grande do Norte, os primeiros registros fotográficos de que se tem notícia datam do início do século XX. Conforme afirmou Jean-Claude Schimtt (2007), a totalidade das imagens possui uma razão de ser, toda imagem comunica alguma coisa sobre as intenções e o momento histórico que a produziu. Este tipo de artefato está carregado de

> "valores simbólicos, cumprem funções religiosas, políticas ou ideológicas, prestam-se a usos pedagógicos, litúrgicos e mesmo mágicos. Isso quer dizer que participam plenamente do funcionamento e da reprodução das sociedades presentes e passadas" (SCHIMTT, 2007, p. 11).

Aliada a popularização da imagem fotográfica, desenvolveu-se também o papel social do fotógrafo. No decurso do período que compreende a Primeira República, três fotógrafos tiveram notoriedade no Rio Grande do Norte: Bruno Bourgard, Manoel Dantas e João Galvão. De acordo com Kossoy, existem duas categorias de fotógrafos, os profissionais e os amadores. Para os fotógrafos amadores, "as fotografias são tomadas por puro prazer documental ou estético, por sua vontade própria, desvinculada,

em princípio, de alguma aplicação imediata" (KOSSOY, 2014, p. 118). Já no caso dos fotógrafos profissionais, as fotografias são encomendadas "[...] aos profissionais do ofício por terceiros: os clientes/contratantes" (KOSSOY, 2014, p. 118). Deste modo, deve-se considerar a intenção do contratante. Dos fotógrafos que atuaram no Estado, dois se enquadram na categoria dos fotógrafos profissionais (Bruno Bourgard e João Galvão) e um na categoria dos fotógrafos amadores (Manoel Dantas).

Deste modo, o presente texto tem como objetivo pesquisar a razão de ser das fotografias e a atuação dos fotógrafos no Rio Grande do Norte no período da Primeira República, bem como suas relações com a construção da modernidade operada pelo Estado. Entretanto, é preciso considerar que, no início do período republicano, poucos eram os registros fotográficos, devido à grande dificuldade de acesso e ao custo elevado de sua produção. No ano de 1904, o ainda governador Alberto Maranhão contratou os serviços do fotógrafo alemão Bruno Bourgard com o objetivo de registrar as paisagens urbanas da então pequena cidade de Natal. Dessa forma, desde os primórdios da produção fotográfica potiguar, entende-se a atuação do Estado na criação das imagens.

Existe certa polêmica com relação aos primeiros registros fotográficos potiguares. Tem-se indícios de que mesmo antes de Bruno Bourgard habitar na cidade de Natal[4], este atuava de maneira itinerante no Estado, conforme se pode vislumbrar nos anúncios do jornal "A República". Contudo, devido à ausência de fotografias anteriores, os registros que Bruno Bourgard realizou em 1904 são considerados os primeiros, conforme apontou

4 Na Rua das Virgens.

o Presidente da Associação Potiguar de Fotografia (APHOTO), Alex Gurgel, em entrevista concedida ao Blog Potiguarte, em 9 de abril de 2013[5].

Imagem 1 – Anúncio de Bruno Bourgard no ano de 1900.

Photographia Allemã
DE
M. Bruno Bourgard
Resolvendo definitivamente uma viagem ao interior do estado antecipadamente leva ao conhecimento de seus freguezes e amigos, advertindo-lhes que partirá no principio de Novembro e só regressará em Fevereiro, quando novamente continuará offerecer os seus serviços n'esta praça.

Fonte: A República, Natal, p. 4, 19 out. 1900.

Bruno Bourgard, a mando do governador, registrou: os arredores da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a Praça da Alegria, a Praça da Matriz (com vistas de suas principais edificações), as ruas da Conceição e de Santo Antônio, assim como a vista do bairro da Ribeira a partir da foz do Potengi.

5 Disponível em: http://potiguarte.blogspot.com.br/2013/04/a-memoria-fotografica-potiguar_9.html, acesso em: 02/11/2017.

Imagem 2 - Fundos do Palácio do Governo Estadual, 1904. Foto de Bruno Bourgard.

Fonte: FERREIRA, OLIVEIRA e SIMONINI, 2016.

Imagem 3 - Foto de Bruno Bourgard que registra os flagelados da seca diante da casa do governador Tavares de Lyra, 1904. .

Fonte: Silva, 2012, p. 48.

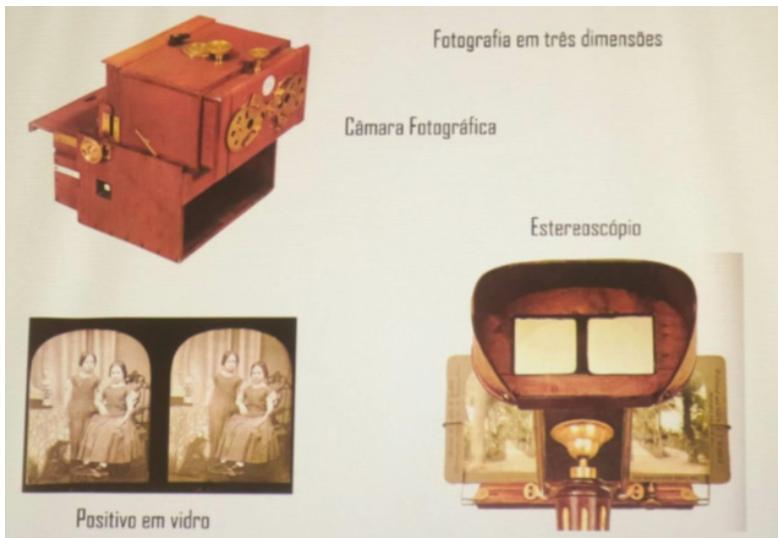
As imagens acima relacionadas compõem parte do acervo das primeiras fotografias de que se tem registro no Rio Grande do Norte. Pode-se vislumbrar a paisagem urbana da então pequena capital potiguar, ainda com feições de cidade colonial. Pelas características das imagens, é perceptível que a técnica utilizada era bastante rudimentar. A produção dessas imagens reflete o interesse do Estado no tocante à criação das suas representações iconográficas. Conforme apontou Dubois (1993), a fotografia era considerada enquanto espelho do real e, por este motivo, foi um importante instrumento utilizado para documentar as rápidas transformações urbanas que se processavam nas cidades. A documentação por meio da imagem abarcou também um grande problema enfrentado pelos governantes potiguares: a invasão dos flagelados da seca. A imagem mostra uma multidão solicitando auxílio ante a casa do governador Tavares de Lyra.

Manoel Dantas foi Diretor Geral da Instrução Pública, mas ele também exerceu outros importantes cargos públicos, como o de Juiz, de Procurador Geral do Estado e de Intendente Municipal[6] na cidade de Natal, o que denota sua relação direta com o Estado[7]. Além disso, deu aulas nas instituições de ensino mais importantes da capital potiguar, dentre elas o Atheneu Norte-Rio-Grandense e a Escola Doméstica. Ainda escreveu para diversos jornais do Estado, sendo redator chefe do jornal "A República". Em suma, foi um dos intelectuais potiguares mais influentes de seu tempo. Sobre a atuação do intelectual enquanto fotógrafo, seu filho Osório Dantas afirmou:

---

6 O cargo de Intendente, nos dias de hoje, corresponde ao cargo de Prefeito. Manoel Dantas foi eleito em 1924, contudo, passou pouco tempo no cargo, já que faleceu pouco depois da eleição.

7 Além do seu parentesco com lideranças políticas como José Augusto e Juvenal Lamartine.

> Também gostava muito de tirar fotografias com uma máquina francesa, se não me engano chamada "*Verascope de Richard*", que revelava em pares estereoscópicos em laminas de vidro. Montou seu ateliê fotográfico no porão da Vila Pretoria8, aonde ele revelava as chapas, passando do negativo para o positivo, em banhos que só ele sabia fazer. Fotografava toda Natal, todas as recepções familiares e oficiais, chegadas de pessoas ilustres, Deputados, Senadores e Governadores, paradas escolares e militares, tudo enfim que merecesse no seu julgamento uma imagem. Era tamanha sua fúria fotográfica que a maior parte dos seus amigos diziam que a máquina de Dr. Dantas não tinha filme... (DANTAS, 2010, p. 20-21).

Este testemunho demonstra a paixão que Manoel Dantas tinha pela fotografia, sendo um progressista fascinado pela ciência e pela técnica. No contexto da sua época, a fotografia figurava como um dos elementos da modernidade. Durante muito tempo, Dantas foi o único possuidor de equipamento fotográfico em Natal e, por este motivo, fazia reuniões em sua casa, onde expunha aos amigos ilustres tudo aquilo que fotografava. De acordo com Silva, "As reuniões contavam, também, com um aparelho ótico de projeção conhecido como lanterna mágica ou estereoscópico9, no qual eram exibidos paisagens e retratos fotografados" (2013, p. 90).

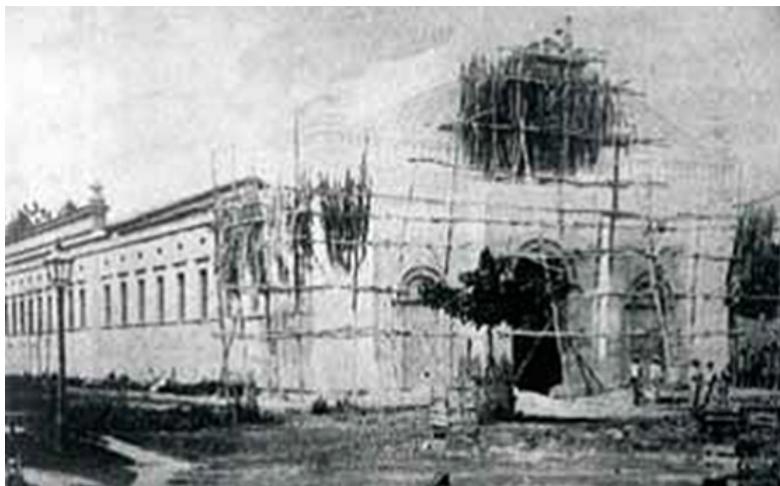
8 Residência de Manoel Dantas.

9 Silva esclarece que o "estereoscópico foi um passatempo popular entre as classes abastadas em inícios do século XX. Era moda a coleção de pares de fotos para a observação em três dimensões. A tomada das fotografias simultaneamente com afastamento similar aos olhos humanos propiciava a representação da imagem com a sensação de profundidade tridimensional" (2013, p. 90).

Imagem 4 - Material fotográfico que era utilizado por Manoel Dantas.

Fonte: SILVA, 2013, p. 90.

Muitos dos registros fotográficos feitos por Manoel Dantas ainda se encontram no Positivo em vidro, o que impossibilita a sua circulação e a sua exposição, como apontou seu neto, Edgard Ramalho Dantas, atual tutor do acervo. Enquanto fotógrafo, Manoel Dantas deixou um legado de centenas de fotografias que retratam, em sua maioria, a cidade de Natal no início do século XX. A paixão do intelectual pela fotografia pode ser percebida no seu autorretrato, ao lado na esposa, segurando sua câmera, quando aciona com o dedo indicador o dispositivo ante o espelho. A construção desta foto, composição bastante ousada para a época, denota o espírito vanguardista de Manoel Dantas.

Imagem 5 - Manoel Dantas, sua esposa Maria Francisca e a câmera fotográfica.

Fonte: (SILVA, 2013, p. 91)

O legado fotográfico de Manoel Dantas é composto por uma gama diversificada de temáticas, que vão desde a cobertura de festividades até o traçado urbano e o cotidiano da então pequena cidade de Natal. O que os tornam registros muito interessantes do ponto de vista histórico, já que Manoel Dantas não era fotógrafo profissional, ou seja, não vivia da fotografia. Manoel Dantas pertencia à categoria dos amadores, conforme aponta Kossoy (2014), quando diz que o ato de fotografar do amador se dá pelo desejo, permitindo uma análise mais profunda do modo que o indivíduo percebe a paisagem.

Destarte, era comum a preocupação do Estado, no que tange a elaboração de um acervo fotográfico, com o objetivo de documentar as intervenções urbanas, que se dava através da con-

tratação de fotógrafos para produzirem tais registros. Para exemplificar esta afirmação, têm-se os casos da contratação dos fotógrafos Charles Marville (Paris), Max Missmann (Berlim) e Marc Ferrez (Rio de Janeiro). Apesar de não ser um fotógrafo profissional contratado pelo Estado, acredita-se que Manoel Dantas, a partir do conhecimento que tinha de tais registros10 e da sua íntima relação com a administração pública, procurou fazer o mesmo na sua cidade, Natal.

Imagem 6 – Fotografia de Manoel Dantas que documenta a reforma do Teatro Carlos Gomes (Alberto Maranhão) durante o segundo mandato de Alberto Maranhão.

Fonte: NATAL ONTEM E HOJE, 2006, p. 25.

10 Manoel Dantas era um assíduo assinante de periódicos nacionais e estrangeiros. Segundo relatos, ele lia bastante sobre fotografia, assim sendo, acredito que ele deve ter tido conhecimento destas produções.

A fotografia retrata o Teatro Carlos Gomes11 no decurso da reforma que aconteceu durante o segundo mandato de Alberto Maranhão (1908-1913). A reforma foi projetada pelo arquiteto mineiro Herculano Ramos12, que foi responsável por diversas obras que integraram o processo a modernização da capital potiguar no início do século XX, sendo iniciada no ano de 1910 e finalizada em 1912. Nela, a fachada foi totalmente reconstruída, o Teatro ganhou um pavimento superior e foi adornado com portões e adereços de ferro fundido, importados diretamente da Europa. Devido a este esforço, "o Teatro enfim poderia responder às necessidades da elite" (ARRAIS; ANDRADE E MARINHO, 2008, p. 134).

O desejo de Manoel Dantas ao documentar este momento do Teatro reflete os ideais de progresso13 e documenta a ação efetiva do Estado na realização desta meta. A cidade que era idealizada por meio do discurso passou a se tornar real ante os olhos atentos do fotógrafo que fez o registro, o que corrobora com a afirmação de Possamai: "Recursos técnicos foram utilizados para dar forma a ideias contidas no imaginário, procurando moldar as representações do urbano e melhor expressar a complexidade visual das metrópoles" (POSSAMAI, 2008, p. 70).

Dentre as fotografias de Manoel Dantas que foram localizadas durante a pesquisa, boa parte delas abordam temáticas urbanas, o que denota este particular interesse do intelectual en-

11 O teatro foi inicialmente projetado por José de Berredo (engenheiro) e teve suas obras iniciadas em 1898, durante o governo Ferreira Chaves. Foi inaugurado no ano de 1904, no primeiro governo de Alberto Maranhão.

12 Herculano Ramos residiu dez anos em Natal (1904-1914), integrou uma equipe técnica que foi responsável pela realização de benfeitorias no Porto da cidade. Foi contratado pelo Estado e por particulares, desenvolveu inúmeros projetos, dentre os quais destacam-se: o Grupo Escolar Augusto Severo, os jardins da Praça Augusto Severo, o Solar Bela Vista, o Teatro Carlos Gomes e várias residências.

13 De uma elite, da qual ele fazia parte.

quanto fotógrafo. Assim, os clicks contribuíram significativamente no tocante à construção de visualidades materiais e imaginárias da cidade moderna que emergiu na era republicana, com a intenção de dar ênfase às ações sistematizadas da administração pública neste período da história, tido como um novo processo civilizatório.

Neste processo de construção de uma nova civilização pautada nos ideais do progresso, Dantas deu ênfase à construção de imagens que exaltassem as novas formas de sociabilidade e de convivência na cidade moderna. Na fotografia que capturou um senhor lendo para um menino no banco da praça, foi exaltada a importância da leitura como uma prática moderna, vivenciada em uma cidade também moderna.

Sendo consenso que durante toda a Primeira República as cidades brasileiras foram palco de inúmeras intervenções e remodelações com o intuito transformar as cidades coloniais em capitais republicanas modernas, Possamai (2008) adverte que as transformações urbanas refletiram-se não apenas no corpo material das cidades, como ainda foram resultantes de novas possibilidades operadas no campo das ideias e no imaginário. De acordo com Arrais, Andrade e Marinho: "Os anos de 1900 a 1930 marcam o princípio de ações sistematizadas do Estado na produção do espaço urbano da cidade de natal" [...] (2008, p. 81).

Imagem 7 - Fotografia de Manoel Dantas intitulada "A tranquilidade do papo amigo e da leitura no banco da praça".

Fonte: Miranda, 2014, p. 67.

Outro importante fotógrafo da Primeira República foi João de Miranda Galvão, pertencente a uma abastada família do interior do Rio Grande do Norte, era filho de Clemente Lopes Galvão[14] e Mafalda de Miranda Galvão, sobrinho de Romualdo Galvão[15] e João Crisóstomo Galvão[16]. No dia 24 de setembro

14 Clemente Lopes Galvão nasceu na Vila de Campo Grande, depois passou a se chamar Triunfo, depois Augusto Severo, e hoje chama-se, novamente, Campo Grande, no estado do Rio Grande do Norte. De acordo com Nonato (1967), Clemente Galvão era um comerciante de vasta atividade. Atuou incansavelmente em prol da causa da libertação dos escravos. Foi membro atuante da Libertadora Mossoroense e pertencia a uma família tradicional, projetada nas atividades do comércio, nos negócios e na política do Estado. Logo na época da abolição da escravatura Clemente Galvão já residia em Mossoró, onde nasceram alguns de seus filhos.

15 Que foi intendente da cidade de Natal.

16 Grande comerciante local, era dono da firma João Galvão & Cia.

de 1904, João de Miranda Galvão casa-se com Eufrosina Galvão de Oliveira. Por este motivo, pouco depois, ele associa-se ao seu cunhado farmacêutico[17], João Galvão de Oliveira, e juntos inauguram uma farmácia em Mossoró, em 12 de maio de 1907.

Esta foi a segunda farmácia da cidade de Mossoró. Contudo, a sociedade não resistiu nem três anos. Após o desacordo com o cunhado, no ano de 1910, João de Miranda Galvão instala um estúdio fotográfico em Mossoró, denominado Photo Chic. A partir de então, ele passou a trabalhar com o que realmente amava, a fotografia. No ano de 1914, mudou-se para Natal e deu continuidade ao seu trabalho fotográfico, abrindo um novo estúdio com o mesmo nome do anterior. Passa então a funcionar em Natal o Photographia Chic.

Imagem 8 - Anúncio do estúdio Photographia Chic.

PHOTOGRAPHIA GHIC
a preferida pela elite natalense
Retratos em todos os systemas, com a maxima nitidez e perfeição
Exposição permanente até 19 horas
Avenida Tavares de Lyra n. 10
Ribeïra--Natal

Fonte: A República, 18 de fevereiro de 1916.

17 Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Como é possível observar no anúncio propagado pelo Jornal A REPÚBLICA, o estúdio atendia a elite local e ofertava uma exposição fotográfica permanente. Em 1916, o seu estúdio fotográfico funcionava na Avenida Tavares de Lyra, nº 10. Nesse endereço, o estúdio Photographia Chic permaneceu por mais de 10 anos. O estúdio fotográfico passou a funcionar, em 1929, no nº 42 da mesma Avenida. Por volta de 1922, João Galvão capta, através de sua câmera, uma série de paisagens da cidade de Natal, sendo responsável pela construção dos primeiros cartões postais da capital.

No final do século XIX e início do século XX, as viagens eram muito onerosas, demoradas e arriscadas, o acesso a alguns lugares era quase impossível para a grande maioria das pessoas, devido ao alto custo e à precariedade dos meios de transporte disponíveis. Nesse contexto, o cartão-postal foi um marco inovador na comunicação e figurou como uma forma de encurtar as distâncias espaço/temporais vivenciadas no período.

O cartão-postal começou a circular no final do século XIX, através do trabalho de artesãos, mas, quando aliado à tecnologia fotográfica, foi responsável por uma grande massificação de imagens por todo o mundo. De acordo com Arrais, Andrade e Marinho "Os cartões-postais estampavam as imagens dos lugares mais longínquos, satisfazendo as curiosidades daqueles que nunca poderiam pagar pelas viagens, popularizando assim a imagem [...]" (2008, p. 156).

Imagem 9 - Cartão Postal da Avenida Tavares de Lyra produzido por João Galvão.

Fonte: Natal ontem e hoje (2006, p. 35).

Segundo Kossoy (2009), a circulação e a massificação de cartões-postais, em todo o mundo, representou uma verdadeira revolução na história da cultura, pois imagens mentais da realidade (individual e coletiva) tornavam-se acessíveis para uma quantidade bem maior de pessoas que jamais teriam acesso a estas paisagens. Nesse sentido, surge "Um mundo portátil, fartamente ilustrado, passível de ser colecionado, constituído de uma sucessão infindável de temas vem finalmente saciar o imaginário popular" (KOSSOY, 2009, p. 63). De modo que, com o cartão-postal, tem início o que Kossoy convencionou chamar de "civilização da imagem".

As imagens presentes nos cartões-postais privilegiavam as paisagens urbanas e revelavam os ideais do que seria uma cidade moderna, marcada pelo progresso e pelo desenvolvimento técnico. Inserido neste contexto, o cartão-postal da Avenida Tavares de Lyra, produzido por João Galvão, traz elementos marcantes do

progresso natalense, como a linha de bonde elétrico com seus postes e as edificações em estilo eclético, tão em gosto no período.

Além disso, João Galvão[18] foi o responsável pela produção de um álbum, encomendado pelo Estado[19], com o intuito de registrar as ações do poder público no âmbito do desenvolvimento educacional vivenciado no Rio Grande do Norte. Já que os ideais de modernidade não se produziam apenas materialmente no corpo físico da cidade, "Esse progresso irradiava um otimismo com forte coloração utópica, fundado na esperança de que vias de transporte, meios de comunicação, a imprensa e a escola emancipariam os corpos e os espíritos [...]" (ARRAIS, ANDRADE E MARINHO, 2008, p. 49). Como visto, a escola teria um importante papel neste momento histórico e o Estado atuou decisivamente na construção das imagens que compõe o imaginário da cultura escolar potiguar, a consagração deste fato foi a elaboração do álbum do Departamento de Educação, no ano de 1927.

João Galvão[20] era um fotógrafo profissional. Dessa maneira, entende-se que a intenção do registro das imagens partia do contratante. No belíssimo (e até então inédito) registro[21], foi retratada uma das expedições às escolas do interior do Rio Grande do Norte. Na fotografia, nota-se a presença do fotógrafo João Gal-

18 A relação do fotógrafo João Galvão com o Estado foi duradoura. Em meados dos anos 30, ele passou a trabalhar como fotógrafo do Gabinete de Identificação do Departamento de Segurança Pública. Quando faleceu, em 12 de maio de 1950, ainda trabalhava nesse departamento. Sua morte foi noticiada pelo Jornal "A Ordem", em 17 de maio de 1950, p. 04.

19 Durante o governo de José Augusto.

20 Assim como Bruno Bourgard.

21 Gentilmente cedido por Anderson Tavares de Lyra, Diretor do Instituto Tavares de Lyra.

vão22 e, ao centro, do governador Antônio de Souza23. A imagem demonstra a relação do fotógrafo com o Estado, como também revela a necessidade, sentida pelo Estado, de legitimar e de documentar suas ações através da construção imagética possibilitada pela fotografia.

Aos poucos a administração pública, tida como um dos principais contratantes, passou a utilizar a fotografia, primeiramente, com o intuito de propagar no imaginário social as reformas urbanas realizadas. Neste cenário "As escolas, juntamente com as ferrovias, as indústrias, os edifícios públicos, compõem o cenário do universo urbano, signo de modernidade, transformação e progresso social, cujo registro fotográfico contribui para a sua eternização e vulgarização" (SOUZA, 2001, p. 81).

A razão de ser das fotografias pautava-se na materialização dos avanços obtidos pelo Rio Grande do Norte no âmbito do progresso urbano e social, enalteciam o desenvolvimento destes aspectos como uma conquista republicana. Os usos dessas imagens referem-se à documentação dos ideais difundidos nacionalmente pelo governo republicano, tendo a fotografia enquanto referente do real, figurando como materialização do imaginário e da cultura. Por fim, entende-se que a atuação dos fotógrafos supracitados foi de suma importância para a construção destes documentos que relatam o cotidiano potiguar de outrora.

22 De chapéu e terno escuros, olhando para baixo e segurando a câmera fotográfica.

23 Ao lado do policial.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930.** Natal: EDUFRN, 2008.

BLOG POTIGUARTE. Disponível em: http://potiguarte.blogspot.com.br/2013/04/a-memoria-fotografica-potiguar_9.html, acesso em: 02/11/2017.

DANTAS, Osório Bezerra. Prefácio à Primeira Edição - Manoel Dantas, Meu Pai. In: LIMA, Pedro de. **Rumo à estação progresso:** mito e construção da cidade moderna. Natal: Edição do Autor, 2010.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Campinas, SP: Papirus, 1993.

FERREIRA, Ângela Lúcia; OLIVEIRA, Giovana; e SIMONINI, Yuri. *A utopia de Manoel Dantas:* a ideia de modernidade na construção de Natal/RN – Brasil, na primeira metade do século XX. **XIV Colóquio Internacional de Geocrítica**: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/FerreiraOliveiraSimonini.pdf. Acesso em: 23/10/2017.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.**

São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MIRANDA, João Maurício Fernandes. **Natal Foto-Gráfico:** do passado ao presente (1606-2004). Brasília: Senado Federal, 2014.

NATAL ONTEM E HOJE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Natal, RN: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2006.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia e Cidade. **Revista ArtCultura,** Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 67 - 77, jan.-jun. 2008.

SCHIMTT, Jean-Claude. **O corpo das imagens:** Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru - SP: Edusc, 2007.

SCHMITT, Jean-Claude. La culture de l'imago. In: **Annales.** Histoire, Sciences Sociales. 51 année, N. 1, 1996. pp. 3-36.

SILVA, Francisco Anderson Tavares da. **Augusto Tavares de Lyra:** a República em vários tons. Dissertação (Mestrado) − Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal: 2012.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da. **Centelhas de uma cidade turística nos Cartões-Postais de Jaeci Galvão (1940-1980).** Dissertação (Mestrado) − Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal: 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de ima-

gens na história da escola primária. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001, Ed. UFPR.

"TRATAREI DO PAPEL DO NOSSO ESTADO NA HISTÓRIA PÁTRIA": O *ENSAIO HISTÓRICO* DE ALBERTO MARANHÃO E A POLÊMICA EM TORNO DA NATURALIDADE FELIPE CAMARÃO24

Bruno Balbino Aires da Costa[25]

INTRODUÇÃO

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba, no dia 2 de outubro de 1872, filho de Amaro Bezerra de Albuquerque Maranhão e de Feliciana Maria da Silva Pedrosa. Seu pai era um rico comerciante e senhor de engenho e seu avô, Fabrício Gomes Pedrosa, era proprietário da *Casa Guararapes*, empresa vinculada ao setor de exportação e importação de algodão e açúcar, e político atuante em várias cidades do Rio Grande do Norte durante o Império. No alvorecer da República, muitos de seus irmãos ocuparam cargos proeminentes nas primeiras décadas do novo regime – o mais destacado deles, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, foi o

24 O presente texto foi retirado de um dos capítulos da minha tese de doutorado intitulada: "A casa da memória norte-rio-grande do norte": o IHGRN e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927).

25 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Canguaretama.

principal líder político do Rio Grande do Norte nesse período, assumindo várias ocupações na administração pública do estado[26]. Foi deputado estadual e federal, senador e governador, além de presidir o *Partido Republicano do Rio Grande do Norte* (PRRN).

Com a assunção da família Albuquerque Maranhão ao governo estadual, no início da República, Alberto Maranhão passou a ocupar vários cargos políticos: secretário do governo, deputado federal e governador por duas vezes do estado – a primeira gestão deu-se no quadriênio de 1900 a 1904; e a segunda, de 1908 a 1913, sendo, até os dias atuais, o mais jovem governador republicano do Rio Grande do Norte, chegando ao *Palácio Potengi* com apenas 26 anos de idade. (SOUZA, 2008, p.315) Todavia, seu campo de atuação não se deu apenas na vida pública. O jovem político também fez parte da elite intelectual norte-rio-grandense.

Alberto Maranhão foi um dos jovens potiguares que estiveram na interseção entre o mundo político e o intelectual. O seu exercício de governador do Rio Grande do Norte não o impediu de ser um sócio assíduo do *Grêmio Polymathico* – um dos principais grupos de sociabilidade intelectual do estado, no período. Do ponto de vista cultural, a administração de Alberto Maranhão foi marcada pelo incentivo e o patrocínio às letras e às artes *do* e *no* estado, o que lhe rendeu a alcunha de *mecenas* (CASCUDO, 1943). Dentre as suas ações no cenário intelectual do Rio Grande do Norte, podemos citar: a fundação do conservatório de música, a criação do Derby Club e do Teatro Carlos Gomes, e o decreto a lei n.º 145, de 6 de agosto de 1900, que autorizava o governo a imprimir, constituindo prêmio, os livros de literatura ou ciência

---

26 Nesse texto, fazemos a seguinte distinção: *Estado* com "E" maiúsculo refere-se ao governo, organização política instituída, enquanto *estado* com "e" minúsculo diz respeito a unidade federativa.

produzidos por "filhos domiciliários do Rio Grande do Norte, ou naturais de outros Estados, quando neste tenham fixa e definitiva a sua residência"[27].

Além de patrocinar as artes e a vida intelectual, quando governador, Alberto Maranhão também participou ativamente da vida beletrista norte-rio-grandense. Foi autor de vários textos, nas áreas de literatura e de história. Esteve vinculado aos grupos de sociabilidade intelectual do Rio Grande do Norte e auxiliou no projeto político-intelectual do grupo Albuquerque Maranhão.

No limiar da República, letrados e políticos norte-rio-grandenses se preocuparam em urdir narrativas que instituíssem um lugar para o Rio Grande do Norte na elaboração da memória nacional. O interesse por essa questão fez parte das estratégias políticas do grupo familiar que ascendeu ao governo do estado no momento da proclamação da República: os Albuquerque Maranhão – liderados por Pedro Velho (Cf. BUENO, 2002). No final do século XIX e início do XX, a família Albuquerque Maranhão concebeu e mobilizou estratégias discursivas para a produção da identidade histórica, territorial e étnica do Rio Grande do Norte (Cf. PEIXOTO, 2012). Como corolário desse agenciamento, prevaleceu no estado "um forte apelo nativista, o orgulho de ter nascido e ser rio-grandense-do-norte, sentimento que, para muitos, a Monarquia teimava em desconsiderar" (BUENO, 2002, p.93). Nesse sentido, com a República e a chegada dos Albuquerque Maranhão ao poder, o passado do Rio Grande do Norte tornou-se objeto de preo-

27 O referido projeto de lei não foi um agenciamento de Alberto Maranhão, mas do seu secretário de Estado, Henrique Castriciano, que, segundo Luís da Câmara Cascudo, convenceu o governador da necessidade de financiar regularmente a manutenção da cultura local. O projeto foi redigido por Henrique Castriciano e apresentado a 31 de julho de 1900 pelos deputados estaduais João Pegado Cortez e Luís de Oliveira no Congresso Legislativo. (CASCUDO, 1965, p.59)

cupação por parte do grupo dominante. É este grupo que se lança na construção das bases da identidade histórica do estado. É por esse motivo que Alberto Maranhão publicou seu *Ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte,* em 1898. O referido ensaio foi um dos primeiros textos de cunho historiográfico que levou a cabo a construção de uma narrativa para o Rio Grande do Norte, em consonância com o novo empreendimento político e intelectual emergido a partir da instalação da República no Rio Grande do Norte.

Em seu *ensaio histórico*, Alberto Maranhão tratou de três temas, a saber: a formação étnica do povo norte-rio-grandense, a naturalidade de Felipe Camarão e a participação do Rio Grande do Norte na *Revolução de 1817*. Nesse capítulo, analisaremos, especificamente, a segunda parte do texto, evidenciando como Alberto Maranhão utilizou-se da polêmica em torno da naturalidade de Felipe Camarão para construir um lugar para o Rio Grande do Norte na memória nacional. Todavia, antes de analisar o texto propriamente dito, gostaríamos de examinar as condições de possibilidade do próprio *ensaio*.

UM ENSAIO HISTÓRICO: O RIO GRANDE DO NORTE COMO OBJETO DE REFLEXÃO

A última década do século XIX foi um dos momentos de maior florescimento das letras potiguares – não que a produção intelectual norte-rio-grandense fosse inexpressiva até então (GURGEL, 2009, p.113). Desde a segunda metade do século XIX, as manifestações literárias já haviam brotado na capital da província, por meio da divulgação na imprensa periódica e em revistas, organizadas por associações literárias (Cf. SILVA, 2014). De acordo

com Luís da Câmara Cascudo, "a geração da república continuou no caminho anterior", sugerindo que houve uma continuidade no desenvolvimento da produção literária no Rio Grande do Norte que, segundo ele, já era existente desde o período monárquico (CASCUDO, 1980, p.378). O que potencializou as atividades literárias no Rio Grande do Norte, no alvorecer da República, foi o direcionamento do papel do estado na promoção e no patrocínio da produção intelectual local.

Com a proclamação da República, o poder executivo estadual passou a ser governado pelo grupo familiar Albuquerque Maranhão, cujo líder, Pedro Velho, dispensou recursos públicos e privados na produção da cultura beletrista norte-rio-grandense. Com a mudança do regime, as atividades intelectuais, sobretudo em relação à publicação de obras, multiplicaram-se no Rio Grande do Norte (SILVA, 2014, p.81). Durante o Império, o poder público não fomentava a promoção da cultura letrada na província. Em larga medida, as manifestações intelectuais eram fruto de empreendimentos individuais ou dos partidos políticos locais, liberal e conservador, que detinham a propriedade dos principais periódicos da capital e, por meio de suas oficinas tipográficas, publicavam textos de natureza literária (Idem, p.49).

Durante a Primeira República, boa parte do que era produzido pelos escritores potiguares era publicado pelas oficinas tipográficas dos periódicos que alimentavam a dinâmica das atividades intelectuais, "na medida em que imprimiam e subsidiavam a circulação de revistas e jornais pela cidade" (Idem, p.91). Nas primeiras décadas da experiência republicana, a tipografia que mais custeou a publicação de obras literárias potiguares foi a do jornal "A República", órgão oficial do PRRN e do governo do Rio Grande do Norte. Tal configuração reforçou o papel do Estado como aparelho

promotor da atividade literária e cultural na cidade de Natal, principal expoente da produção intelectual estadual, em meio a um cenário de adversidade financeira por parte dos escritores potiguares, os quais tinham dificuldades em publicar seus livros (Idem, p.92). O custeio de uma obra literária era dispendioso para um jovem escritor, o que justificava o recorrente patrocínio da tipografia do jornal oficial do estado, embora nem todas as publicações fossem financiadas por ela. Mesmo assim, a publicação individual de obras literárias era uma empresa difícil. Isso explica, pelo menos em parte, as condições de emergência de algumas associações literárias no estado durante a Primeira República, as quais buscavam, por meio de seus jornais e revistas, publicar coletivamente a produção intelectual dos escritores potiguares.

As associações literárias funcionavam como lugares de sociabilidade intelectual, permitindo, ao mesmo tempo, o trânsito de ideias entre os seus associados e a publicação de seus textos. Durante a Primeira República, o número de associações literárias cresceu significativamente no Rio Grande do Norte. Apesar das semelhanças, os grêmios não eram todos iguais, possuíam características próprias, porém, de maneira geral, partilhavam uma mesma proposta: "o progresso do intelecto norte rio-grandense por meio do culto às letras" (Idem, p.92).

Em termos de arregimentação de letrados e de volume de publicação, a mais notória associação literária do Rio Grande do Norte do período foi o *Grêmio Polymathico*, fundado exatamente com a finalidade de formar um pequeno grupo de estudos literários, interessados em introduzir "em nossa terra a Litteratura, na forma estavel e duradoura de livros, affirmando-se que aqui estuda-se e apprende-se" (A República, 13 de novembro de 1897). Com sede em Natal, o *Grêmio Polymathico* foi fundado em meados de outubro

de 1897, por jovens letrados da capital: Alberto Maranhão, Antônio José de Mello e Souza, Manoel Dantas, Pedro Avelino e Thomaz Gomes" (A República, 30 de novembro de 1897).

No dia 28 de novembro de 1897, os fundadores do grêmio, juntamente com outros escritores potiguares, reuniram-se na casa n°5 da rua Dr. Barata, bairro da Ribeira, e elegeram a seguinte diretoria: Antônio José de Mello e Souza, presidente, Pedro Avelino, secretário, Alberto Maranhão, tesoureiro. Na mesma reunião, ficou resolvido que a associação publicaria uma revista mensal, denominada *Revista do Rio Grande do Norte* (RRN), sob a direção de Antônio de Souza e redigida por Alberto Maranhão, Manoel Dantas, Thomaz Gomes e Pedro Avelino (COSTA, 2017, p.145). A *RRN* foi publicada durante dois anos, de 1898 a 1900, sendo impressa pela tipografia do jornal "A República", local em que a referida associação marcava suas reuniões.

Os fundadores do *Grêmio Polymathico* publicaram obras e artigos que pensavam o Rio Grande do Norte e o povo norte-rio-grandense como objeto de estudo, abrangendo o estado como um todo, tanto do ponto de vista do seu universo sociocultural como em relação à dimensão da cultura material. O *Grêmio Polymathico* publicou em sua revista um número expressivo de textos advindos dos mais variados saberes – além dos textos estritamente de cunho político. Nas páginas iniciais da RRN, os redatores estampavam os tipos de saberes que os leitores iriam encontrar na revista: "Litteratura, Critica, Historia, Direito, etc. Chronicass cientificas, industriaes e agrícolas. Bibliografia das obras recebidas". Além dos textos que diziam respeito ao universo material do estado e à formação étnica, histórica e cultural do Rio Grande do Norte, havia também artigos que se debruçavam sobre o regime republicano e sobre questões jurídicas, outros que tratavam de assuntos

pertinentes à política nacional e internacional, à administração pública da cidade de Natal e, principalmente, textos de natureza literária: poesias e resenhas de obras de literatura. Foi Alberto Maranhão que se utilizou do espaço da *RRN* para publicar o seu mais importante texto: *ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte*.

Alberto Maranhão foi um dos sócios do *Grêmio Polymathico* que mais publicou no primeiro ano da revista – toda a sua produção concentrou-se basicamente em 1898. Nas páginas da *RRN*, Alberto Maranhão publicou textos dos mais variados temas e gêneros[28]. Contudo, a temática que ele mais se deteve foi a respeito da história do Rio Grande do Norte. De acordo com ele, seu interesse em escrever sobre a história, a geografia e a economia do estado já havia se manifestado antes mesmo da publicação da série de artigos, intitulada *O Rio Grande do Norte – ensaio histórico*. No entanto, ele comenta que teve de abandonar a ideia devido à falta de informações sobre a história do seu estado (MARANHÃO, 1898, p.9). Todavia, a suposta "ausência quase completa de dados seguros e verdadeiros" sobre a vida e o passado do Rio Grande do Norte, apontadas por ele, dizem respeito menos aos textos supracitados do que à questão das fontes. É válido assinalar que o *ensaio* de Alberto Maranhão é urdido em sua totalidade, sem a citação de qualquer documentação. Esta é a razão pela qual Alberto Maranhão desistiu de publicar um livro sobre a história do Rio Grande do Norte, optando pelo ensaio (MARANHÃO, 1898, p.9).

Com a emergência do *Grêmio Polymathico* e, por conseguinte,

28 Alberto Maranhão escreveu artigos de crítica literária, analisando algumas obras de literatura nacional e internacional, textos de natureza filosófica e documental, além de contos, tais como: *Um caso mal assombrado* e *Marinha*. Nestes contos, Alberto Maranhão utilizou-se do seu pseudônimo *Zephirino Arruda*. O político norte-rio-grandense publicou também um artigo sobre o teatro nacional, um texto sobre o caso Dreyfus e um estudo comparativo sobre a República.

de sua revista, Alberto Maranhão decidiu publicar um *modesto ensaio*, com capítulos separados e distintos sobre a história, a geografia, a economia, a política-social e a biografia dos ilustres homens do estado, não descartando, porém, a expectativa futura de reunir dados indispensáveis para revestir o texto de *precisa authenticidade* e transformá-lo em um livro destinado aos futuros historiadores do Rio Grande do Norte – muito embora não tenha conseguido concretizar este projeto (MARANHÃO, 1898, p.10). Desse modo, Alberto Maranhão estaria comprometido não só com o presente, mas com o futuro. Para ele, seu ensaio serviria de ponto de partida para que futuros historiadores pudessem escrever sobre o passado do Rio Grande do Norte. Sua função seria preparar a posteridade. Construir para si esta tarefa evidencia seu interesse em projetar o seu próprio nome enquanto homem de letras. Assim, os historiadores do futuro teriam que consultá-lo, lançando mão de sua escrita para que novas histórias do estado fossem possíveis.

Embora considere seu trabalho útil aos futuros historiadores, Alberto Maranhão informa aos leitores que seu ensaio é modesto e imperfeito, cujo mérito é a sinceridade (Idem, p.10). O texto de Alberto Maranhão está inserido no momento do desenvolvimento do *ensaísmo*, nas décadas finais do século XIX e no início do XX no Brasil (NICOLAZZI, 2011, p. 402). Neste período, as regras escriturárias do *ensaio histórico* ainda não estavam definidas, mas em via de constituição, aglutinando três saberes hoje considerados, por muitos, distintos: a história, a literatura e a sociologia (Idem, p.400). Nos primeiros anos do século XX, vários letrados brasileiros tomaram o ensaio como um gênero de escrita para pesquisar a realidade nacional, sendo situado nos limites entre a arte e a ciência (Idem, p.386). É a partir deste modelo de escrita que homens de letras, como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, utilizaram-se para compreender

e interpretar o povo brasileiro e a formação da identidade da nação. Todavia, isso não quer dizer que o *ensaio* no Brasil, pelo menos nesse contexto, tenha construído um modelo homogêneo de escrita.

Ao tratar seu texto como *ensaio histórico*, Alberto Maranhão estava se valendo de duas perspectivas distintas, mas próprias da constituição do *ensaísmo* brasileiro: por um lado, estava preocupado em mostrar ao leitor que seu estudo era incompleto, carente de uma pesquisa documental mais substancial, portanto, um trabalho ligeiro e inconcluso, mas *sincero*, e por outro, apresentava uma análise interpretativa sobre a formação histórica do Rio Grande do Norte.

Assim como alguns ensaístas brasileiros do início do século XX, Alberto Maranhão não apresentou nenhuma fonte que abalizasse suas interpretações, antes apropriou-se de arrazoados de terceiros, o que evidencia a falta de substancialidade documental de seu ensaio. Mesmo assim, o letrado norte-rio-grandense dedicou-se ao estudo sobre a história do Rio Grande do Norte. Escreveu seu ensaio com o intuito principal de evidenciar o papel do estado na história pátria. De que maneira ele fez isso? É essa questão que passaremos a examinar a partir de agora.

O ÍNDIO FELIPE CAMARÃO E O LUGAR DO RIO GRANDE DO NORTE NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

No segundo artigo do ensaio, publicado no volume II da *RRN*, Alberto Maranhão encarregou-se da seguinte tarefa: "trazer ao futuro historiador o concurso, modesto sim, mas que exprime também a sincera admiração de um brazileiro, e mais, de um rio-grandense do norte pelo valoroso *potyguar* (...) elevou, honran-

do-o para a historia, nas luctas continuas da colonisação, o nome rio-grandense" (1898b, p.79)[29]. O *valoroso potyguar* o qual Alberto Maranhão referia-se é o índio Felipe Camarão. Neste artigo, o objetivo do autor não era listar os grandes feitos e/ou ação do *valoroso potyguar* nas lutas contra os holandeses (Idem, p.78). Seu escopo era escrever uma biografia do *índio poty*, ou melhor, um aspecto de sua narrativa de vida, qual seja, o local do seu nascimento, para que os historiadores do futuro a ressaltassem na *história especial do Rio Grande do Norte* (Idem). O intento de Alberto Maranhão era, por meio do seu ensaio, persuadir os futuros historiadores do estado da relevância do referido índio, *corajoso*, *civilizado* e *leal*, não só para a história do Rio Grande do Norte, mas também para a construção da memória histórica da nação. A questão aqui não era somente sublinhar a ação de um determinado indivíduo na história, mas, sobretudo, ressaltar como a identidade histórica coletiva de um povo, no caso o norte-rio-grandense, poderia ser representada por Felipe Camarão. De acordo com Alberto Maranhão, é a partir deste índio que o Rio Grande do Norte entraria na construção da memória histórica da nação:

> (...) e com elle, unicamente devido ao valor d'esse filho heroico, é que o Rio Grande do Norte entra dignamente na historia, logo após a sua conquista, tomando parte activa nos acontecimentos bellicosos da colonia portuguesa sob o dominio dos Felippes, senhores, por usurpação, do Portugal decadentede D. Antonio, o prior do Crato. (Idem, p.79)

---

29 Gostaríamos de esclarecer que em todo o texto mantivemos a grafia original dos textos-fontes com o intuito de preservar a cor local do período em que os documentos foram produzidos.

Para Alberto Maranhão, a história do Rio Grande do Norte e dos demais estados da federação brasileira deveria ser escrita a partir da biografia dos chamados "grandes homens representativos da nossa raça, que se impuzeram, como individuos superiormente dotados, em varias epochas da vida nacional" (Idem). Felipe Camarão seria o tipo representativo do Rio Grande do Norte, *o grande homem* genuinamente norte-rio-grandense que participou da experiência histórica da luta contra os holandeses. Como podemos perceber, o referido índio é considerado por Alberto Maranhão como um *grande homem*, mas não absolutamente nos termos concebidos pela tradição iluminista, "louvado por personificar a excelência do homem letrado, benfeitor da humanidade e sobretudo dotado de virtudes exemplares como servidor do Estado" (OLIVEIRA, 2011, p.21). O uso do *topos grande homem* por Alberto Maranhão possui mais um valor retórico que filosófico. Felipe Camarão não está imbuído de uma investidura transcendente, um *Espírito* que o arrebata em direção ao objetivo final da história, como pensava Hegel[30]. A grandeza do índio *poty* reside em sua ação em favor

30 Na filosofia da história de Hegel, os grandes homens seriam os indivíduos históricos do mundo, aqueles que apreendiam uma proposição universal, fazendo desta seu objetivo particular e realizando-o no tempo "em conformidade com a lei mais elevada do espírito." Para Hegel, a história do mundo estaria no domínio do Espírito. O homem é ativo no reino do Espírito, seja o que for que faça, ele é a criatura na qual o Espírito opera no mundo. A marcha do Espírito constituiria-se em direção à consciência da Liberdade, o objetivo final do mundo, ou melhor, a Liberdade per se é a própria meta e o propósito único do Espírito. Nesse sentido, as ações dos indivíduos configurariam-se como um dos meios pelos quais a Liberdade se desenvolveria no mundo. De acordo com o filósofo alemão, homens como César seriam afortunados por serem os agentes de um objetivo que constituiu uma etapa no desenvolvimento do Espírito universal. César, por exemplo, ao realizar seu objetivo, isto é, instituir a autocracia sobre Roma, cumpria, ao mesmo tempo, o necessário destino histórico da civilização romana e do mundo. César e outros indivíduos históricos do mundo, seriam motivados não apenas pelos seus interesses privados, mas também pelo instinto de realização daquilo que suas épocas exigiam. Em outras palavras: "seus objetivos pessoais contêm a vontade essencial

dos portugueses contra os holandeses, justamente por participar, como um personagens centrais da luta, do principal acontecimento histórico do Brasil colonial considerado pelos historiadores brasileiros do século XIX. Nesse sentido, Felipe Camarão como uma *grande homem* estava associado ao seu serviço prestado ao bem da *Pátria* (ENDERS, 2000). Não é sem razão que, além de *grande homem*, Alberto Maranhão adiciona mais um elemento à biografia de Felipe Camarão: a figura de herói, já em processo de dissolução no século XIX, devido ao crescente processo de secularização proporcionado pelo pensamento ilustrado desde o setecentos e ao progresso dos valores liberais e democráticos que a colocaram sob suspeita "a fim de fazer outras lógicas mais coletivas, sociais" (DOSSE, 2009, p. 167).

No século XIX, o herói quase divino ou revolucionário passa a dar lugar ao *grande homem* secularizado, laicizado, civilizado, muito embora sua presença não tenha desaparecido por completo na produção literária, biográfica e historiográfica de alguns países europeus (OLIVEIRA, 2011, p.17-21). No *ensaio histórico* de Alberto Maranhão, a figuração de Felipe Camarão como herói estava mais próximo do sentido secularizado, isto é, de um indivíduo que lutou a favor da *Pátria* contra os holandeses do que um mártir ou um revolucionário. É exatamente a ideia do índio *poty* como um indivíduo patriota, civilizado, que urde, em um mesmo plano retórico, a figuração do herói e a do *grande homem*. Estes termos eram empregados por Alberto Maranhão de forma indistinta – o que não era tão impróprio assim, tendo em vista que o famoso histo-

---

do Espírito do Mundo." Embora estivessem agindo motivados pelas suas paixões e interesses particulares, os grandes homens estariam realizando o desenvolvimento do Espírito no tempo, ou seja, a sua marcha universal em busca da Liberdade. (Cf. HEGEL, 2001)

riador escocês Thomas Carlyle utilizava-se do mesmo expediente (ENDERS, 2014, p. 180). Para Alberto Maranhão, a grandeza e a heroicididade do índio poty estaria atrelada, exclusivamente, à participação na guerra flamenga. Apesar de ressaltar o caráter religioso e civilizacional de Felipe Camarão, um índio convertido ao catolicismo, é a figura militar que evidencia e torna-se digna de ser ensinada nas escolas e inscrita no coração da juventude (MARANHÃO, 1898b, p.90). As figurações do *grande homem* e do *herói* só reforçam a retomada do conceito antigo de Plutarco, de vidas que se narram por seu caráter exemplar, virtuoso e moralizante, tal como era feito nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) oitocentista (Cf. CEZAR, 2003).

Felipe Camarão não é apresentado por Alberto Maranhão como um indivíduo capaz de trazer uma mensagem que se pretende ser universalizante. Ele é uma representação do nacional e não do universal. Felipe Camarão é um indivíduo que pertence à memória nacional, não à memória universal, e é por esta razão que, para Alberto Maranhão, a biografia do herói e do *grande homem* potiguar seria o passaporte do Rio Grande do Norte para a memória histórica da nação: “E cumpre-nos agora somente, a nós rio-grandenses do Norte, saber honrar e dignamente perpetuar a memoria do heroico varão potyguar cuja bravura inexcedível inicia na historia do Brazil acção parcial do nosso Estado” (1898b, p.90). Fica claro, no discurso de Alberto Maranhão, que a biografia do índio *poty* construiria, concomitantemente, o lugar do estado e do indivíduo na elaboração da memória nacional. Dentro de um plano geral da história do Brasil, o quinhão reservado para os estados deveria ser a biografia dos seus ilustres varões. A história regional seria escrita pelas narrativas de vida dos seus indivíduos célebres. A biografia, portanto, agregaria a história regional à história da

nação. De acordo com Maria da Glória de Oliveira, a ideia de que a tarefa da história era fixar a memória das vidas e dos feitos dos *grandes homens* funcionou como argumento decisivo para integrar as biografias ao programa do IHGB, no século XIX (2011, p. 14). Assim como os membros do IHGB do século XIX, Alberto Maranhão considera a biografia como parte integrante da construção da memória nacional. Todavia, sutilmente, a proposta de Alberto Maranhão diferia-se dos sócios da referida agremiação. A biografia se incorporaria à memória da nação não num mesmo plano, dividindo um mesmo território, mas instituindo um lugar outro, isto é, pertencendo ao domínio da história regional.

Por meio da biografia, o letrado e político norte-rio-grandense fixava Felipe Camarão como exemplo a ser seguido pelos conterrâneos, do presente e do futuro, e perpetuava a sua memória heroica, prestando-lhe uma espécie de tributo:

> Com o direito que assiste aos chefes do pensamento ou da actividade material na lucta ininterrupta da progressiva marcha da humanidade, Felippe Camarão bem merece que o Rio Grande do Norte, inscrevendo o seu nome no coração da juventude por meio da explicação nas escolas dos poucos, mas frisantes traços biographicos que d'elle conhecemos, pague á sua memoria uma divida de gratidão,objectivando esse sentimento, opportunamente, com um momento publico que rememore para sempre o papel eminente que desempenhou na historia o nosso illustrecoestadano, representante genuino da raça autochtone do Estado que habitamos. (MARANHÃO, 1898b, p.90)

Fica evidente no excerto acima que escrever os traços biográficos de Felipe Camarão seria uma forma de rememorar uma

dívida de gratidão por seus serviços à *Pátria*. Seria, igualmente, uma maneira de rememorar os feitos do varão ilustre do Rio Grande do Norte. Maria da Glória de Oliveira destaca que, entre os sócios do IHGB do XIX, a biografia se configuraria como um trabalho de memória o qual não se reduzia à fixação de exemplos, mas também pressupunha uma relação de herança e dívida para com o passado: "a escrita biográfica confundir-se-ia com a prestação de um tributo devido às vidas dos grandes homens, com a qual se perpetuariam suas ações e se consignariam seus verdadeiros 'lugares' na história" (2011, p.142). Como podemos observar, a forma com que Alberto Maranhão concebe o papel da biografia no processo de rememoração do passado, indica uma aproximação intelectual com as concepções de história e de biografia presentes entre os sócios do IHGB. Não é ilícito aventar que, mesmo não sendo membro da agremiação, Alberto Maranhão tenha sido um leitor das revistas do IHGB e que a partir delas tenha afiançado suas concepções acerca da função da biografia na representação do passado. Mas que tipo de escrita biográfica Alberto Maranhão construiu para o índio Felipe Camarão? Ou melhor, em que aspecto da vida do *herói potiguar* ele debruçou-se?

Alberto Maranhão não escreveu uma narrativa de vida linear e totalizante, como era comum em algumas biografias do XIX. Ele estava particularmente interessado em um aspecto da biografia de Felipe Camarão: o lugar do seu nascimento. Esse recorte biográfico do autor estava diretamente vinculado ao debate promovido por alguns letrados brasileiros da segunda metade do século XIX, acerca da naturalidade do índio Felipe Camarão. Emergiu neste momento, o que chamamos de *retórica da naturalidade*.[31]

31 Esse termo foi construído à luz das reflexões acerca do conceito de rhétorique de lanationalité desenvolvido pelo historiador Temístocles Cezar em sua

A RETÓRICA DA NATURALIDADE: POLÊMICAS EM TORNO DA NATURALIDADE DE FELIPE CAMARÃO

A *retórica da naturalidade* é considerada aqui como uma estratégia discursiva que visa persuadir, convencer, que o índio *poty* pertencente a uma determinada *pátria* (província/estado), construindo uma identidade partilhada entre o concidadão do passado (Felipe Camarão) e os seus supostos conterrâneos do presente. Desse modo, a *retórica da naturalidade* constituiu-se como campo discursivo de disputa, protagonizado por alguns homens de letras do Brasil, e até mesmo do estrangeiro,[32] surgido na segunda metade do século XIX em torno do local de nascimento do índio *Poty*, cujo intuito principal era definir uma *verdade histórica* sobre a querela, legitimando dados projetos identitários. A partir desta noção, uma pergunta faz-se necessária: por que a naturalidade de Camarão foi objeto de disputa entre os letrados brasileiros, sobretudo, aqueles instalados nas províncias do Norte, mormente, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte?

Um primeiro aspecto a ser destacado é a centralidade que a figura do índio teve para alguns homens de letras do Brasil

---

tese de doutorado, intitulada L'ecriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen, defendida em Paris, na École des Hautes Études en Sciences Sociales em 2002. De acordo com Temístocles Cezar, a retórica da nacionalidade foi o ponto de articulação de toda obra de Francisco Adolfo Varnhagen. O historiador de Sorocaba produziu um discurso destinado a persuadir os brasileiros de que comungavam um passado em comum, bem como de um presente com a mesma identidade. Para isso, Varnhagen utilizou-se da "arte de persuadir", convencendo por meio de figuras, de procedimentos advindos da linguagem, que puseram em movimento o historiador para construir a retórica da nacionalidade com intuito de fazer crer. (CEZAR, 2002, p.441)

32 Gostaríamos de ressaltar que Pedro Théberge, médico francês, radicado no interior do Ceará, foi o único estrangeiro a participar da querela.

oitocentista, especialmente para os escritores românticos, como: Gonçalves Dias e José de Alencar, que a considerava como uma parte integrante da constituição da originalidade brasileira (TURIN, 2009, p.158). No entanto, é válido assinalar que o elemento indígena, entendido como portador da verdadeira brasilidade ou da origem nacional, colocou vários letrados em lados opostos, tanto historiadores, como literatos vinculados ao romantismo.

A figura de Felipe Camarão possuía certa particularidade. Segundo Armelle Enders, a memória do índio potiguar foi favorecida pela febre indianista, o que fez dele, em meados do século XIX, o principal beneficiário do episódio da restauração portuguesa: "Foram-lhe consagradas várias notícias biográficas, enquanto sua mulher, dona Clara Felipe Camarão, e seu sobrinho, Diogo Camarão – sobre os quais, no entanto, não existem muitas informações – transformaram-se igualmente em figuras exemplares" (2014, p. 147). Ainda de acordo com a historiadora, Felipe Camarão tornou-se verdadeiramente uma unanimidade, uma vez que os autores *indiófilos* encontravam nele "a confirmação da exatitude de suas convicções", já para os *indiófobos*, como Varnhagen, um opositor dos indianistas, "era ele a prova de que o bárbaro pode ser corrigido" (Idem).

Um outro aspecto está diretamente relacionado ao lugar que a luta contra os holandeses teve na historiografia oitocentista. O episódio era um dos prediletos dos letrados do Império (Idem). O próprio Varnhagen dedicou anos de sua carreira intelectual ao tema, antes mesmo de publicar a *História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*, primeiramente em Viena, em 1871, e, posteriormente, em Lisboa, em 1872. Assim como a naturalidade de Camarão, a restauração também foi alvo de disputa, sobretudo, dos historiadores vinculados ao *Instituto Arqueológico e Geográfico*

Pernambucano (IAGP) que, a partir de 1862, passaram a preocupar-se em defender a naturalidade dos seus supostos ilustres varões, como Felipe Camarão, e construir uma versão pernambucana sobre acontecimentos seminais da história da província (PORTELLA, 1863, p.8-9). Não é sem razão a afirmação que, em seu discurso de fundação do IAGP, em outubro de 1862, o presidente Joaquim Pires Machado Portella tenha afirmado que Pernambuco tinha uma história própria e que esta atravessaria os principais acontecimentos da experiência histórica da nação (Idem). Nesse sentido, além de organizar os documentos esparsos e tratar da história da província, um dos interesses principais do IAGP era evitar que a história das lutas contra os holandeses fosse escrita sob critério da *historiografia imperial* e "para que se corrigissem as deformações da perspectiva unitária e fluminense que fora a da *História geral do Brasil*, de Varnhagen (1854), com o seu tratamento intolerante da revolução de 1817" (MELLO, 1997, p.67).

Em contraposição à historiografia pernambucana ligada ao IAGP, os historiadores da Corte passaram a interessar-se cada vez mais pela temática da restauração pernambucana – incorporando-a à construção da memória nacional – já que este acontecimento estava "gravado na lembrança das elites dessa província do Nordeste, conhecidas por seu antigo e entranhado sentimento nativista" (ENDERS, 2014, p.145). No século XIX, a temática em torno da restauração pernambucana seduziu muitos homens de letras dentro e fora de Pernambuco, que interpretava o episódio como a primeira manifestação do patriotismo brasileiro, "quando portugueses, índio e negros, sem o apoio da metrópole, conseguiram repelir o estrangeiro" (Idem, p. 147). Dessa maneira, os heróis nacionais da restauração, Vidal Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, eram considerados os genuínos representantes do senti-

mento patriótico brasileiro frente ao outro, o *invasor* holandês. Reivindicar a naturalidade desses heróis era uma estratégia intelectual, pois evidenciaria a primazia e a centralidade de uma determinada província na memória histórica da nação.

Os pernambucanos foram os primeiros a apropriar-se da naturalidade de Felipe Camarão. Desde sua gestação, durante a segunda metade do século XVII até meados do século XIX, o *nativismo pernambucano*, baseado nas crônicas luso-brasileiras, tais como: *Valeroso Lucideno* (1648), de frei Manoel Calado Salvador, *Memórias diarias de la guerra del Brasil* (1654), de Duarte de Albuquerque Coelho, a *Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica* (1676), de Francisco de Brito Freyre e *Castrioto lusitano* (1679), de frei Rafael de Jesus, já considerava os heróis da restauração Felipe Camarão, Vidal e Henrique Dias, como filhos de Pernambuco (MELLO, 1997, p.198). O *nativismo pernambucano* tinha eleito aqueles como *heróis* da restauração, juntamente com Vieira, o reinol considerado filho adotivo de Pernambuco, formando a tetrarquia imaginária que constituíra o sistema do exército restaurador do início da guerra contra a Holanda, em 1645, à posse de Barreto no comando em 1648 (Idem).

No século XIX, os letrados pernambucanos procuram assentar o imaginário nativista disputando com outros homens de letras que colocaram sob suspeição a naturalidade pernambucana de alguns heróis da restauração, como Henrique Dias e Felipe Camarão. O primeiro pernambucano a defender tenazmente a *pernambucaneidade* do índio *poty* foi o biógrafo Antônio Joaquim de Mello, em *Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco*, publicado em dois volumes, em 1856 e 1858. As biografias presentes nessa obra foram, primeiramente, publicadas no *Diário de Pernambuco*, sendo revisadas, e acrescentadas documentos inéditos e outras poesias (Cf. MELLO, 1856.) Nem Henrique Dias e nem

Felipe Camarão ganharam um capítulo à parte nos dois volumes. Porém, Joaquim de Mello tratou desses personagens em uma nota de rodapé referente à biografia do capitão *Luiz Barbalho Bezerra*, um dos personagens pernambucanos na luta contra os holandeses[33]. O objetivo da nota era apresentar *quando* e *onde* morreram e foram sepultados os *antepassados* dos pernambucanos e conterrâneos de Luiz Barbalho Bezerra, no caso Henrique Dias e Felipe Camarão. Embora tenha escrito sobre os dois primeiros laconicamente, é verdade, o principal interesse de Joaquim de Mello era tratar dos dois personagens, Henrique Dias e Felipe Camarão, das quais pairavam dúvidas e controvérsias em torno do local de nascimento de ambos, já que alguns, como Varnhagen, haviam afirmado que Felipe Camarão não era pernambucano.

Visconde de Porto Seguro foi um dos historiadores a contrapor-se à tese da naturalidade pernambucana de Felipe Camarão: "Este Indio célebre era filho do Ceará, e fôra d'ahi trazido, com todos os bravos de sua escolta, pelo capitão Martim Soares, apenas teve noticia do perigo de Pernambuco" (VARNHAGEN, 1854, p.363). Aqui começa a polêmica. A *retórica da naturalidade* emergiu da reação do biógrafo pernambucano, Joaquim de Mello, frente à tese de Varnhagen. Gostaríamos de destacar que o Visconde de Porto Seguro não foi o único a alegar que Felipe Camarão tinha nascido no Ceará. Aires de Casal, Robert Southey, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Basílio Quaresma Torreão, dentre outros, já haviam afirmado antes de Varnhagen que o índio *poty* era cearense[34].

---

33 O autor traz também ligeiros traços biográficos de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, muito embora não fossem pernambucanos.

34 Gostaríamos de acrescentar que João Manoel Pereira da Silva no tomo primeiro do seu livro Os varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniáes

FELIPE CAMARÃO, UM NORTE-RIO-GRANDENSE

Alberto Maranhão foi o primeiro homem de letras do Rio Grande do Norte a dedicar-se à polêmica em torno da *pátria* de Felipe Camarão. Ao contrário da tese dos pernambucanos e dos letrados, que defendiam a naturalidade cearense do índio, Alberto Maranhão afirmava que: "A verdade, porem, é que foi aqui, no Rio Grande do Norte, que o valoroso *potyguar* que depois se chamou Antonio Felippe Camarão nasceu e viveu antes da acção nobilissima dos primeiros missionarios" (1898b, p. 79-80). Os argumentos apresentados por ele na segunda parte do seu ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte foram, em grande medida, uma reprodução dos arrazoados do cearense João Brigido, que por sua vez apropriou-se significativamente da tese de Cândido Mendes de Almeida desenvolvida no prefácio do segundo tomo do livro *Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas*, publicado em 1874[35]. Conforme Alberto Maranhão, foi a João Brigido que ele

(1858), afirmou que Felipe Camarão teria nascido na Paraíba em 1598. (SILVA, 1858, p.304-305)

35 Com o intuito de reunir alguns documentos antigos concernentes à história das províncias do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí, Cândido de Mendes de Almeida publicou, em 1860, um livro intitulado Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas. Neste livro, Cândido Mendes de Almeida publicou e comentou o manuscrito do padre José de Moraes, intitulado Historia da Companhia de Jesus na extincta província do Maranhão e Pará (1759). O relato do padre José de Moraes foi o principal documento utilizado por Cândido Mendes para defender a tese de que Felipe Camarão teria nascido no Rio Grande do Norte. É válido destacar que a tese da naturalidade de Camarão só foi discutida por Cândido Mende de Almeida no segundo tomo das Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas, publicado em 1874. Neste volume, Cândido Mendes de Almeida escreveu um prefácio rebatendo às críticas que Varnhagen e

devia “o conhecimento mais perfeito desta questão” (1898b, p.82). Este publicou em dezembro de 1897, no jornal *A República* de Fortaleza, uma série de artigos intitulado *Camarão e o Ceará*, rebatendo os argumentos do seu conterrâneo, Luiz Lamartine Nogueira, que teria escrito, no mesmo ano, dois estudos, *Um ponto importante da Historiado Ceará tratado em despretenciosa palestra* e *Aldeyas do Camarão,* reafirmando a tese de Pedro Théberge de que o índio *Poty* teria nascido em Ibiapaba, no Ceará[36].

Alberto Maranhão apropriou-se dos argumentos de João Brigido, mais do que quaisquer outras arguições dos homens de letras que abordaram a questão. Sua escolha não foi desinteressada: João Brigido é um historiador “insuspeito, pois é cearense” (1898b, p.80). Para Alberto Maranhão, o discurso de João Brigido era totalmente imparcial, uma vez que, mesmo sendo cearense, não teria tratado de afirmar esta naturalidade ao índio Felipe Camarão. Esse fato é inconteste, por evidenciar a suposta imparcialidade do autor. Por essa razão, igualmente, ele pode ser digno de credibilidade. Assim, para Alberto Maranhão, João Brigido se constituiria como um

---

Antonio Henriques Leal fizeram ao relato do padre José de Moraes em 1871. As críticas dos referidos sócios do IHGB foram feitas, respectivamente, em Historia das luctas com Hollandeses no Brazil desde 1624 á 1654 e Apontamentos para a historia dos Jesuitas no Brazil, ambos publicados em 1871. Ao mesmo tempo em que contra-argumentava os arrazoados de Varnhagen e Antonio Henriques Leal, Cândido Mendes de Almeida urdia uma série de argumentação provando, a partir do relato do padre José de Moraes, que Felipe Camarão teria nascido em Ygapó no Rio Grande do Norte.

36 Felipe Camarão teria nascido na serra de Ibiapaba no Ceará, conforme Pedro Théberge. Nesse ponto, o autor de *Esboço histórico sobre a província do Ceará* teria discordado, ao mesmo tempo, de Joaquim de Mello, Aires de Casal e de Varnhagen em sua obra *Historia Geral do Brazil*. O primeiro porque teria dito que Felipe Camarão teria nascido na província de Pernambuco, o segundo e o terceiro por terem afirmado que a vila de Viçosa, no Ceará, era a localização exata do nascimento do índio *poty*: “Declaro mais que tenho certeza, fundada em documentos, que em 1600 ainda não existia Villa-Viçosa nem povoado algum na serra, nem mesmo em 1700.” (THEBERGE, 1860)

argumento de autoridade, não porque foi uma testemunha ocular dos acontecimentos, mas por posicionar-se imparcialmente, já que era cearense. Na esteira de João Brigido, Alberto Maranhão apresentou duas argumentações principais: a tese da transmigração indígena e a tese do nascimento no aldeamento de Extremoz no Rio Grande do Norte.

A partir de João Brigido, Alberto Maranhão tratou de argumentar que Felipe Camarão não era cearense, apesar de ser irmão Jacaúna ter se fixado no Ceará e constituído família na capitania. (BRIGIDO, 1897) O norte-rio-grande explica, apropriando-se do argumento de João Brigido, a relação de Felipe Camarão com o Ceará, a partir da ideia da fluidez da transmigração dos indígenas ao longo dos territórios do Brasil. Segundo esse raciocínio, os índios potiguares, como quase todos os outros, eram nômades, dependentes da caça e da pesca, o que não permitia se fixarem em um determinado local. Por possuírem uma ocupação transitória, os referidos índios estabeleciam migrações constantes entre um território e outro. Assim, em uma das viagens frequentes a Ibiapaba, os membros da família de Camarão, entre os quais seu suposto irmão Jacaúna, teria habitado esta região, localizando-se definitivamente. Para João Brigido, e consequentemente Alberto Maranhão, isso não quer dizer que a família Camarão fosse oriunda do Ceará, como tinham afirmado Aires de Casal e Luiz Lamartine Nogueira: "d'aqui do Rio Grande emigraram, da mesma forma que o chefe da família, Felippe Camarão. Emigrou de sua aldeia de Yagaó, em Extremoz, para Pernambuco, onde o apanhou em 1630 a invasão hollandeza que o arrastou aos combates sob as ordens de Mathias de Albuquerque" (MARANHÃO, 1898, p.84). Os índios potiguares teriam migrado para o Ceará por terem encontrado nas *montanhas de Ibiapaba* um reduto e um núcleo de resistência contra a

invasão holandesa, enquanto Felipe Camarão arregimentava seus parentes, desde Olinda até a Bahia, para a "lucta heroica da expulsão dos invasores" (MARANHÃO, 1898, p.85). Dessa maneira, Felipe Camarão, diferentemente de Jacaúna e dos outros *Camarão*, não teria se fixado em Ibiapaba, mas antes enveredou-se pelo território do Brasil, organizando as dispersas nações indígenas para se engajarem na restauração de 1645. É por essa razão que, para João Brigido e, por conseguinte, Alberto Maranhão, Felipe Camarão só teria passado pelo Ceará duas vezes: na ocasião, da visita ao túmulo do padre Pinto e na expedição de Jerônimo de Albuquerque ao Maranhão: "d'ella excuseu-se no Ceará, onde ficou a pedido do seu irmão Jacaúna" (Idem). O índio *Poty* teria ido ao Ceará, mas nunca a Ibiapaba, de acordo com João Brigido e Alberto Maranhão.

Fica claro, pelo expediente do argumento dos referidos letrados, que há uma distinção nítida entre alguns membros da família *Camarão* que residiram em Ibiapaba e Felipe Camarão, que teria apenas transitado no território, mas não tinha se fixado nele. Essa argumentação, sustentado pela referida distinção, explicaria a constatação de Aires de Casal da presença dos remanescentes da família *Camarão* na região do Ceará. Para João Brigido e Alberto Maranhão, a família *Camarão* e Felipe Camarão teriam trajetórias diferentes, por isso que não poderia reduzir o Ceará, mais precisamente, Ibiapaba, como o local de nascimento do índio *Poty*, só pelo fato de haver na região remanescentes da sua parentela.

Assentado o primeiro argumento, Alberto Maranhão busca provar que Felipe Camarão nasceu na vila de Extremoz e não em Ibiapaba. Para fundamentar essa argumentação, João Brigido e Alberto Maranhão basearam-se no relato de José Moraes, apresentando por Cândido Mendes de Almeida em suas memórias sobre o Maranhão, a qual trazia duas informações: primeiro, que Felipe

Camarão era chefe e tinha uma populosa aldeia no Rio Grande; segundo, que os padres Diogo Nunes e Gaspar Sampère, vindos de Pernambuco, teriam catequizados e batizados um bom número de inocentes e adultos da aldeia de Felipe Camarão, denominada de *Ygapó*, em Extremoz no Rio Grande [do Norte][37] (ALMEIDA, 1874, p. 15-18). De acordo com Alberto Maranhão, apropriando--se das análises de Cândido Mendes de Almeida e João Brigido, a aldeia de *Ygapó* seria o lugarejo mencionado pelos antigos cronistas e padres, o qual denominavam de *Ceará*. Assim, desta antiga povoação (Yagapó ou Ceará), situada em Extremoz, partiram os índios potiguares da expedição de Pero Coelho em direção à conquista de Ibiapaba: "sendo para presumir-se, com bons fundamentos, que aquelle decadente aldeiamento rio-grandense tenha dado nome ao florescente estado do Ceará" (1898b, p. 87). Em outras palavras, foi do *Ceará* de Extremoz, hoje município de Ceará-Mirim, que veio a denominação *Ceará*, nomeação da capitania vizinha ao Rio Grande. A estratégia discursiva aqui serve como baliza para se convencer que Felipe Camarão sempre esteve ou sempre partiu do Rio Grande [do Norte] em direção ao Ceará e não o contrário. Inclusive, no momento da guerra contra os holandeses, Felipe Camarão não estaria no sertão cearense, como defendia Pedro Théberge, mas sim em Pernambuco.

Reproduzindo o discurso de Cândido Mendes e de João Brigido, Alberto Maranhão afirma que Felipe Camarão transferiu--se do Rio Grande [do Norte] para Pernambuco devido "ou pela excassez de padres para regerem as suas missões ou pela necessida-

37 Colocamos *[do Norte]* entre colchetes para nos referirmos ao momento da capitania. Consideramos anacrônico tratar a capitania como *Rio Grande do Norte*, uma vez que esta menção se deu *a posteriori*. Doravante, iremos utilizar o termo Rio Grande [do Norte] com colchetes para identificar que estamos nos valendo de uma nomenclatura própria do período referente à capitania.

de de combater as hordas selvagens que infestavam as cercanias" (1898b, p.88). Esse raciocínio corrobora com a asserção de Joaquim de Mello de que Felipe Camarão estaria em Pernambuco no momento da eclosão da guerra contra os holandeses: "Que estava n'uma aldeia de Pernambuco é facto averiguado" (MARANHÃO, 1898b, p. 89). Alberto Maranhão discorda, à luz de João Brigido e Cândido Mendes, da afirmação de Varnhagen, em sua *História Geral do Brazil,* de que Felipe Camarão teria sido arregimentado por Martim Soares, na ocasião da emergência da luta contra os flamengos. Novamente, corroborando com Joaquim de Mello, Alberto Maranhão considerava que Felipe Camarão teria sido chamado ao serviço de guerra, entrando no exército de Mathias de Albuquerque, na ocasião da tomada de Olinda em 16 de fevereiro de 1630.

Alberto Maranhão concluiu a segunda parte de sua série de ensaios sobre a história do Rio Grande do Norte reforçando que os dois principais argumentos, listados por ele no decorrer do texto, provam "indiscutivelmente, que foi de facto o pequeno aldeiamento visinho de Extremoz o berço de Felippe Camarão, um dos mais notaveis vultos da historia patria" (1898b, p. 89-90). A partir dos argumentos de Cândido Mendes e João Brigido, Alberto Maranhão especificou o local de nascimento de Felipe Camarão, uma aldeia *Yagapó*, em Extremoz, para dar precisão ao argumento de que Ibiapaba, no Ceará, não poderia ser sua *pátria*.

EPÍLOGO

Alberto Maranhão entendia que a história regional deveria ser escrita a partir da biografia dos seus indivíduos ilustres. Não é por acaso que ele tenha reservado um espaço em seu ensaio para

tratar da disputa em torno da naturalidade de Felipe Camarão. Aliás, não foi só desta naturalidade que os homens de letras do Rio Grande do Norte disputaram com os cearenses. No jornal "A República" de 28 de junho de 1898, o tabelião Joaquim José Carlos de Noronha publicou a *certidão de idade* do médico Moura Brasil, atestando que este teria nascido no Rio Grande do Norte e não no Ceará, o que novamente uma polêmica com os cearenses (A República, 28 de junho de 1898). Outros personagens, como Miguel Joaquim de Almeida e Castro, foram também alvos de polêmicas (Cf. FERNANDES, 2016), o que demonstra a luta entre os referidos estados em reivindicar para si a naturalidade de seus concidadãos ilustres, tanto do passado como do presente. Nesse sentido, provar a naturalidade de Felipe Camarão foi mais do que demarcar uma origem do seu nascimento: foi uma forma de evidenciar o lugar do Rio Grande do Norte na construção da memória histórica da nação. Dito de outro modo, Felipe Camarão é o passaporte para a entrada do estado na memória nacional.

REFERÊNCIAS

A República. Natal, 11 de janeiro de 1898.

A República. Natal, 11 de setembro de 1897.

A República. Natal, 13 de novembro de 1897.

A República. Natal, 30 de novembro de 1897.

A República. Natal. 28 de junho de 1898.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas.** Tomo II. Rio de Janeiro: Nova typographia de J. Paulo Hildebrandt. 1874.

BRIGIDO, João. Camarão e o Ceará I. In: **A República.** Fortaleza, 14 de dezembro de 1897.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2002

CASCUDO, Luís da Câmara. Alberto Maranhão. In: *Acta Diurna.* ***A República.*** Natal, 09 de fevereiro de 1943.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal.** 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nosso amigo Castriciano (1874-1947).** Reminiscências e notas. Recife: Imprensa universitária. 1965.

CASCUDO, Luís da Câmara. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: **Revista do Rio Grande do Norte.** Ano I. Volume II. Natal: Empresa d'A República. 1898b.

CEZAR, Temístocles. **L'ecriture de l'histoire au Brésil au**

XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. École des Hautes Études em Sciences Sociales. Paris, 2002..

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: **Métis.** história & cultura – v.2, n.3, p.73-94, jan./jun. 2003

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **A "casa da memória norte-rio-grandense":** o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). 589f. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DOSSE, François. ***O desafio biográfico*****:** escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro". A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação:** fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014

FERNANDES, Saul Estevam. **O (IN)Imaginável elefante mal-ajambrado:** a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920). 1. ed. Natal: Editora IFRN, 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina:** o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Ed. do Autor, 2009.

HEGEL, Georg Whilhelm Friedrich. **A Razão na história:** uma introdução geral à filosofia da história. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARANHÃO, Alberto. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: ***Revista do Rio Grande do Norte.*** Ano I. Volume I. Natal: Empresa d'A República. 1898a.

MELLO, Antonio Joaquim de. Advertencia do autor. In: **Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco.** Tomo I. Recife: Typographia Universal, 1856.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio:** o imaginário da restauração pernambucana. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011**.**

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história:** a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX.

In: PEIXOTO, Renato Amado (org.). **Nas trilhas da representação:** trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços. Natal: EDUFRN, 2012. p.13-36

PORTELLA, Joaquim Pires Machado. DISCURSO. In: **RIAP.** Recife.Número I. 1863.

SILVA, João Manoel Pereira da. **Os varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniaes.** Tomo I. Paris: Livria de A. Franck; Livraria de Guillaumi, 1858.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da**. "Em cada esquina, um poeta em cada rua um jornal":** a vida intelectual natalense (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

SOUZA, Itamar de. **A república velha no Rio Grande do Norte:** 1889-1930. Natal: EDUFRN, 2008.

THEBERGE, Pedro. Esboço histórico sobre a província do Ceará. In: **Diário de Pernambuco.** Recife. 28 de fevereiro de 1860.

TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados:** escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 242f. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil.** Tomo primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

SUJEITOS E PRÁTICAS NA PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS ECLESIÁSTICOS: O CASO DA FREGUESIA DO SERIDÓ (SÉCULOS XVIII-XIX)[38]

Helder Alexandre Medeiros de Macedo[39]

INTRODUÇÃO

Temos estudado, nos últimos anos, aspectos da vida de populações indígenas e "mestiças" nos sertões do Rio Grande do Norte no contexto da colonização luso-brasílica, observando suas (con)vivências com outros grupos sociais e, bem assim, sua participação no processo sociohistórico de formação da sociedade sertaneja (MACEDO, 2011a; 2013). Nessas investigações, para a compreensão de como tais populações convivem umas com as outras, tornou-se imprescindível a apreensão de diferentes processos de territoriali-

38 Este texto é oriundo de resultados do projeto de pesquisa "Estudo do processo de territorialização das Freguesias do Seridó e Acari (sertão do Rio Grande do Norte, séculos XVIII-XIX) (PVF14265-2017)", desenvolvido pelo autor, como apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESq) da UFRN.

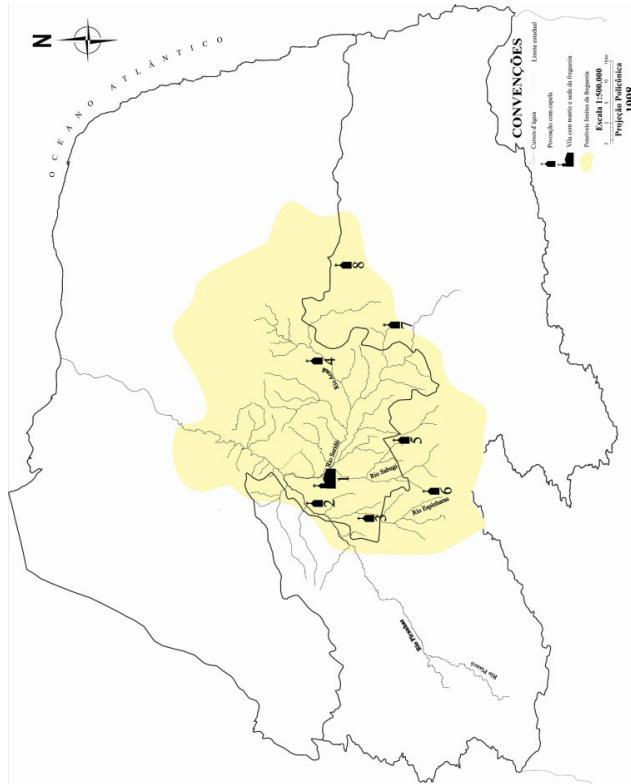
39 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó, atuando como docente permanente do Mestrado em História dos Sertões (MHIST-CERES-UFRN) e colaborador do Mestrado em História e Espaços (PPGH-CCHLA-UFRN)

zação que se deram nos espaços dos sertões do Rio Grande do Norte, mormente aqueles ligados à presença da Igreja Católica e da administração eclesiástica como um dos vetores da administração lusitana instaurada no Ultramar (SILVA; LINHARES, 1995; FONSECA, 2011). A partir do movimento de expansão da fronteira da pecuária, que culminou com o surgimento de fazendas de criação de gado, templos cristãos surgiram nas ribeiras sertanejas e, especificamente, na Povoação do Caicó, a Igreja Católica determinou a fundação de uma célula da administração religiosa, em 1748, intitulada de Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, com a finalidade de otimizar o gerenciamento do território e das almas (MACÊDO, 2007).

O surgimento desta freguesia se enquadra no contexto de um fenômeno mais amplo, o da ocidentalização, promovido pela empresa ultramarina ibérica e que toma corpo a partir do século XVI. Em decorrência da ocidentalização, segundo a problematização feita por Serge Gruzinski, se misturaram homens, imaginários e formas de vida oriundos das quatro partes do mundo conhecido - América, Europa, África e Ásia -, gerando indivíduos "mestiços" (GRUZINSKI, 2001, p. 62). Nesse mundo novo, de convivência entre "mestiços", índios, "africanos" e brancos, a importação e implantação de sistemas administrativos oriundos do Reino para o Ultramar assegurou a efetiva posse do espaço conquistado, servindo como extensão do poder metropolitano sobre as terras anexadas ao Império Colonial Português (SALGADO, 1985, p. 45-7). É preciso ressalvar, todavia, que a administração portuguesa nas áreas ultramarinas, incluída aquela de ordem Eclesiástica, não foi reproduzida de forma unilateral, mas adequou-se às especificidades de cada realidade local (BICALHO, 2001, p. 202).

Nesse sentido, a freguesia representava a unidade mínima da administração ultramarina em termos da esfera eclesiástica, cujo funcionamento atendia aos ditames do Padroado Régio (MAURO, 1991). Segundo Raphael Bluteau, freguesia, sinônimo de paróquia, era o lugar da cidade ou do campo onde vivem os fregueses, isto é, os paroquianos (BLUTEAU, 1719, v. 4, p. 206). Os fregueses se reportavam a um pároco, responsável por conduzir os trabalhos espirituais da freguesia, que carregava, em seu título, a invocação a uma das entidades do panteão católico romano, a depender do contexto do seu surgimento. Os párocos, para além das obrigações ligadas à fé, encaminhavam listas dos seus fregueses às autoridades coloniais periodicamente, colaborando, assim, com a disseminação de informações – e, porque não dizer, controle – dos habitantes da América portuguesa para o Reino. A freguesia serviu, assim, de instrumento da burocracia colonial, como consequência dos laços do Padroado.

Além da função de cuidar das almas e da consciência crista de seus fregueses, deveria cumprir outra tarefa: a de fornecer ao Reino listas de seus súditos, de forma que o controle populacional pudesse ser exercido com mais acuidade. Livros próprios para assentos de batizados, casamentos e mortes eram comuns nas freguesias, especialmente após a edição da primeira legislação eclesiástica colonial, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707 (VIDE, 1853). Tais registros davam condições de conhecer os suspiros de vida e de morte de seus fregueses aos curas e, de quebra, às autoridades coloniais, de estar por dentro do crescimento do contingente populacional de determinado território da América Portuguesa.

Diversos estudiosos, ao longo do século XX, demonstraram a importância da Freguesia do Seridó para a conformação dos limites atuais da região conhecida como Seridó, situada na porção

centro-sul do Rio Grande do Norte. Historiadores eruditos focaram suas atenções, ao tratar da história da região do Seridó, na proeminência da referida freguesia para o desenho, gradativo, dos limites regionais da época em que suas obras foram publicadas. Tais historiadores representaram a Freguesia do Seridó por meio dos limites geográficos presentes no seu Livro de Tombo mais antigo ou dos desmembramentos territoriais que esta sofreu ao longo do tempo – sempre, diga-se de passagem, reservando ao município de Caicó um lugar de relevo por estar no centro da irradiação do povoamento luso-brasílico (LIMA, 1930; AUGUSTO, 1940, 1954; MONTEIRO, 1945; DANTAS, 1961). Posteriormente, historiadores (MATTOS, 1985; MACÊDO, 1998, 2007; MACEDO, 2011, 2013) e uma geógrafa (MORAIS, 2005) adensaram a análise acerca da criação da freguesia como ponto de partida para a compreensão dos processos que levaram à construção, historicamente, do território hoje conhecido como Seridó. Em tais investigações, que não tinham como objeto central a especificidade da história da Igreja Católica nos sertões do Rio Grande do Norte, os autores, para além de discutirem a geografia que propiciou o ordenamento cristão em torno da freguesia, propuseram a representação gráfica, no formato de mapas, dos limites do território apadroado por Sant'Ana no Seridó. Em ambos os conjuntos de investigações, os autores privilegiaram, para o estudo da Freguesia do Seridó, elementos ligados à consideração dos aspectos geográficos e aqueles ligados à própria instalação dos organismos administrativos no Ultramar.

Em nossas pesquisas anteriores, particularmente, consideramos que a territorialização da Freguesia do Seridó foi o resultado de diferentes apropriações dos espaços anteriormente ocupados apenas pelos indígenas Tarairiu, os quais foram transformados em territórios coloniais a partir do afluxo da pecuária pelos sertões

(MACEDO, 2011a; 2013). Ousamos construir, assim, uma proposta de visualização gráfica acerca de como seria um mapa da freguesia, sem a intenção, todavia, de traçar limites rigorosamente pontuais para uma célula da administração religiosa do século XVIII da qual nem mesmo possuímos um mapa da época em que foi oficialmente criada. Além de não possuirmos tal instrumento cartográfico, sabemos da incapacidade que temos de reproduzir a realidade, sobretudo a do período colonial. Quando muito, especialmente no caso dos acontecimentos situados cronologicamente antes do tempo presente, podemos reconstruir pequenos e delicados fios da trama de uma frágil urdidura que é o passado. Foi pensando dessa maneira que elaboramos um mapa (possível) para a Freguesia do Seridó (Figura 1).

Esse mapa teve como referencial um outro da lavra do Instituto do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA) e Secretaria de Estado do Planejamento e Finanças (SEPLAN), produzido em 1997. Sua construção segue a orientação preconizada por Muirakytan Macêdo de tomar como premissa a malha hidrográfica das ribeiras do Piranhas, Espinharas, Seridó e Acauã, a qual, de acordo com a documentação que criou a freguesia, constitui a área de controle espiritual onde estariam situados os fregueses de Sant'Ana. Dentro da trama hidrográfica apresentada no mapa, foi feito um destaque para o rio Seridó, que, no ato de criação da freguesia, agregou-se ao nome da avó de Jesus, assim considerada pela tradição cristã (MACÊDO, 1998).

Figura 1 – Provável área de abrangência da Freguesia de Santa Ana do Seridó até 1788

Fonte: Macedo (2007, p. 187).

Nos terraços fluviais dos cursos d'água, situamos com números os locais onde surgiram os aglomerados populacionais a partir da perda de intensidade da Guerra dos Bárbaros, com as respectivas datas de ereção dos templos: 1 – a Vila Nova do Príncipe, criada em 1788 a partir da Povoação do Seridó/Caicó e que era a sede da freguesia, contando com dois templos, a Capela de Nossa Senhora do Rosário do Penedo e a Matriz da Senhora Santa Ana

do Seridó; 2 – a Povoação de Nossa Senhora dos Aflitos do Jardim das Piranhas; 3 – a Povoação da Nossa Senhora do Ó da Serra Negra; 4 – a Povoação de Nossa Senhora da Guia do Acari; 5 – a Povoação de Santa Luzia do Sabugi; 6 – a Povoação de Nossa Senhora da Guia dos Patos; 7 – a Povoação de Nossa Senhora da Luz da Pedra Lavrada; 8 – a Povoação de Nossa Senhora das Mercês da Serra do Cuité.

Acrescemos, ainda, que a delimitação da área da freguesia não tem seus contornos definidos com uma linha, vez que, como afirmamos acima, é bastante perigoso, na falta de um mapa oficial desse curato, delinearmos uma representação com limites definidos. Optamos, então, por propor a visibilização do território abençoado por Sant'Ana por meio de uma *mancha*[40], que cobre a malha hidrográfica já mencionada e mais os seus espaços adjacentes. A composição dessa nódoa seguiu como ponto de partida as fontes manuscritas da Paróquia de Sant'Ana, da Comarca de Caicó e do Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc), bem como os relatos de diferentes épocas sobre a freguesia e a historiografia regional. Trata-se de mais uma representação cartográfica sobre a área de abrangência da Freguesia do Seridó, assim como as que foram produzidas por Mattos (1985), Macêdo (1998; 2007) e Morais (2004).

Para compreender o processo de territorialização da Freguesia do Seridó, é necessário, contudo, não apenas visualizar a forma do território no espaço, por meio de uma *mancha*, como discutimos nos parágrafos anteriores. É importante, igualmente, ana-

40 A ideia de representar a Freguesia do Seridó através de uma mancha – denotando o seu caráter de volatilidade – e não mais através de linhas ou contornos fixos é de autoria do Professor Muirakytan Macêdo, que a expôs em uma dos encontros da Base de Pesquisa "Formação dos Espaços Coloniais: economia, sociedade e cultura", do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da qual fizemos parte. Essa ideia de representar territórios coloniais de caráter eclesiástico através de *manchas* também pode ser observada em Felipe; Carvalho (1999).

lisar como os sujeitos que ocuparam as zonas de difusão e as transformaram em regiões coloniais construíram sua territorialidade em meio à administração religiosa. Desta forma, indagamo-nos: como se construiu o território da Freguesia do Seridó a partir da ação dos sujeitos históricos que contribuíram para a ocupação da ribeira com a atividade pecuarística?

Utilizamos como *corpus* documentais, para a produção do texto que intenta responder, de forma modesta e apriorística, à questão formulada no parágrafo anterior, o Livro de Tombo da freguesia (1747-1906) e os registros paroquiais de batizado (1803-1822), casamento (1788-1821) e óbito (1788-1838). Tais fontes, prioritárias, foram cruzadas, seguindo a inspiração do método onomástico (GINZBURG, 1989), com fontes judiciais ligadas à Comarca de Caicó, os inventários *post-mortem* (1737-1835), custodiados pelo Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc). Em relação ao texto em si, inicialmente remontamos aos pressupostos teóricos que norteiam a investigação, para, depois, reconstruirmos as trajetórias de casais cujas ações nos sertões contribuíram para o processo de territorialização da Freguesia do Seridó.

ESPAÇO E TERRITÓRIO

As discussões propostas neste ensaio têm como base os conceitos de território e territorialização. O território e sua vinculação com o espaço têm sido amplamente discutidos do ponto de vista epistemológico no âmbito das ciências humanas e sociais (CASTRO; COSTA; CORREA, 2001).

O geógrafo francês Claude Raffestin, em sua conceituação, enuncia que o território é formado a partir do espaço, sendo resultante de uma ação conduzida por um determinado ator ou grupo social

em qualquer nível, uma apropriação que leva à territorialização do espaço. O espaço aparece, portanto, como pré-existente, necessitando de uma intenção de apoderamento, possibilitada pela existência de relações de poder, por parte de um grupo social para que possa, assim produzido, transformar-se em território (RAFFESTIN, 1993).

A anterioridade do espaço ao território e a existência de relações de poder também está presente na forma de abordar o conceito pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza. Este afirma que o território é "fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 2001, p. 78), não necessariamente sendo representado apenas pela sua forma grandiloquente da nação, mas, também como aparece com mais cadência na formulação de Claude Raffestin. Assim, os territórios existem e são construídos nas mais diversas escalas temporais e espaciais, podendo ter um caráter permanente, mas também cíclico ou periódico (SOUZA, 2001, p. 81).

O geógrafo Rogério Haesbaert, embora tome como referência um enfoque cultural do território (HAESBAERT, 1995), ao estudar a desterritorialização e a identidade entre a rede de gaúchos no Nordeste contemporâneo, propõe a retomada de diversos tipos de enunciação do conceito, admitindo que a sua formulação depende, fundamentalmente, da posição filosófica a que estiver agregado o pesquisador. Mapeando os seus usos nas ciências sociais, Haesbaert conseguiu agrupar as diferentes concepções de território em dois referenciais teóricos. O primeiro, que parte da compreensão do binômio materialismo e idealismo, distribuído numa visão mais totalizante (a vinculação da sociedade com a natureza) e noutra mais parcial do território (a vinculação da sociedade com as estruturas econômicas, políticas e/ou culturais).

O segundo, que se preocupa com a historicidade do concei-

to, ao indagar sobre sua abrangência histórica (seria uma condição geral de qualquer sociedade, ou seria historicamente circunscrito a determinados períodos ou grupos sociais?) e sobre seu caráter mais absoluto ou relacional (seria representado como uma "coisa" ou objeto ou como relação?). Ao discorrer sobre o segundo grupo de aportes teóricos, o autor expõe que, ao considerar-se o território como indissociável da reprodução dos grupos sociais - na medida em que as relações entre esses grupos são espacial ou geograficamente mediadas -, podemos estender o conceito "a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico". Ou seja, trata-se da noção mais ampla de território, definida, antes de tudo, pelas relações sociais ou culturais em que está mergulhada (HAESBAERT, 2002, p. 18-25).

Essa postura, que reflete um entendimento mais amplo do território, foi assumida pelo geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes ao estudar as bases da formação territorial do que hoje corresponde ao Brasil no período colonial, especificamente, no século XVI. Epistemologicamente parte da categoria de espaço, considerada vaga, para a precisão do conceito de território: enuncia que a valorização do espaço é um processo historicamente identificado de formação de um território, onde estão envolvidas representações, discursos e consciências. O território, dessa maneira, corresponde a um espaço social, construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza.

Nas palavras do autor, é "um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga" (MORAES, 2000, p. 18-9). Estreitando o viés de análise e tratando da realidade colonial facultada pelos empreendimentos marítimos dos séculos XV e XVI, afirmou que nesse período pode-se perceber uma lógica territorial reprodutora das relações capitalistas de produção, ao distinguir centro e periferia na

economia-mundo em gestação. A formação de um Antigo Sistema Colonial, assim, corresponderia à tentativa de organização dos espaços periféricos num período inicial da ocidentalização, que avança na América através da criação de territórios coloniais (MORAES, 2000). Tais territórios, portanto, incorporam, para o contexto da América portuguesa, regiões coloniais (núcleos de assentamento que foram povoados, ligados em rede e dotados de caminhos regulares), fundos territoriais (áreas de não devassadas) e áreas de trânsito (de ocupação não perene ou de estabelecimento recente) (MORAES, 2008, p. 61-73).

Partindo dos autores elencados e tomando a realidade dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte como foco da análise, compreendemos território como sendo um espaço apropriado em função e a partir de relações de poder, sociais e culturais. Consideramos, assim, a territorialização - transformação do espaço em território - como um processo que se dá pela apropriação de indivíduo(s), grupo(s) social(is) ou mesmo de nação(ões) sobre determinada superfície da terra, dotando-a de visibilidade e de funcionalidade específicas. No contexto da ocidentalização, pois, o surgimento e implantação das freguesias corresponde a uma territorialização do espaço engendrada a partir do movimento de transposição de níveis da administração lusitana para o Ultramar, com a finalidade de gerenciar suas possessões. Um dos instrumentos de registro deste controle da Igreja Católica sobre os territórios por ela dominados, a partir do movimento de evangelização na América, era o livro de tombo, onde os sacerdotes deveriam registrar o ato de criação da freguesia e seus sucessivos desmembramentos, doações de fiéis, escrituras ligadas ao patrimônio territorial e, dentre outros, o registro das visitações feitas no território paroquial e, bem assim, as cartas pastorais remetidas pelas instâncias superiores.

SUJEITOS E TERRITORIALIZAÇÃO

O Livro de Tombo número 1, da Freguesia do Seridó, que cobre o recorte temporal de eventos situados de 1747 a 1906, encontra-se arquivado na Casa Paroquial São Joaquim, da Paróquia de Sant'Ana, em Caicó-RN. Ele serviu de base para grande parte das discussões acerca da história do Seridó que emergem das obras de Eymard Monteiro (1945) e dom José Adelino Dantas (1962), bem como, para estudos acadêmicos anteriormente referidos, quando trata-se da relação entre a Igreja Católica e a colonização (MACÊDO, 1998; 2007; MORAIS, 2005; MACEDO, 2011; 2013). Não se trata do livro "original", pois, conforme se lê na folha de abertura, redigida pelo visitador Francisco de Brito Guerra – igualmente, Pároco do Seridó – , o conteúdo deste foi copiado, a partir de 1842, "do Livro velho, que por se achar já incapaz de duração, será transcrito e passado para este enquanto se poder aproveitar". O exame das páginas do referido livro de tombo nos permite ter acesso a diferentes operações territoriais envolvendo sujeitos, a instituição eclesiástica e o próprio território, como pode se depreender do quadro a seguir:

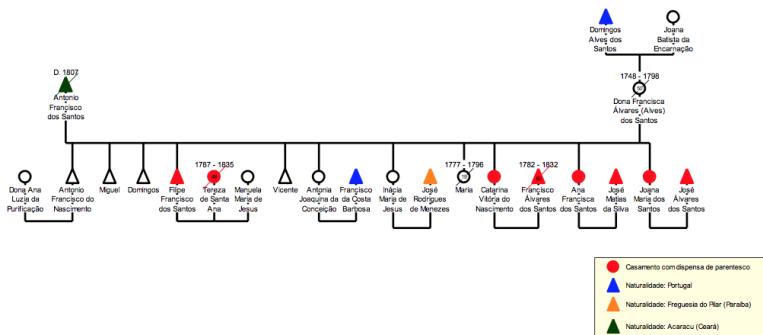
Quadro 1 – Operações territoriais presentes no Livro de Tombo nº 1 da Freguesia do Seridó (1747-1826)

ANO	OPERAÇÃO TERRITORIAL	SUJEITOS ENVOLVIDOS
1747	Recomendação para divisão dos curatos do Icó e Piancó	Visitador Manuel Machado Freire, pelo Bispo de Pernambuco, d. Frei Luiz de Santa Tereza
1748	Criação da Freguesia do Seridó e estabelecimento de limites	Visitador Manuel Machado Freire
1748	Designação do lugar para a ereção da nova Matriz do Seridó, com levantamento do cruzeiro, em terras doadas	Tenente José Gomes Pereira e sua esposa, Ana Maria de Assunção

ANO	OPERAÇÃO TERRITORIAL	SUJEITOS ENVOLVIDOS
1785	Doação de terras para o patrimônio da matriz	Tenente Antonio Francisco dos Santos e sua esposa, Francisca Álvares dos Santos; Antonio Luiz de Souza e sua esposa, Ana Tereza de Jesus
1787	Provimento recomendando aforar as terras da matriz	Visitador Manuel Vieira de Lemos Sampaio
1793	Venda de parte de terra, na Vila do Caicó, para o patrimônio da matriz	Petronila Fernandes Jorge, viúva do Capitão Manuel de Souza Forte
1805	Benefício de sepultura perpétua para si, filhos e netos, do cruzeiro para cima, na Matriz do Seridó	Dona Ana Tereza de Jesus; Tenente Antonio Francisco dos Santos
1805	Benefício para poder alienar a terceiros o chão de sua casa, na Vila do Príncipe	Dona Ana Tereza de Jesus
1822	Venda de chãos de terra, na Vila do Príncipe, para o patrimônio da matriz	José de Fontes Rangel
1826	Demarcação da terra doada e comprada para o patrimônio da matriz	Padre Francisco de Brito Guerra, Antonio Ferreira de Fontes e sua esposa, Dona Vitorina Joaquina Sanches de Carvalho

Fonte: elaboração de Helder Macedo a partir do Livro de Tombo nº 1 da Freguesia do Seridó (1747-1826)

Dentre as pessoas nominadas no livro de tombo, efetuamos a escolha de três casais com o fito de rastrear suas trajetórias de vida, por meio do método onomástico, e percebermos suas ligações com o processo de territorialização da Freguesia do Seridó. A escolha recaiu sobre aqueles que doaram partes de suas terras para o patrimônio da matriz, ou seja, José Gomes Pereira e Ana Maria de Assunção; Antonio Francisco dos Santos e Francisca Álvares dos Santos; e Antonio Luiz de Souza e Ana Tereza de Jesus. Do primeiro casal, José Gomes e Ana Maria, dado o fato do evento

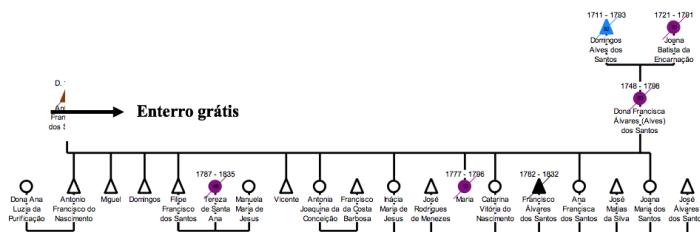
estar situado no mesmo ano de criação da freguesia (1748), não conseguimos encontrar outras documentações em que os mesmos estivessem referidos. O evento a que nos referimos é a instalação do cruzeiro, símbolo do início da construção da Matriz do Seridó, no dia 26 de julho de 1748. A ereção do cruzeiro foi conduzida pelo padre Francisco Alves Maia, cura da freguesia, que, no lugar do Caicó, "acompanhado de grande parte de povo e com consentimento do Tenente José Gomes Pereira" levantou uma cruz no terreno "onde os Fregueses hão de fundar a Matriz para cuja fundação deu dito Tenente José Gomes Pereira e sua mulher Dona Ana Maria da Assunção, a terra que fosse necessária e conveniente".

Fazendo o cruzamento de fontes eclesiásticas e judiciais, foi possível traçar um perfil acerca do casal Antonio Francisco dos Santos e Francisca Álvares dos Santos. Ele era natural do Acaracu, na Capitania do Ceará, e ela, do Seridó, sendo filha do português Domingos Alves dos Santos e de Joana Batista da Encarnação, cuja descendência foi estudada, anteriormente, por Olavo de Medeiros Filho (1981, p. 315-343) e por Sinval Costa (1999). Nas fontes paroquiais, Antonio Francisco foi qualificado como tenente em 1791 e 1799. O casal residiu na fazenda Sobradinho, Ribeira do Quipauá, termo da Vila Nova do Príncipe, Capitania do Rio Grande do Norte. Dos casamentos que conseguimos localizar, relativos a seus filhos e netos, o local da celebração foi a Matriz do Seridó ou a fazenda mencionada. No Sobradinho moraram, também, os filhos Inácia Maria (casada com José Rodrigues), Catarina Vitória (casada com Francisco Álvares) e Antonia Joaquina (casada com Francisco da Costa).

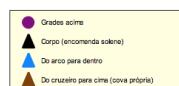
Francisca Álvares dos Santos faleceu em 1798 e, em seu inventário, processado na Vila Nova do Príncipe, constaram bens nos títulos de alfaias, casas, bens de raiz, cavalar, cabrum, móveis

e escravos. Como bens de raiz, partes de terras no Sobradinho, Itans, Luiza, Raposa – dedicadas à criação de gado – e na Serra do Martins, destinada à criação de lavouras. No tocante a casas, uma morada de casas na Vila Nova do Príncipe e outra na fazenda Sobradinho e **dívidas** registradas à Irmandade das Almas, Irmandade do Santíssimo Sacramento e ao orago da Matriz do Seridó. O espólio dos bens de Francisca Álvares foi orçado em 1:728$174, valor equivalente, na época, a 108 cavalos, tomando-se o preço unitário deste, no próprio processo, por 16$000. Trata-se de um inventário de uma senhora com razoável cabedal, considerando que está inserido dentro 21% de ativos familiares da Ribeira do Seridó, estudados por Macêdo (2007), que possuíam espólio entre 1 e 2 contos de reis (12 de 56 inventários).

Antonio Francisco e Francisca Álvares foram pais de 11 filhos, dos quais 10 sobreviveram e estiveram presentes no inventário da matriarca anteriormente mencionado, conforme demonstra o geneagrama abaixo:

Figura 2 – Descendência de Antonio Francisco dos Santos e Francisca Álvares dos Santos (1ª geração)

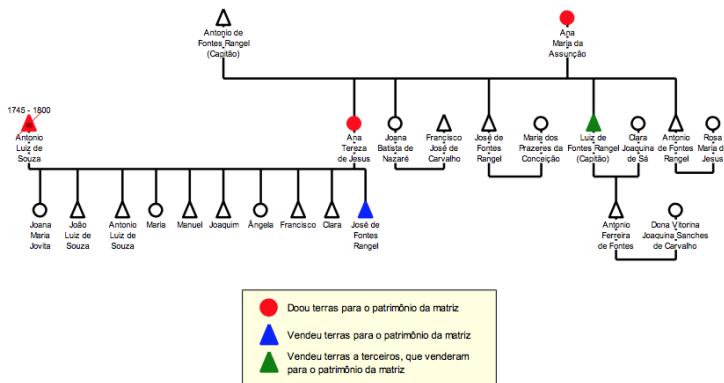
Fonte: elaboração de Helder Macedo com o *software* GenoPro a partir de dados paroquiais e cartoriais

Pelos dados constantes no genegrama, percebemos que os casamentos consanguíneos, a julgar pelas informações fornecidas pelos registros paroquiais, ocorreram com relativa frequência na família de Antonio Francisco e Francisca Álvares, bem como, com genros provenientes de Portugal e da Paraíba, prática comum em outras parentelas descendentes de migrantes lusitanos, como assinalamos anteriormente (MACEDO, 2011b).

A doação que o casal fez de terras para o patrimônio da Matriz do Seridó se deu no dia 23 de agosto de 1785, em escritura feita na fazenda da Barra de Baixo, na Ribeira das Piranhas de Baixo, em casa de morada do capitão Sebastião Gonçalves de Araújo. Na mesma ocasião, também fez doação de terras o casal Antonio Luiz e Ana Tereza, como comentaremos posteriormente. Na escritura da doação, a referência é feita a “um sítio de terras de criar gados onde se acha ereta a Matriz da Senhora Santa Ana da Freguesia do Caicó”, de posse do casal, o qual adquiriu por compra aos irmãos José e Antonio de Fontes Rangel, de quem falaremos mais adiante. A doação de uma gleba ao patrimônio da freguesia, por outro lado, conduziu Antonio Francisco a, no ano de 1805, requerer para si, seus filhos e netos o benefício de sepultura grátis na Matriz do Seridó, “em atenção ao beneficio feito a sua Matriz, de cuja graça parece ser o suplicante digno”, requerimento este atendido pelo padre Francisco de Brito Guerra (FGSSAS, LT1, f.8-8v).

Observando-se os filhos de Antonio Francisco e de Francisca Álvares a partir dos registros paroquiais de óbito, em relação aos seus sepultamentos, temos que a própria matriarca, sua mãe Joana Batista, sua nora Tereza de Santa Ana e a filha Maria foram sepultadas “de grades acima”. O genro Francisco Álvares dos Santos, embora sepultado no corpo da matriz, foi encomendado solenemente, enquanto o patriarca, Antonio Francisco, foi sepul-

tado do cruzeiro para cima, em cova própria. Estar sepultado das grades acima e/ou no cruzeiro perfazia a ideia de territórios dentro dos templos que, na lógica cristã colonial, revelavam as diferenças sociais e ressaltavam o quanto a geografia terrena de uma matriz poderia refletir uma geografia celeste pensada pelos fiéis. Tal geografia da morte, apoiando-se no pensamento de João José Reis, variava conforme o lugar onde o defunto era sepultado no templo, sendo a ordem de importância "(...) das covas no adro, de menor prestígio, àquelas próximas do altar-mor, onde se acomodavam os mortos melhor situados na vida" (REIS, 1997, p. 22). Tais sepultamentos estão demarcados na próxima figura:

Figura 3 – Lugares de sepultamento na Matriz do Seridó - 1ª geração da descendência de Antonio Francisco dos Santos e Francisca Álvares dos Santos

Fonte: elaboração de Helder Macedo com o *software* GenoPro a partir de dados paroquiais e cartoriais

Fonte: elaboração de Helder Macedo com o *software* GenoPro a partir de dados paroquiais e cartoriais

Além disso, é preciso sublinhar a cova própria do patriarca do Sobradinho, benefício adquirido junto à freguesia, conforme enunciado. Dois netos de Antonio Francisco e Francisca Álvares foram, igualmente, sepultados na cova própria da família, no cruzei-

ro: Antonia, falecida em 1811, filha de Francisco da Costa Barbosa e Antonia Joaquina da Conceição e Tereza, falecida em 1824, filha de Filipe Francisco dos Santos e Manuela Maria de Jesus, demonstrando que o benefício de sepultura específica (e gratuita) para a família perdurou, até onde pudemos rastrear na documentação, até a segunda geração.

No que diz respeito ao outro casal, que fez doação de terras a Sant'Ana no mesmo dia que Antonio Francisco e Francisca Álvares, trata-se de Antonio Luiz de Souza e Ana Tereza de Jesus, que residiram na Vila Nova do Príncipe, embora mantivessem propriedades de criação de gado nos sítios Itans e Barra Nova. Antonio Luiz era natural, igualmente, do Acaracu, na Capitania do Ceará, enquanto Ana Tereza era filha do capitão Antonio de Fontes Rangel e de Ana Maria da Assunção. É bastante provável que esta última seja a mesma Ana Maria da Assunção a qual, no distante 1748, doou o terreno inicial que constituiu o patrimônio da Matriz de Sant'Ana, junto com José Gomes Pereira. Com o falecimento deste, provavelmente deve ter contraído casamento com Antonio de Fontes Rangel. A homonímia e o fato de se tratar da mesma porção de terra, doada a Sant'Ana, reforça a hipótese de ser a mesma Ana Maria da Assunção.

A crer-se nesta hipótese, temos que a família Fontes Rangel teve uma relação próxima com as operações territoriais envolvendo o patrimônio da freguesia, como demonstramos na figura abaixo, onde aparecem, além das doações já conhecidas – Ana Maria da Assunção e Antonio Luiz e Ana Tereza – vendas de partes de terra, para o patrimônio de Sant'Ana, por José de Fontes Rangel e, indiretamente, por Luiz de Fontes Rangel:

Figura 4 – Doações e vendas de terras para o patrimônio da Matriz do Seridó pelos Fontes Rangel

Fonte: elaboração de Helder Macedo com o *software* GenoPro a partir de dados paroquiais e cartoriais

O geneagrama acima também demonstra a descendência de Antonio Luiz e Ana Tereza, constituída, até onde pudemos investigar, de 10 filhos. O inventário dos bens deixados por Antonio Luiz, processado na Vila Nova do Príncipe em 1800, também está, como o de Francisca Álvares, já mencionado, entre os 21% de ativos familiares da Ribeira do Seridó com espólio entre 1 e 2 contos de reis. Além das terras nos sítios Itans e Barra Nova, deixou uma casa de taipa e telha na Vila Nova do Príncipe, em chãos próprios, mais bens nos títulos de ouro, prata, ferro, móveis, roupas, escravos, bens de raiz, vacum, cavalar e cabrum. Dívidas foram registradas em favor da Irmandade das Almas, Irmandade do Santíssimo Sacramento e Irmandade de Jerusalém. O valor do monte maior do inventário foi orçado em 1:040$080, soma com a qual, para a época, observados os preços de avaliação do próprio arrolamento, se poderiam adquirir 115 garrotes machos (cada um, avaliado a 9$000). Os descendentes de Antonio Luiz e

Ana Tereza, até que uma pesquisa genealógica aprofundada os realce, encontram-se perdidos nas brumas do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio territorial da Matriz do Seridó foi constituído a partir do concurso de doações de partes de terras por criadores de gado situados nas Ribeiras do Quipauá e do Seridó. Essas famílias de criadores fixaram a si e seus descendentes no território da freguesia. Às doações de terras, elementos imprescindíveis para a instalação da sede da freguesia, seguiu-se o aforamento das glebas, para usufruto dos fregueses, importando no pagamento do foro, prática ainda existente na paróquia. Tal aforamento encontra-se presente nas páginas do Livro de Tombo da freguesia, embora não tenha sido explorado no presente texto.

Em retribuição pelo contributo à obra divina, como era a praxe nas sociedades de distinção do Antigo Regime, os doadores requereram benefícios de sepulturas perpétuas no cruzeiro da matriz para si e duas gerações, perpetuando, portanto, lugares de poder no cenário religioso. A reconstrução das trajetórias de dois casais que doaram parcelas de seus patrimônios para a criação da freguesia, obtendo, assim, benefícios materiais e espirituais, nos permite ter um outro olhar acerca do processo de territorialização, que sublinha o papel ativo dos colonizadores no gerenciamento do território.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, José. **Famílias Seridoenses.** 2.ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002 [1940].

AUGUSTO, José. **Seridó.** Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fâtima Silva. (Orgs.). ***O Antigo Regime nos Trópicos*:** a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 189-221.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra:** Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia***:* conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo.** Garanhuns: O Monitor, 1962.

FELIPE, José Lacerda Alves & CARVALHO, Edilson Alves de. **Atlas escolar do Rio Grande do Norte.** João Pessoa: Grafset, 1999.

FONSECA, Cláudia Damasceno. ***Arraiais e vilas d'el rei:*** espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In:_____. ***A micro-história e outros ensaios.*** Tradução de António Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SILVA, Carlos A. Franco da et ail (orgs). **Território, territórios.** Niterói: PPGEOUFF/AGB, 2002. p. 17- 38.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte:** Baixa Verde, Caicó, Canguaretama, e Caraúbas. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1990 (Col. Mossoroense, série C, v. 596, ed. fac-similar).

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Colonos portugueses e luso-brasílicos na formação de agrupamentos familiares na Freguesia do Seridó (1788-1811). **Clio - Série História do Nordeste,** Recife, v. 29, n. 2, 2011b.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó:** genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013. 360f.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte:** história e mestiça-

gens. Natal: EDUFRN, 2011a.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó:** uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005 [1998].

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais:** patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007. 300f.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe - 1850/1890. Sertão do Seridó - Um estudo de caso da pobreza.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1985. 247 pf

MAURO, Frédéric (coord.). **O Império Luso-Brasileiro - 1620-1750.** Lisboa: Editorial Estampa, 1991 (Nova História da Expansão Portuguesa, v. VII).

MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. **Caicó:** subsidios para a historia completa do municipio. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Formação colonial e conquista de espaço. In:_____. **Território e história no Brasil.** 3.ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 61-73.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no 'longo' século

XVI. São Paulo: Hucitec. 2000.

MORAIS, lone Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense:** uma geografia da resistência. Caicó: edição do autor, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REIS, J. J. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In:___. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil - Império:** a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 96-141.

SALGADO, Graça, coord. **Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Pró-memória/ Instituto Nacional do Livro, 1985.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda L. Região e história agrária. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 4, 1995.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. *Rio de Janeiro*: Bertrand Brasil, 2001. p. 15-47.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720).** São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1853.

A GUERRA DOS BÁRBAROS E O MEDO: FRAGILIDADE E AMEAÇA DE DESPOVOAMENTO NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

Júlio César Vieira de Alencar[41]

O período posterior à expulsão dos holandeses das Capitanias do Norte da América portuguesa foi marcado pela expansão da sociedade colonial em direção ao oeste. Entretanto, tal processo de interiorização, baseado sobretudo na atividade pecuária, não se deu sobre um vazio geográfico, pois resultou em diversas ações de resistência perpetradas pelas populações indígenas contra o avanço dos colonos e dos rebanhos sobre seus territórios tradicionais. Esse conjunto de conflitos que se seguiu foi intitulado pelas autoridades coloniais – e pelos historiadores dedicados ao tema – de *Guerra dos Bárbaros*, estendendo-se da segunda metade do século XVII até as duas primeiras décadas do século XVIII (PUNTONI, 1998a, p. 5; 66; SILVA, 2010a, p. 155).

A ocupação efetiva desses espaços pelos luso-brasileiros,

---

41 Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *campus* São Paulo do Potengi. Atua como membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) da UFRN.

portanto, seria o resultado de um longo processo – nem sempre linear – de expansão, resistência indígena e guerras de conquista, reforçando as narrativas que associavam os sertões coloniais às noções de selvageria e da falta de controle régio; em oposição aos espaços já colonizados, ou "em processo de colonização", associados à vida urbana e à cristandade (AMADO, 1995, 148-149).

Ao mesmo tempo que esses sertões poderiam ser objeto de desejo para os moradores da colônia, cuja conquista possibilitaria o aumento de suas fazendas e ascensão social, eram encarados também como espaços que poderiam se constituir em uma ameaça às povoações já estabelecidas, pois abrigavam grupos indígenas considerados selvagens e poderiam servir de refúgio para criminosos e quilombolas. O avanço e a intensificação do povoamento de origem europeia sobre esses espaços iriam paulatinamente transformando-os em território, em espaço "cultivado" e "civilizado", integrado aos núcleos urbanos e demais povoações coloniais e ao próprio império português (FONSECA, 2011, p. 51-55).

No Rio Grande, esse processo de expansão ocorreu principalmente na segunda metade do século XVII, período em que a capitania estava sendo repovoada após as guerras entre portugueses e holandeses. Nesse contexto, além do estabelecimento de moradores na faixa litorânea, foram solicitadas as primeiras sesmarias nas terras situadas na porção oeste da capitania – principalmente nas proximidades dos rios Acauã e Açu. A maneira como esse processo de repovoamento e expansão afetou os territórios indígenas pode ser apontada como uma das principais causas para um conjunto de enfrentamentos entre colonos e nativos que se estendeu por cerca de quatro décadas (de meados da década de 1680 até 1720, aproximadamente). Contudo, não seriam apenas as terras situadas nos sertões que se veriam envolvidas nesses conflitos, sendo perceptível

na documentação administrativa da capitania do Rio Grande um clima de ameaça e medo também nas povoações estabelecidas nas proximidades da costa.

Nosso foco será analisar, sobretudo a partir do Livro das Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (LCPSCN) e do Livro dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal (LTVSCN), as referências ao risco de despovoamento da cidade do Natal e demais povoações da capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII, período em que se verificaram as primeiras narrativas sobre hostilidades entre os moradores da capitania e os grupos indígenas que habitavam os sertões. Buscaremos, portanto, perceber a relação entre essas narrativas e o temor que os moradores e as autoridades possuíam em relação às populações indígenas que habitavam os sertões coloniais, denominadas genericamente de *tapuias*[42].

Concordamos, aqui, com a afirmativa do historiador francês Jean Delumeau (1989, p. 12; 18-19), para quem o medo seria um sentimento que afeta não apenas os indivíduos isoladamente, mas também as coletividades e as civilizações. Tal sentimento, apesar de natural, manifesta-se na espécie humana de forma múltipla e pode transformar-se de acordo com os processos históricos, afetando-os e sendo afetado por eles. Dessa forma, o medo com relação aos povos identificados como tapuias passa a ser encarado por nós como parte de um conjunto de ideias pré-concebidas pelas populações que viviam na zona costeira da América portuguesa, mas

42 Vale salientar que o termo *tapuia* não era um etnônimo; mas uma maneira genérica através da qual os colonos se referiam aos grupos indígenas não-Tupi que habitavam os sertões coloniais. Com a conquista de espaços ao longo da faixa litorânea durante o século XVI, a noção de barbárie – ou de "alteridade absoluta" – acabou se deslocando para os grupos indígenas que viviam nas terras situadas mais distantes da costa (POMPA, 2008, 221-223; PUNTONI, 1998b, 5-19).

que também se confirmou e/ou se modificou a partir de eventos concretos. Assim, os acontecimentos ligados à Guerra dos Bárbaros podem ser analisados a partir do sentimento de insegurança e de ameaça que o contexto de guerra despertava na população luso-brasileira estabelecida na capitania do Rio Grande.

UMA CIDADE *METIDA ENTRE OS GENTIOS ALARVES*

"Cidade apenas no nome". Assim Luís da Câmara Cascudo (1980, p. 31-37), escrevendo na década de 1940, se referiu à cidade do Natal do início do século XVII, período imediatamente posterior à sua fundação, que se deu em 1599. Passados quinze anos, o autor apontou que a cidade contava com apenas doze casas, experimentando um crescimento bastante lento até a década de 1630, quando ocorreu a invasão dos holandeses. Pode-se afirmar, ainda, que a vida urbana em Natal e em toda a capitania do Rio Grande seria incipiente até fins do século XVIII (TEIXEIRA, 2012, p.57). Se foi assim, o que explicaria o fato de Natal já ter sido fundada com o título de cidade, o mais alto grau na hierarquia urbana do império luso?[43]

Um dos fatores apontados pela historiografia seria a importância estratégica da cidade do Natal e da capitania do Rio Grande para a defesa da colônia e para a conquista de outras capitanias, como a do Maranhão e a do Amazonas e Grão Pará, por

43 De acordo com Cláudia Damasceno, os títulos de "vila" e "cidade" davam a uma localidade o direito de se autogerir, possuindo uma câmara (concelho). Entretanto, vale salientar que o nível mais elevado na hierarquia urbana do império português era atribuído aos núcleos que possuíam o *status* de "cidade". Já o termo "povoação" era utilizado de maneira genérica, referindo-se tanto às vilas e cidades, quanto às aglomerações que não possuíam estes títulos e, portanto, não eram sedes de concelho. (FONSECA, 2011, p. 28-29).

exemplo (LOPES, 2003, p. 54-56; TEIXEIRA, 2012, p. 42). Talvez essa condição – de caráter militar – tenha possibilitado a concessão deste título à povoação, mesmo sendo ela tão incipiente. Vale lembrar que as hierarquias e concessões de títulos urbanos no período colonial não seguiam a mesma lógica ou os mesmos critérios que adotamos em nossa sociedade atual. O título de cidade, quando comparado ao *status* de vila, possuía valor honorífico e não garantia à povoação, em princípio, "nenhuma prerrogativa econômica ou política suplementar", podendo seguir critérios religiosos, políticos ou militares (FONSECA, 2011, p. 397-399). Além disso, o nível de ocupação de uma povoação – ou o seu tamanho – não seriam empecilhos para que ela viesse a receber o título de vila ou de cidade (TEIXEIRA, 2012, p. 41).

A despeito da importância estratégica da cidade do Natal, Carmen Alveal (2011) ressalta o fato de que as povoações fundadas durante o período da União Ibérica (1580-1640) recebiam diretamente o título de cidade e não de vila, como costumava fazer a Coroa portuguesa. A autora lembra que o mesmo ocorreu com a cidade de Nossa Senhora das Neves, fundada em 1585 na capitania da Paraíba. Já Olinda (fundada em 1537, portanto, antes do período filipino), cuja importância econômica para o Estado do Brasil era bem maior, continuaria uma vila até 1676, quando adquiriu o *status* de cidade.

A fragilidade e incipiência da cidade do Natal, causada principalmente pela pequena quantidade de moradores, foi verificada pelo alemão Joan Niehouf durante o período do domínio flamengo sobre as Capitanias do Norte. O autor – que esteve no Brasil na década de 1640, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais – afirmou que a cidade de Amsterdã (Natal), situada "acima do rio" Potengi, era "de pequena importância", com habitan-

tes que viviam "da pesca, da produção de farinha e do plantio de fumo". Destacou ainda que a região ao norte do referido rio era "apenas escassamente habitada" por camponeses que viviam do cultivo da terra (NIEHOUF, 1981, p. 87).

Essa condição apontada pelo cronista acabou por se agravar ao longo das décadas de 1640 e de 1650, em função das guerras entre portugueses e holandeses. A expulsão desses últimos, no ano de 1654, não deixou apenas a cidade em ruínas e praticamente despovoada, mas toda a capitania do Rio Grande (CASCUDO, 1980, p. 53). À fragilidade da povoação devemos acrescentar um clima de insegurança decorrente da presença de povos nativos que os colonos consideravam bárbaros. Habitantes dos sertões, esses indígenas possuíam o costume de "descer"[44] à faixa litorânea em determinadas épocas do ano e eram apontados como uma grande ameaça à colonização.

Nesse sentido, em 1661, apenas sete anos após a expulsão dos flamengos, os moradores da cidade do Natal se reuniram em frente à sede do Senado da Câmara e, através do procurador do concelho, solicitaram que o Padre Leonardo Tavares não fosse transferido, já que prestava grandes serviços à capitania, "doutrinando os índios nas quatro aldeias existentes, reduzindo à fé católica muitos outros". Os moradores alegavam que outros vigários não se dispunham a "curar da freguesia pelo temor dos bárbaros tapuyos que desciam todos os anos do sertão em grandes chusmas". Por fim, os colonos ameaçavam abandonar a capitania do Rio Grande caso o seu requerimento não fosse atendido (*apud* LEMOS, 1912, p. 25).

Nesse documento, o confronto entre as ideias de barbárie

44 O termo "descer" figura na documentação produzida nesse período para se referir aos momentos em que os indígenas do sertão se deslocavam para as proximidades das povoações litorâneas.

e civilização, que marcava as concepções acerca do sertão colonial, aparece de forma clara. A presença de um pároco que atuava com zelo e prontidão na conversão dos indígenas possibilitaria – até mesmo garantiria – o predomínio desta sobre aquela. Aos olhos dos moradores, os indígenas do sertão, ao "descerem" para o litoral e se aproximarem da cidade, traziam consigo uma grave ameaça à sua segurança e à retomada da colonização na capitania do Rio Grande, que se dava nesse momento através da reconstrução e do repovoamento da cidade do Natal.

O clima de ameaça era reafirmado também nas correspondências com o centro do império . Em uma carta direcionada ao rei pelos oficiais da Câmara, em 1665, dava-se conta da falta de soldados, armas e munições na Fortaleza dos Reis Magos. Enfatizaram que os moradores da capitania, que começava a ser repovoada, eram "vassalos zelosos do seu Real Serviço, porém tão pobres", e, por isso, solicitaram que o rei reedificasse a fortaleza, "para que a sombra dela se povoe esta capitania e tenha Vossa Majestade ou sua real fazenda nela lucros". Alegavam que, na situação em que se encontravam, os moradores tinham grandes prejuízos "pela conservação da paz com os tapuias que descem do sertão todos os anos, na ferramenta que lhes levam e gasto que lhe fazem nos poucos mantimentos que a terra produz". Diziam, ainda, que seria mais fácil para os moradores abandonarem suas terras e buscarem se estabelecer em outras capitanias, já que a ameaça desses indígenas poderia se agravar com a presença de piratas – "inimigo de fora" – na costa, que praticavam "roubos e latrocínios" (AHU-RN, 1665, Cx. 1, D. 7).

A cidade do Natal e a capitania do Rio Grande, portanto, eram apresentadas à Coroa como estando cercadas entre nativos "bárbaros" e invasores estrangeiros, ambos ameaçando a posse do rei sobre o território. Além disso, o documento em questão nos

mostra a importância do destinatário para o conteúdo do texto, pois não podemos considerar como mera coincidência que, justamente em uma comunicação com as instâncias centrais do império luso, a suposta presença de piratas estrangeiros ganhasse destaque no discurso produzido pelos oficiais camaristas. Referenciar a presença desses inimigos, cuja invasão e domínio sobre considerável porção da América portuguesa era algo tão recente, constituía-se em uma tentativa de atrair os olhares do poder central para as demandas dos moradores da capitania.

Em 1674, quase uma década depois, a situação apontada pelos homens da Câmara em 1665 não havia se alterado muito. Foram encaminhadas ao príncipe regente, D. Pedro, novas cartas dos oficiais do Senado da Câmara e do capitão-mor, Antônio Vaz Gondim, sobre a pobreza da Fortaleza dos Reis Magos, que continuava carente de munições e de infantaria, composta por apenas vinte soldados. Afirmavam que a capitania, cujos poucos moradores seriam "os mais limitados de cabedal" de toda a América, ficava "metida entre os gentios alarves"[45], em uma condição extremamente vulnerável. Solicitavam que fossem enviados para a cidade do Natal "oitenta infantes e dois artilheiros com as armas e munições necessárias para a defesa", pois assim estaria "este povo mais seguro, e o gentio mais atemorizado". Por fim, requeriam que Sua Majestade concedesse uma "esmola" para a reconstrução da Igreja Matriz, o que, segundo o capitão-mor, possibilitaria o povoamento da cidade do Natal (AHU-RN, Cx. 1, 1674, D. 14).

A questão do povoamento da cidade parece ter sido um

45 Segundo Raphael Bluteau, o termo "alarves" se referia a grupos de árabes que mantinham o modo de vida nômade ("andam sempre no campo, sem outro domicilio que o das suas tendas"), sendo um vocábulo associado a indivíduos considerados rústicos e violentos (BLUTEAU, 1728, vol. 1, p. 208-209).

problema por bastante tempo, já que em janeiro de 1680 os camarários acordaram em atender a um requerimento do procurador do concelho, o capitão João de Barros Coutinho, e puseram editais ordenando que vários homens, incluindo alguns que atuaram na Câmara, construíssem suas casas na cidade do Natal, com o objetivo de estimular o crescimento da povoação. O não cumprimento dessa determinação em um prazo de seis meses levaria ao pagamento de uma multa no valor de 6 mil réis "para as despesas deste senado" (LTVSCN, Cx. 1, Lv. 1674-1698, fl. 32-32v). O documento faz referência a 38 homens (juntamente com irmãos, genros e filhos, cujos nomes não são citados expressamente), dentre os quais pudemos verificar 12 indivíduos que chegaram a atuar como oficiais camarários. O Quadro 1 se refere justamente a esses 12 homens:

Quadro 1: Homens que exerceram cargos oficiais na Câmara da cidade do Natal e que foram citados na determinação do concelho de 1680, ordenando que construíssem suas casas na referida cidade

NOMES	EXERCÍCIO DE CARGOS OFICIAIS NO SENADO DA CÂMARA DA CIDADE DO NATAL	
	ATÉ 1680	A PARTIR DE 1681
Antônio Diniz Negrão	- Juiz ordinário (1672); - Procurador (1678); - Vereador (1679);	- Juiz ordinário (1683);
Antônio Gomes Torres	- Juiz ordinário (1675 e 1679);	- Sem referência de cargo (1684); - Juiz ordinário (1686);
Antônio Gonçalves Cabral	- Procurador (1679);	- Juiz ordinário (1682);

NOMES	EXERCÍCIO DE CARGOS OFICIAIS NO SENADO DA CÂMARA DA CIDADE DO NATAL	
	ATÉ 1680	A PARTIR DE 1681
Antônio Freire	-	- Procurador (1683); - Juiz ordinário (1687);
Felipe da Silva	- Juiz ordinário (1676); - Vereador (1678);	- Vereador (1683); - Juiz ordinário (1686, 1689 e 1698);
João Marfim (Martins?) Vieira	- Juiz ordinário (1672);	-
Manoel Pereira Soares	- Vereador (1675);	- Sem referência de cargo (1702);
Manoel Rodrigues da Rocha	- Procurador (1677);	- Vereador (1687);
Pedro da Costa Faleiro	- Juiz ordinário (1679);	- Juiz ordinário (1694 e 1697);
Pedro da Silva Cardoso	- Juiz ordinário (1673);	-
Teodósio Grassiman	- Procurador (1674); - Vereador (1676 e 1679);	- Juiz ordinário (1687 e 1710); - Sem referência de cargo (1706);
Tomé Pires	- Juiz ordinário (1678).	-

Fonte: Catálogo do Livro dos Termos de Vereação do Senado da Câmara de Natal, organizado por Fátima Martins Lopes; e Livro das Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal.

Deve-se destacar que todos os camarários apontados, com exceção de Antônio Freire, haviam ocupado cargos oficiais na Câmara de Natal na década de 1670 (alguns, inclusive, mais de uma

vez), e, de acordo com o documento citado, não residiam na cidade do Natal. Portanto, mesmo em meio ao grupo de indivíduos que exerciam o poder político na única câmara do Rio Grande naquele período, havia aqueles que não moravam na povoação sede da capitania.

O documento citado demonstra uma clara preocupação dos oficiais da Câmara de Natal com o aumento da quantidade de casas – e de moradores – na cidade, cujo povoamento, ao que parece, se dava de maneira bastante rarefeita nesse período. Essa situação alimentava um clima de insegurança que, por sua vez, tronou-se mais visível na segunda metade da década de 1680, quando se intensificou a resistência dos indígenas diante do avanço dos colonos sobre seus territórios tradicionais.

O fato é que as primeiras medidas tomadas pelas autoridades para debelar essas ações de resistência redundaram em fracasso, levando ao abandono de várias sesmarias do sertão e a um rumor de que a cidade do Natal e outras povoações litorâneas poderiam ser atacadas. Nesse contexto, o medo sentido pela população luso-brasileira do Rio Grande se torna perceptível para o historiador a partir das narrativas construídas por outros agentes históricos: as autoridades (os camarários e o capitão-mor, principalmente), que registraram na documentação oficial sua preocupação com o despovoamento da capitania e chegaram a tomar medidas para evitá-lo.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o temor e a ameaça de despovoamento se tornaram parte do cotidiano administrativo e dos moradores da capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. Já a cidade do Natal, nesse contexto, estava situada no limiar entre o mundo circunscrito/conquistado – entenda-se colonizado – e os grandes sertões, repletos de grupos indígenas

que, sob a perspectiva dos luso-brasileiros, ameaçavam a frágil estabilidade daquele mundo. Entendemos, assim, que esse clima de medo pode ser encarado como mais um elemento para explicar os eventos da chamada Guerra dos Bárbaros, ao lado dos interesses da Coroa na ampliação do império e dos anseios dos colonos por terras e outras mercês régias.

DE SENHORES DO SERTÃO A ALGOZES DO LITORAL

A resistência dos indígenas diante do avanço colonial sobre os sertões do Rio Grande se intensificou a partir dos anos finais da década de 1680, sendo relatada às autoridades coloniais principalmente através de cartas enviadas pelos oficiais do Senado da Câmara da cidade do Natal. Aos olhos desses oficiais, a situação era tão preocupante que, entre o dia 23 de fevereiro e o dia 01 de março de 1687, foram encaminhados pedidos de auxílio militar ao capitão-mor general de Pernambuco, aos oficiais de Câmara de Olinda e ao capitão-mor da Paraíba (PORTO ALEGRE; MARIZ; DANTAS, 1994. p. 111). O envio de tropas de Pernambuco e da Paraíba pelo governador geral da colônia, Mathias da Cunha, em setembro do mesmo ano, foi a resposta obtida pelos camarários.

Entretanto, pode-se perceber, através da documentação, a ineficácia dessas ações, já que os oficiais da Câmara, em janeiro de 1688, relataram ao mesmo Mathias da Cunha que os indígenas já eram "senhores de todo o sertão" e passaram a assaltar os colonos que viviam na ribeira do Ceará-Mirim, a apenas cinco léguas da cidade do Natal. Isso obrigava os moradores dessa ribeira e de outras localidades próximas à sede do concelho (Cunhaú, Goiaininha, Tamatanduba e Utinga, além da aldeia de Mipibu e das mis-

sões de Guajiru e Guaraíras) a construírem casas fortes para a sua defesa, assistindo em cada uma delas apenas cinco ou seis soldados, já que os outros homens capazes haviam partido para o sertão (*apud* LEMOS, 1912, p. 41-42).

Outras três cartas foram enviadas no mesmo mês (mais uma para o governador geral e duas para o governador de Pernambuco), nas quais eram relatadas as vitórias dos "gentios bárbaros" sobre as tropas que assistiam no sertão, lideradas pelo Coronel Antônio de Albuquerque da Câmara. Essas vitórias, diziam os camaristas, aumentavam a ousadia dos indígenas, animava-os a praticar "insultos e hostilidades", e possibilitavam até que atacassem a cidade do Natal. Concluíam afirmando que não esperavam nada mais do que um "fim trágico a este povo", isto é, indicavam que a possibilidade de abandono da capitania era algo iminente (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1688, fl. 108-108v).

Verifica-se que a preocupação com a segurança era algo constante nessas povoações, o que é atestado pela existência de casas fortes em tais localidades. Essas fortificações, no lento processo de ocupação da colônia portuguesa na América, eram parte de uma estratégia militar que possibilitava a posse, a defesa e a ampliação do território controlado pela Coroa no Novo Mundo. No caso específico da Guerra dos Bárbaros, entre fins do século XVII e início do século XVIII, essas estruturas tiveram uma relação direta com as estratégias e ações bélicas que visavam não apenas "anular a resistência indígena na ocupação dos sertões", mas também suprir a "necessidade de defesa das terras na ocupação das principais ribeiras" da capitania do Rio Grande. Eram, portanto, instrumentos úteis à expansão territorial em direção ao oeste e, também, para a defesa do território que vinha sendo ocupado e colonizado (SILVA, 2010b, p. 137; 226-227). Isso inclui,

como se pode observar, as fazendas e demais povoações situadas na porção leste da capitania, cujos moradores, assim como aqueles que viviam no sertão, vivenciaram um clima de insegurança, ameaça e medo.

Esse temor, ao que parece, não afetou apenas as povoações litorâneas compostas por moradores luso-brasileiros, mas também a aldeia de Mipibu e as duas missões (Guajiru e Guaraíras) situadas na costa, que reuniam, principalmente, indígenas Tupi. Esses nativos formariam boa parte do efetivo dos terços que seguiam em direção ao sertão da capitania para enfrentar os tapuias[46] e, como vimos no primeiro item do presente capítulo, suas aldeias foram alvo de investidas dos nativos do sertão desde o período holandês. Ataques a essas localidades poderiam afetar bastante a eficiência da ação repressiva das tropas coloniais nessa fase inicial da Guerra dos Bárbaros. Além disso, tanto essas povoações indígenas quanto as outras povoações coloniais estabelecidas no litoral da capitania do Rio Grande eram de extrema importância para garantir o suprimento dessas tropas, pois o não fornecimento de farinha e de outros gêneros necessários ao abastecimento dos soldados produzidos aí poderia inviabilizar as campanhas.

Luís da Câmara Cascudo, em seu livro *História da cidade do Natal*, publicado pela primeira vez em 1947, já havia enfatizado

---

46 Ricardo Pinto de Medeiros (2000, p. 158-159) apontou para a importância que os índios aldeados possuíam para a defesa e a segurança das povoações coloniais, sobretudo no período da Guerra dos Bárbaros, havendo por parte das autoridades um incentivo à “formação de toda uma hierarquia militar dentro das aldeias”. Sobre essa temática, Fátima Martins Lopes (2003, p. 168-174) chamou a atenção para o fato de que um dos argumentos utilizados pelos jesuítas para o estabelecimento das Missões era que os indígenas se tornariam “um novo contingente de ‘súditos’”, formando “um corpo de guerreiros prontos para defenderem a colônia contra invasores, índios ‘hostis’ e escravos rebelados”. A autora cita ainda vários exemplos da participação desses índios aldeados na capitania do Rio Grande nas tropas que enfrentariam os tapuias durante a Guerra dos Bárbaros.

que a própria sede do concelho se viu fragilizada e ameaçada diante dos ataques dos indígenas. De acordo com o autor, apesar de a Guerra dos Bárbaros estar ligada a uma "história além dos limites urbanos da cidade", esta também ficou ameaçada, "no meio do incêndio estalante". Cascudo afirmou que Natal passou por "seus contrachoques, os choques de retorno. Viveu alarmada." Isso teria ocorrido, sobretudo, em decorrência dos assaltos dos nativos nas proximidades do Ceará-Mirim e no Ferreiro Torto (CASCUDO, 1980, p. 54-55). Pode-se supor que a ocupação dos territórios indígenas pelos colonos tenha impulsionado as investidas desses povos contra as povoações situadas na faixa litorânea da capitania.

Os relatos produzidos pelos oficiais do Senado da Câmara, na fase inicial da guerra, possibilitam-nos enxergar outra questão: a fragilidade das povoações litorâneas do Rio Grande levou à possibilidade de despovoamento da cidade do Natal e da própria capitania como um todo. É sobre isso que podemos refletir quando encontramos na documentação referências ao crescimento da "ousadia" dos indígenas, que estariam "absolutos" com o "retiro" das tropas do sertão, o que levava os moradores a "desanimar" e "despejar" (abandonar) a capitania do Rio Grande, ficando esta entregue não apenas aos tapuias, mas também aos "piratas" (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1688, fl. 111v-112).

O temor que os moradores da colônia sentiam desses nativos se mostrava de maneira bastante clara nesse momento. Para Pedro Puntoni (1998a, p. 43), a visão dicotômica através da qual os lusitanos classificavam os indígenas da América portuguesa, dividindo-os entre Tupi e tapuias, acabava "representando o corte entre aliados e inimigos, não só no imaginário, como nos contextos concretos". A Guerra dos Bárbaros, portanto, representou um dos exemplos mais singulares a esse respeito, já que os nativos do sertão

das Capitanias do Norte passariam a ser identificados, ao longo dos conflitos, como inimigos irreconciliáveis, bárbaros e primitivos, contra os quais apenas a guerra e/ou a escravidão poderiam ser utilizadas. A ideia de que eles representavam uma ameaça à conquista do sertão, ao único núcleo urbano da capitania e às demais povoações costeiras do Rio Grande legitimava essa forma de pensar e agir.

A possibilidade de despovoamento pode nos parecer um exagero dos oficiais camarários, cujo objetivo seria atrair a atenção das autoridades coloniais e do reino para o Rio Grande. Entretanto, dois documentos internos à capitania demonstram que tal ameaça era algo plausível e uma preocupação real para as autoridades coloniais naquele contexto. O primeiro deles seria um edital publicado pelo capitão-mor Pascoal Gonçalves de Carvalho, em janeiro de 1688, no qual se fez menção a denúncias realizadas pelo Senado da Câmara acerca de moradores que pretendiam se ausentar da capitania. O edital estabelecia a proibição dessa prática, e os moradores que tentassem fazê-lo seriam considerados traidores, denunciados e presos "na casa escura da fortaleza", e suas fazendas seriam confiscadas para pagar as despesas com a guerra. O mesmo deveria ocorrer com os seus vizinhos que, sabendo de tais intenções, não informassem aos oficiais da Câmara (*apud* LEMOS, 1912, p. 45-46).

O segundo documento interno que trata do tema é um Termo de Vereação do Senado da Câmara datado de 5 de maio de 1689, quase um ano e meio depois do edital supracitado. Os oficiais camarários, reunidos, decidiram enviar ao capitão-mor, Agostinho Cézar de Andrade, uma carta solicitando que ele não concedesse licença para que os moradores se ausentassem da capitania do Rio Grande, sobretudo aqueles que possuíssem muitas posses,

evitando assim que o lugar ficasse entregue apenas "aos pobres" (LTVSCN, Cx. 1, Lv. 1674-1698, fl. 85v). Já que os gastos com a defesa eram de responsabilidade dos moradores e do Senado da Câmara, a preocupação dos camaristas com a saída de indivíduos com recursos da capitania pode ser explicada pelo fato de que isso limitaria os recursos disponíveis para a defesa do Rio Grande e da cidade do Natal frente à ameaça representada pela guerra (DIAS, 2015, p. 101).

Se os núcleos urbanos representavam a efetivação do controle da Coroa sobre o território, em oposição aos espaços selvagens representados pelos sertões, pode-se afirmar que o despovoamento de uma cidade ou vila representava um fracasso para a colonização e, consequentemente, para os interesses da Coroa. Portanto, impedir esse movimento seria uma das atribuições das autoridades instituídas nas capitanias e povoações da América lusa, como capitães-mores e oficiais camarários. Por outro lado, reforçar a possibilidade de abandono da sede do concelho (a cidade do Natal) e da capitania do Rio Grande em correspondências com o rei, com o governador geral e com outras autoridades poderia produzir o efeito desejado pelos grupos locais: o envio de tropas e de recursos que auxiliassem na defesa contra os inimigos.

Em janeiro de 1689, os oficiais camarários relataram ao bispo e governador de Pernambuco que o capitão-mor, Agostinho Cézar de Andrade, havia mandado que as tropas que assistiam no sertão do Assu se retirassem da localidade, enviando quarenta homens para substituí-los, o que poderia resultar em ataques dos indígenas à cidade do Natal. Solicitaram, também, que o dito governador enviasse as fardas, que estavam em falta, a fim de que as tropas permanecessem no sertão, pois "indubitavelmente, retirando se esta gente, se despovoa o sertão e tarde se tornará a povoar".

Em Natal, de acordo com o documento, só haviam restado quatro moradores, que tinham ficado "mais por força que por vontade"; e, em Mipibu, os moradores estavam vivendo fortificados, sem poder sair nem para "ouvir missa" ou batizar os filhos, já que o sacerdote mais próximo estava a uma distância de cinco léguas da povoação (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1689, fl. 116-117).

Observa-se que os conflitos, portanto, impediam os moradores de certas povoações da capitania do Rio Grande até de participarem dos ritos religiosos, que eram tão importantes para a sociedade colonial. Podemos afirmar, assim, que o cotidiano dessas pessoas era profundamente afetado pela guerra, o que deve ter contribuído para a proliferação de um sentimento de medo na capitania, que atuou como catalisador para o processo de despovoamento que temos discutido.

Apesar da ameaça, não podemos afirmar que os poderes instituídos na capitania do Rio Grande fossem unívocos em suas proposições. Nesse sentido, percebe-se que algumas discordâncias e disputas emergiram de propostas diferentes para a condução dos conflitos contra os indígenas. Uma dessas ocasiões foi quando um grupo de nativos, denominados Panati, "desceu do sertão" a uma distância de apenas sete léguas da cidade do Natal, pelo "rio chamado Potengi", vindo pedir paz ao capitão-mor Agostinho Cézar de Andrade. Os oficiais do Senado da Câmara relataram que o povo encontrava-se "amotinado", por acreditar que o "inimigo" queria a paz apenas para atacar a cidade e acabar de vez com os quatro moradores que ali restavam, pois "tendo conhecimento do nosso pouco poder se deliberam alguma traição que é o que eles costumam na melhor paz". Afirmavam ainda que o que teria motivado os Panati a se dirigirem para as proximidades da cidade era o fato de "verem os lugares do sertão desocupados", sendo o mais

adequado para a segurança dos moradores a "estroção [destruição] deste bárbaro" (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1689, fl. 117v-118v).

Contrariando o posicionamento dos oficiais do Senado da Câmara, o capitão-mor concedeu um salvo conduto aos Panati. Segundo ele, o grupo não teria participado da guerra e poderia auxiliar nas ações bélicas contra os grupos rebelados (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1689, fl. 125-125v). Permitiu-se que eles se estabelecessem na Missão de Guajiru, em localidade relativamente próxima à cidade do Natal, levando a novos protestos dos camaristas, que insistiam que esses nativos eram traiçoeiros e que trariam danos aos moradores. Afirmavam, em resposta à decisão de Agostinho Cézar de Andrade, que os Panati seriam os mesmos que haviam entrado em confronto com as tropas do coronel Antônio de Albuquerque da Câmara e com as do capitão Manoel de Abreu Soares, na Serra do Sabugi, apontando a sua fuga anterior para o sertão como evidência de terem "concorrido para o levante", pois mostrava que estariam "receosos do castigo que mereciam" (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1689, fl. 125v-126v).

Em novas correspondências com o capitão-mor, no mês de junho de 1689, os camaristas observavam que, se os indígenas do "rancho[47] do gentio chamado da Silva" (termo pelo qual passaram a ser nomeados os Panati) permanecessem juntos, continuariam praticando seus antigos costumes e falando sua própria língua, mantendo o "ódio natural que têm aos brancos", e praticando violências contra os moradores e os outros índios da aldeia do Guajiru. Argumentavam que a sua presença entre nativos catequiza-

47 O termo "rancho" referia-se a uma "união de algumas pessoas, que tratam familiarmente uns com outros". Seria também sinônimo de "bando", "facção" ou "parcialidade" (BLUTEAU, 1728, vol. 7, p. 103). Esse termo viria a ser bastante utilizado para se referir a grupos específicos de indígenas que foram contatados pelos luso-brasileiros nos sertões das Capitanias do Norte.

dos poderia ser extremamente perigosa e, por isso, solicitavam que esses tapuias fossem repartidos entre os moradores que restavam na capitania – sobretudo aqueles que haviam sofrido maiores danos em consequência da guerra – a fim de que esses indígenas não se rebelassem e/ou fugissem para o sertão, unindo-se aos inimigos (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1689, fl. 127v-128v). A partir disso, pode-se observar as concepções que esses camaristas possuíam acerca dos sertões coloniais, concebendo-os como espaços que possibilitavam uma liberdade indesejável para esses nativos, dificultando o controle das autoridades civis e religiosas sobre eles e, consequentemente, favorecendo seus atos de rebelião contra a Coroa.

Consentindo o capitão-mor com os termos apresentados pelos oficiais camarários (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1689, fl. 128v-129),[48] os Panati foram divididos e desmobilizados, o que dificultaria que organizassem ataques contra os colonos. Percebe-se, nesse contexto, que dois aspectos se mesclavam: o interesse dos moradores, incluindo os próprios camarários, pela mão de obra indígena; e o temor com relação aos problemas que esses nativos poderiam causar estando estabelecidos entre índios já aldeados e nas cercanias da cidade do Natal, tão afetada pelos eventos da guerra. Além disso, a própria ideia homogeneizadora que os moradores e autoridades possuíam acerca dos povos que habitavam o sertão da América lusa servia de base para associar qualquer grupo identificado como tapuia às ideias de inimigo e de ameaça à colonização.

Entretanto, apesar de os camaristas terem convencido o capitão-mor, essa contenda perdurou por alguns meses, envolvendo, dessa vez, o arcebispo e governador geral do Estado do Brasil,

48 Agostinho Cézar permitiu que os indígenas fossem repartidos entre os moradores desde que fossem tomadas providências para que não se tornassem cativos.

Manoel da Ressurreição. Em agosto de 1689, sabendo da decisão dos homens da Câmara e de Agostinho Cézar de repartir os indígenas entre os moradores, o governador geral recriminava essa decisão e ordenava que se realizasse a devolução desses índios para a Missão de Guajiru, pois, argumentava, seria o mais adequado para a catequização desses nativos (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1689, fl. 146-147).

Os oficiais do concelho da cidade do Natal ainda tentaram reverter a ordem, alegando que esses indígenas andavam destruindo as roças e matando o gado dos moradores, além de estarem, supostamente, "resgatando pólvora e bala aos nossos escravos e índios da aldeia para darem aos rebeldes". Prosseguiam afirmando que, nas casas dos moradores, os ditos tapuias tinham melhor garantia de acesso ao sustento, a "vestes com que se cubram" e à doutrina cristã (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1689, fl. 137v-138v). Apesar desse apelo, a decisão do Governo Geral foi mantida (LCPSCN, Cx. 65, Lv. 2, 1690, fl. 147-147v).

As disputas entre o capitão-mor e os oficiais da Câmara ainda ocorreriam no contexto da vinda dos paulistas liderados por Domingos Jorge Velho para a capitania do Rio Grande, sob ordens do Governo Geral, no ano de 1688[49]. Sabendo que o capitão-mor solicitara, em princípios de 1689, a saída de Jorge Velho e de seus homens do sertão, os oficiais camarários se opuseram frontalmente a tal ordem. Em requerimento endereçado diretamente ao mestre de campo, solicitavam que, cumprindo as ordens do governador geral, perseguisse e destruísse todo o "gentio"

49 Em março de 1688, o governador geral, Mathias da Cunha, ordenava ao sertanista Domingos Jorge Velho que suspendesse a sua ida a Palmares e marchasse rumo ao sertão do Rio Grande, afirmando que as tropas não teriam apenas "todas as glórias degolarem os bárbaros, mas a utilidade dos que aprisionarem", já que a guerra era considerada justa (DHBN, Vol. 10, 1688, p. 262).

que "tem arruinado esta capitania" (*Apud* MEDEIROS FILHO, 1984, p. 130-131).

Percebe-se que as propostas do capitão-mor e dos oficiais camarários para solucionar os conflitos com os indígenas eram bem distintas. Enquanto o primeiro chegou a capitular com alguns grupos étnicos, os camaristas pareciam propor uma guerra ofensiva, que liberasse definitivamente as terras do sertão para a colonização e livrasse toda a capitania do Rio Grande, inclusive as povoações litorâneas, da ameaça do "gentio bárbaro". Dessa perspectiva, vemos que esse conflito não foi encarado apenas como uma guerra de conquista, mas como uma disputa pelo espaço, na qual o mundo ordenado do litoral e o caos representado pelos sertões se confrontavam, um ameaçando se sobrepor ao outro. O olhar unilateral e posterior – isto é, a partir do presente – sobre as ações que possibilitaram a incorporação dos sertões ao mundo colonial pode obscurecer alguns eventos que não estavam ligados apenas à conquista de novos espaços, mas à defesa de povoações pré-existentes.

Foi no sentido de garantir a posse dos moradores sobre o sertão e, também, de preservar as demais povoações do Rio Grande, que o Governo Geral enviou tropas para socorrer a localidade. Os relatos produzidos pelas autoridades locais – com destaque para os oficiais do Senado da Câmara da cidade do Natal – produziram um cenário de medo e de um iminente aniquilamento da capitania e de seus moradores pelos povos indígenas do sertão, que eram encarados como um entrave à colonização e à expansão da atividade pecuária, ameaçando novos e antigos núcleos de povoamento.

Ademais, a presença de sesmeiros entre os homens que compunham a Câmara de Natal nos três primeiros anos desses conflitos indicam que esses oficiais eram indivíduos diretamente

interessados na produção desses relatos[50]. Entre os seus objetivos estariam a garantia de segurança para as localidades em que possuíssem terras – nas quais, provavelmente, desenvolviam atividades econômicas – e o acesso à mão de obra dos indígenas. A ameaça que a guerra representava para as povoações situadas na zona costeira e nos sertões afetava diretamente os seus interesses nas terras da capitania do Rio Grande, e, como homens da Câmara, eles tinham a possibilidade de se comunicar diretamente com os centros decisórios da colônia e do próprio império. Portanto, além do zelo pelo bem comum, podemos afirmar que os seus interesses pessoais também estiveram relacionados aos relatos que produziram sobre a guerra, e aos requerimentos e pedidos de socorro que eram enviados para outras capitanias, para o Governo Geral e para o reino.

Sobre os danos causados pelos conflitos, podemos citar, ainda, duas cartas que os camarários enviaram à Sua Majestade nos anos iniciais da década de 1690, demonstrando que nesse período os resultados dos conflitos continuavam desfavoráveis para as tropas coloniais e para os moradores do Rio Grande. Na primeira dessas cartas, de 22 de agosto de 1692, os oficiais relatavam acerca do perigo de se perder "não só esta capitania como também as circunvizinhas", em virtude da grande quantidade de tapuias, que viviam "de corso, porque seu sustento são bichos e raízes do mato, e a cada hora dando mil assaltadas nos pobres moradores". Afirmavam que, no mês de janeiro daquele ano, os indígenas haviam matado "doze pessoas e muitos gados

50 Segundo dados levantados durante a elaboração da nossa dissertação de mestrado, a composição da Câmara de Natal contava com dois sesmeiros no ano de 1687, outros dois em 1688 e três no ano de 1689 (ALENCAR, 2017, p. 220.).

vacum e cavalar" na ribeira do Ceará-Mirim (*apud* LEMOS, 1907, p. 2).[51]

Em virtude desse cenário, alegavam ser mais conveniente à Coroa que esse "gentio bárbaro tapuia", após "rendido", fosse escravizado, argumentando que esses indígenas seriam "sem fé e sem lei, e tão tiranos que se comem uns aos outros" (*apud* LEMOS, 1907, p. 2). Figura no documento em questão, como se pode observar, a associação da rebeldia/resistência dos nativos do sertão com a prática da antropofagia, que, por sua vez, era utilizada para justificar a guerra contra esses grupos. Portanto, não é por acaso que os camarários da cidade do Natal enfatizavam justamente esse costume e o modo de vida nômade (viver de corso), já que, para os colonizadores, tais atributos demarcavam a barbárie desses indígenas, legitimando o discurso que defendia a necessidade de eliminá-los ou escravizá-los.

O segundo documento, enviado ao rei pelos oficiais da Câmara de Natal em 1693, dava notícias da situação de ruína da capitania, que havia sido averiguada em correição realizada pelo ouvidor geral da Paraíba, Diogo Rangel Castelo Branco. Este havia encontrado a fortaleza e o povo "em estado de pobreza pelo aperto da guerra com o gentio", que então já se arrastava por cerca de oito anos. Muitos colonos haviam abandonado o Rio Grande, a fim de "viver em outras capitanias mais sossegadas", pois o inimigo tomava conta da campanha, fazendo com que os moradores se sentissem de tudo "esbulhados" (AHU-RN, Cx. 1, 1693, D. 35).

Como podemos notar, as povoações do sertão – e também as situadas nas proximidades da cidade do Natal, na faixa litorâ-

---

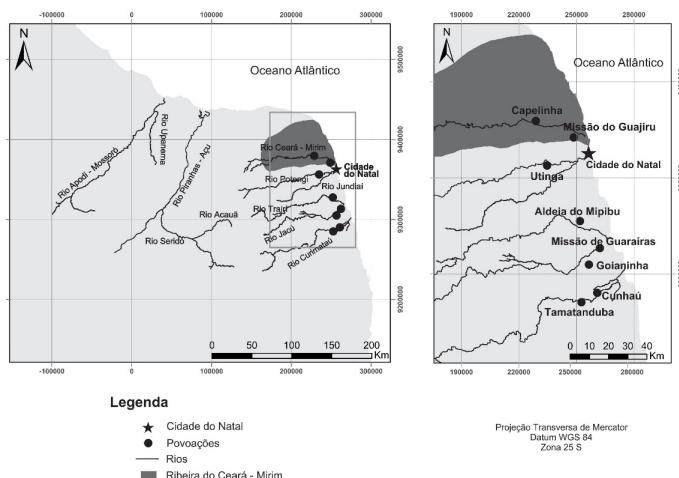
51 Utilizamos aqui a transcrição publicada por Vicente Lemos, na secção Papeis Velhos do jornal *A República*, do início do século XX, pois o documento original, presente no terceiro Livro das Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, está bastante danificado, o que impossibilitou a sua leitura por completo.

nea – continuavam a ser ameaçadas pelos acontecimentos ligados à guerra. Não por acaso, em 1694, os camaristas, "para bem comum e conservação desta capitania [do Rio Grande]", decidiram por convocar quatro ex-oficiais do concelho para formar uma "fronteira" na paragem "donde chamam a Capelinha", na ribeira do Ceará-Mirim. A localidade, segundo afirmavam, possuía muitas roças de milho, feijão e jerimum, e ficava vulnerável aos saques dos indígenas. Também deveria ser feita fronteira na povoação de Utinga, igualmente exposta aos ataques. Como não havia recursos da Fazenda Real ou do concelho para realizar a tarefa, solicitou-se que fossem enviados índios da Missão de Guajiru e da aldeia de Mipibu para comporem a fronteira da Capelinha; enquanto o alferes da ribeira do Potengi deveria deixar os soldados prontos para "socorrerem a dita fronteira da Utinga" quando fosse necessário (LTVSCN, Cx. 1, Lv. 1674-1698, fl. 115-116).

Percebe-se, pela utilização do termo "fronteira", que os oficiais da Câmara de Natal enxergavam a necessidade do estabelecimento de um suporte militar que garantisse a segurança dessas localidades. A formação das fronteiras de Capelinha e de Utinga nos indica, ainda, que a consolidação da conquista nos espaços mais próximos à cidade do Natal se via ameaçada pelos movimentos realizados pelos indígenas em direção à zona costeira. A dificuldade de controle sobre esses espaços – apesar da sua proximidade com a sede do concelho – explica a mobilização de nativos aldeados e de homens ligados à Câmara para a defesa dessas povoações contra as investidas dos inimigos.

Elaboramos o Quadro 2 com o intuito de demonstrar quem eram os ex-oficiais convocados para formar essas fronteiras e qual a sua atuação no concelho da capitania do Rio Grande entre fins do século XVII e início do século XVIII:

Quadro 2: Ex-oficiais da Câmara convocados para formar a fronteira em Capelinha, no ano de 1694

PATENTES/NOMES	EXERCÍCIO DE CARGOS OFICIAIS NO SENADO DA CÂMARA DA CIDADE DO NATAL	
	ATÉ 1694	A PARTIR DE 1695
Alferes João da Costa de Araújo	- Vereador (1676 e 1686); - Procurador (1681); - Juiz ordinário (1688 e 1691);	-
Capitão Gonçalo da Costa Faleiro	- Procurador (1693);	- Juiz ordinário (1696 e 1698); - Sem referência de cargo (1705);
Coronel Manoel Gomes Torres	- Vereador (1688); - Juiz ordinário (1691 e 1693);	- Juiz ordinário (1697, 1712, 1715, 1718, 1720 e 1729); - Sem referência de cargo (1708).
Sargento-mor Manoel da Silva Vieira	- Juiz ordinário (1674 e 1677).	-

Fonte: Catálogo do Livro dos Termos de Vereação do Senado da Câmara de Natal, elaborado por Fátima Martins Lopes; e Livro das Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal.

Como podemos observar, esses homens, além das patentes militares que ostentavam (alferes, capitão, coronel e sargento-mor), exerceram cargos oficiais no Senado da Câmara da cidade do Natal em mais de uma ocasião. Destaquemos, nesse sentido, o coronel Manoel Gomes Torres, que fez parte do concelho por três vezes antes de 1694 e por sete vezes após essa data. Todos os nomes citados, com exceção do capitão Gonçalo da Costa Faleiro, tinham sido camarários por pelo menos duas vezes antes do ano em questão. Percebe-se, assim, que a atuação desses homens da Câmara na Guerra dos Bárbaros não se limitou ao envio de correspondências

às autoridades da colônia e do reino, mas também esteve ligada à conquista/liberação de terras no sertão da capitania do Rio Grande e à defesa das povoações situadas nas áreas mais próximas ao litoral.

O Mapa 1 demonstra quais foram as povoações e localidades situadas na zona costeira do Rio Grande que, segundo a documentação produzida pelos oficiais do concelho da cidade do Natal, estiveram sob ameaça de ataques dos indígenas entre os anos de 1688 e 1694:

Mapa 1: Localidades próximas à faixa litorânea que, de acordo com os oficiais do Senado da Câmara da cidade do Natal, estiveram sob ameaça entre os anos de 1688 e 1694

Fonte: mapa elaborado com o auxílio do Google Earth, a partir do Livro dos Termos de Vereação e do Livro das Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal. Trabalho técnico com o programa Arc giz 10.1 realizado por Janaína Medeiros da Silva.

Destacamos, na parte oeste do mapa, os cursos dos rios Apodi-Mossoró, Upanema, Piranhas-Açu[52], Seridó e Acauã, cujas terras mais próximas se constituíram no principal palco dos eventos da chamada Guerra dos Bárbaros. Ao observarmos a localização das povoações destacadas na porção leste do mapa, percebemos que se situavam a uma relativa distância das ribeiras do sertão. As incursões dos indígenas – que parecem ter englobado uma área bastante ampla, desde os grandes rios do sertão até as terras mais baixas situadas nas proximidades da costa leste do Rio Grande –, além da já mencionada fragilidade e do escasso povoamento dessas povoações litorâneas, trouxeram grandes dificuldades para o efetivo domínio sobre a capitania, pois a falta de segurança e o despovoamento representavam o oposto do controle e da perenidade necessárias para que houvesse colonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É estranho para nós – conhecedores do desfecho da Guerra dos Bárbaros e de suas consequências para as populações indígenas que habitavam o sertão do Rio Grande – imaginar que esses povos fossem encarados como tamanha ameaça à colonização, a ponto de levar ao despovoamento de uma cidade, fundada há quase cem anos naquele momento, e de outras povoações da capitania. Como afirma Kalina Vanderlei Silva (2010a, p. 140), a noção de sertão, construída a partir do litoral, concebia uma hierarquização

52 Optou-se por utilizar, no mapa, as denominações atuais desses rios, a fim de facilitar a compreensão por parte do leitor. No período por nós estudado, esses cursos d’água eram referenciados com os seguintes topônimos: rio Apodi, rio Mossoró, rio Panema, rio Piranhas e rio Açu.

de tais espaços, o que justificaria a conquista do primeiro pelo segundo. Imaginar que o sertão poderia ter se sobreposto, de certa maneira, ao litoral – ou que os nativos não apenas resistiram ao avanço dos currais de gado, mas puseram em risco as povoações situadas na costa – é algo que nos soa como inverossímil, pois naturalizamos uma conquista empreendida ao longo dos séculos, de maneira constante e ininterrupta, que teria se encaminhado sem pausas ou recuos, sempre no sentido leste-oeste. A análise das ações de resistência dos povos indígenas, que, em alguns momentos, inverteram o sentido da expansão colonial ou impediram que ela ocorresse, demonstra que a conquista do sertão não foi o resultado de um processo inexorável, ou de uma fatalidade da história.

A documentação produzida pelos camaristas da cidade do Natal nos anos iniciais da Guerra dos Bárbaros assinala que não era apenas a conquista de novos espaços no sertão que estava em xeque, mas a manutenção e a segurança das povoações litorâneas e de seus moradores. A própria efetivação da conquista sobre o sertão da capitania era referenciada, em certas ocasiões, como garantia de proteção do núcleo urbano e do seu entorno contra as ameaças de desordem e de invasão. Não negligenciamos o fato de que tais correspondências, ao enfatizar uma ameaça à cidade do Natal, legitimavam a ação bélica contra os indígenas, buscando produzir um efeito de convencimento sobre as autoridades coloniais e sobre a Coroa, que deveriam enviar o socorro necessário – entenda-se tropas e recursos – o quanto antes. Entretanto, percebemos, a partir da repetição da temática na correspondência do Senado da Câmara com outras instâncias da administração do império e de documentos internos à capitania, que o sentimento de medo com relação às ações de resistência dos indígenas era algo presente no cotidiano não apenas da administração, mas dos moradores da

cidade do Natal e demais povoações, a ponto de fazê-los abandonarem o Rio Grande.

Não se trata, como afirmou Jean Delumeau (1989, p. 12), de explicar os eventos do passado unicamente pelo viés do medo. Este seria um dos enfoques possíveis para analisar os processos históricos nos quais as sociedades humanas se inserem. Seria um dos componentes da experiência humana. É nesse sentido que o medo que o "gentio bárbaro" despertava nos moradores das áreas litorâneas e nos indivíduos envolvidos com a administração colonial se configura em um elemento a mais para se explicar os eventos da Guerra dos Bárbaros. Partimos da premissa de que os interesses dos colonos na concessão de mercês régias, na liberação das terras do sertão – o que seria efetivado através da ação bélica – e no acesso à mão de obra indígena compõem outros fatores extremamente importantes para explicar esse processo. Mas não podemos negar que estes mesmos colonos vivenciavam um cotidiano muitas vezes imprevisível, e que a segurança se constituía em uma condição indispensável para a colonização. A ausência da primeira poderia resultar no fracasso da segunda.

Pode-se pensar, ainda, que o medo fazia parte da rotina dessa sociedade colonial, tendo, inclusive, um caráter utilitário. Além de ser agregador, reforçando a necessidade de os colonos viverem juntos e erigirem povoações com capacidade de defesa contra inimigos internos e externos, opondo-se aos vastos e perigosos sertões, esse medo também poderia ser estratégico, na medida em que fornecia os subsídios necessários para legitimar o avanço da sociedade colonial sobre os territórios indígenas. Dessa maneira, contra esses nativos, estariam justificadas as ações de violência perpetradas pelas tropas que atuaram nesse processo de conquista e a própria escravidão.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões:** a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). 2017. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. A formação da elite na Capitania do Rio Grande no pós-Restauração (1659 – 1691). In: **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime.** Lisboa, 18 a 21 de Maio de 2011.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145 – 151.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico.... 1728. Disponível em: http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1; Acesso em: 09/08/2015.

CARTA do Governador Geral Mathias da Cunha para o Capitão-mor Domingos Jorge Velho sobre partir com a gente que tiver sobre os Bárbaros do Rio Grande. 08/03/1688. DHBN. v. 10, p. 262.

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. AHU-RN, Cx. 1, D. 7.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal:

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre cartas do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Antônio Vaz Gondim, e dos oficiais da Câmara de Natal, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos, da falta de munições e infantaria e a cerca da reconstrução da matriz [de Nossa Senhora da Apresentação]. AHU-RN, Cx. 1, D. 14.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre diversas cartas recebidas acerca do estado de ruínas da Capitania do Rio Grande do Norte e da Fortaleza dos Reis Magos por causa da Guerra dos Bárbaros. AHU-RN, Cx. 1, D. 35.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente (1300-1800):** uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Patrícia de Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas:** processo de terrritorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal- RN, 2015.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei:** espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LEMOS, Vicente. **Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte.** v. 1. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912.

LEMOS, Vicente. Papeis Velhos – 1692. **A República,** Natal, 01 out. 1907, p. 2.

LIVRO das Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal. IHGRN, Caixa 65, Livro 2.

LIVRO dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal. IHGRN, Caixa 1, Livro 1674-1698.

LOPES, Fátima Martins. **Catálogo dos Livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal.** No prelo.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açu e do Seridó. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

NIEUHOF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução:** missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

PORTO ALEGRE, M. S.; MARIZ, M. da S.; DANTAS, B. G. (Org.). **Documentos para a história indígena do Nordeste:** Ceará, Rio Grande e Sergipe. São Paulo: Núcleo de História indí-

gena e do Indigenismo/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo: Secretaria da Cultura e do Desporto do Estado do Ceará, 1994.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650 – 1720. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP, São Paulo-SP, 1998.

PUNTONI, Pedro. Tupi ou não tupi? Uma contribuição ao estudo da etnohistória dos povos indígenas no Brasil colônia. **Ethnos – Revista Brasileira de Etnohistória.** Ano II, n. 2, Recife: janeiro-junho de 1998. p. 5-19.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras:** a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Roberto Airon. **Uma arqueologia das casas fortes:** organização militar, território e guerra na capitania do Rio Grande – século XVII. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2010.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **O poder municipal e as casas de câmara e cadeia:** semelhanças e especificidades do caso potiguar. Natal: EDUFRN, 2012.

"EM ÉPOCHAS PRODIGIOSAMENTE REMOTAS": A INVENÇÃO DE HERÓIS NOS INSTITUTOS HISTÓRICOS DO ANTIGO NORTE DO BRASIL (SERGIPE E RIO GRANDE DO NORTE)[53]

Magno Francisco de Jesus Santos[54]

Notas de viagem
Rio, 24 de Dezembro de 917.
Desde muito cedo nutria eu o desejo de visitar o norte.
Lamento que isso não me fosse possível antes de escrever a minha História do Brasil (POMBO, 1918, p. 7).

Não se compreende como é que o Brasil unido – conceito fundamental, indeclinável na consciência de todos os brasileiros – há de assentar no mando de uns e na obediência de outros.
Principalmente numa República... e numa República Federativa.
União não é isso. União é convívio, é acordo, é conciliação de interesses e vontades (POMBO, 1918, p. 13).

---

53 Este capítulo é a versão ampliada e revisada do texto apresentado na mesa "O Espaço, a Historiografia e a Teoria da História" no "VII Colóquio História e Espaços" do PPGH da UFRN, em novembro de 2017.

54 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do ProfHistória da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Nos idos de 1916, o consagrado historiador Rocha Pombo realizou uma longa viagem pelos estados do norte do Brasil. Partindo da cidade do Rio de Janeiro, o pesquisador, acompanhado pelo artista Galdino Guttmann Bicho, fez uma excussão entre os estados da Bahia e do Amazonas, visitando intelectuais, lideranças políticas, palácios, igrejas, monumentos e centros de cidades coloniais, além dos afamados institutos históricos estaduais. Trata-se de uma viagem de reconhecimento, na qual o historiador buscava enveredar-se por uma região tida como "esquecida" e "desconhecida no próprio país". Como asseverou, "entretanto não vemos como os próprios brasileiros se desconhecem, e vivem tão separados uns dos outros em seu próprio país" (POMBO, 1918, p. 16).

O antigo norte do país era visto pelo historiador como um espaço distinto do sul brasileiro. Talvez fosse até pertinente em afirmar que se constituísse o "outro Brasil", um lócus espacial desconhecido e atrelado ao passado. A cada cidade visitada, o pesquisador mostrava-se surpreso com os traços urbanos, a imponência arquitetônica e presença de uma vida cultural permeada de homens de letras. Em cada unidade federativa do norte, Rocha Pombo teve como prioridade visitar os institutos históricos estaduais. Foi nestas instituições que ele conheceu os homens de letras dedicados à escrita das "cousas passadas", na recolha de fontes sobre o passado local e na disseminação de um acervo que mostrava o passado em "vitrines" de seus museus.

Possivelmente, esse tenha sido um dos motivos para o intelectual ter lamentado o fato de a vigem ter ocorrido após a publicação de seu livro escolar sobre a História do Brasil. A excursão pelo norte possibilitou o contato com alguns dos principais guardiões da memória dos estados nortistas, homens de letras que atuavam na salvaguarda do patrimônio mnemônico de suas instituições e

torrão natal, como Bernardino de Souza no IGHB, Epifânio Dória no IHGSE, Costa Leite no IHGAL, Manuel Tavares no IHGPB ou Nestor Lima no IHGRN.

Contudo, outro elemento que desperta atenção na epígrafe é a preocupação com a ausência de união entre os estados do norte e a dicotomia constituída entre norte e sul. O intelectual entende essa situação como uma fragilidade da jovem república, pois no seu entender, a união no federalismo é conciliação, convívio e acordo. O texto não explicita o que de fato ameaçava os meandros do federalismo brasileiro, nem tampouco o que impedia o diálogo entre as unidades da Federação. Contudo, pelo itinerário percorrido por Rocha Pombo nos onze estados, percebe-se que existia uma prerrogativa na qual o constructo de união encontrava-se ameaçado: a discussão sobre a questão dos limites no seio dos institutos históricos.

CLIO USURPA O ESPELHO DE ARQUIMEDES: INSTITUTOS HISTÓRICOS E USOS DO PASSADO

Ao longo do período da Primeira República, os limites entre os estados da Federação se tornaram uma das questões centrais nos embates entre lideranças políticas, juristas e intelectuais. Tais embates repercutiram na busca pelo passado, com o processo de investigação por documentos que comprovassem o direito de posse e a efetiva colonização dos territórios. O passado era inventado para forjar uma ideia de linearidade entre os tempos pretéritos e o presente, no qual reafirmava os interesses acerca da redefinição dos espaços estaduais. Neste sentido, os intelectuais, especialmente os pensadores da história, se tornaram atores imprescindíveis no

processo de construção de narrativas que atendessem à demanda de invenção do passado para refirmar a imaginação dos espaços.

O resultante imediato dessa demanda por história foi o processo de disseminação de institutos históricos em praticamente todos os estados do antigo norte do Brasil ao longo dos primeiros decênios do século XX. Tais instituições se tornaram lócus privilegiados na constituição de repertórios documentais que legitimavam a invenção do passado local e forjavam os traços delineadores da identidade. A história era tida como a chave mestra que possibilitava o entendimento do passado e o encerramento dos embates, pois elucidaria a quem de fato tinha o direito acerca dos territórios contestados. Como foi explicitado na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, nos idos de 1902, o sodalício propiciaria o encargo patriótico de revelar "a verdade histórica da vida potyguar" (RIHGRN, 1913). Os pensadores da história não atuavam como juízes do passado, mas como advogados do tempo presente, usando do passado como provas para as reivindicações.

Tomados como os portadores dessa "verdade histórica local", os institutos históricos estaduais se tornaram porta-vozes dos embates acerca da questão dos limites, especialmente por meio da publicação de suas respectivas revistas, com a difusão de documentos históricos, criação de monumentos públicos, explicitação de textos biográficos e fabricação dos heróis locais e, de forma mais acentuada, a publicação de artigos sobre a questão dos limites. Essa polifonia discursiva revelava o intuito de legitimar representações aferidas aos seus respectivos estados. Como afirma Saul Fernandes na análise sobre a questão dos limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, "os espaços são escritos e inscritos" (FERNANDES, 2016, p. 23).

Paulatinamente, a questão dos limites acabou por se tornar um dos alicerces das respectivas historiografias locais dos estados do antigo norte do Brasil. Neste caso, é pertinente afirmar como a escrita da história local nesses estados esteve associada a uma perspectiva de conflito, na qual os textos se debruçavam sobre a construção espacial dos limites dos estados e dialogava ou desconstruía os argumentos apresentados em publicações patrocinadas por outros estados. Por essa peculiaridade, se torna necessário empreender uma leitura da escrita da história sobre a questão dos limites em uma perspectiva que ultrapasse os limites da historiografia local, buscando entender as diferentes estratégias utilizadas por esses intelectuais para edificar "visibilidades e dizibilidades" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009) acerca das identidades estaduais e como essas propostas foram refutadas ou questionadas na "outra margem do limite".

Diante disso, neste texto, apresento os primeiros resultados de uma pesquisa que vivencia os seus primeiros passos. Talvez seria mais adequado pensar que apresento as primeiras inquietações investigativas, pelas quais busco entender a construção de textos biográficos nas revistas dos sodalícios como o espelho de Arquimedes, por onde faria convergir a luz do passado para direcionar a formação da mocidade no presente. Neste caso, a historiografia produzida sob a tutela dos institutos passa a ser problematizada a partir do confronto, com os usos do passado no intuito de se constituir uma espacialidade para as unidades da Federação. Uma espacialidade revelada pelos traços biográficos de seus heróis, dos homens de outrora que deveriam ser o exemplo a ser seguido pelas novas gerações.

A invenção do passado estadual ocorreu de forma polissêmica, por meio de um vasto repertório de estratégias como a

edificação de monumentos públicos para homenagear os heróis, a difusão de textos biográficos e de artigos sobre as origens e o processo de colonização do estado, além da criação de museus institucionais nos quais a história era transformada em um enredo visível. Não raramente, essas ações ocorriam de modo concatenado. Era a união de visualidades e escritos na edificação de uma imagem do torrão natal.

Um caso elucidativo ocorreu em 1917, com a inauguração de um monumento público na cidade de Aracaju. Com financiamento do IHGSE e do governo estadual, foram realizadas trasladações dos restos mortais do fundador da cidade, inaugurado um monumento público, romarias com flores para o túmulo, recitais de professoras e alunos, além de pomposas preleções de sergipanos e do afamado intelectual Barão Homem de Mello, que biografou o mártir da modernidade. Monumento, preleções, poesias, hinos patrióticos e biografias formavam um repertório que construía uma visibilidade para um herói o qual, ironicamente, não possuía face, tinha seu rosto desconhecido. A face do herói era a ação. Certamente, o melhor no âmbito biográfico, o melhor sorriso de Inácio Barbosa tinha sido Aracaju.

Nos primeiros decênios do século XX, os sodalícios estaduais transmutavam-se, com a inserção de bustos dos chamados grandes homens. A encomenda dos bustos propiciava uma mobilização dos sócios, solicitando apoio do poder público e, não raramente, por meio de campanhas populares de arrecadação de verbas. As inaugurações envolviam os principais nomes da elite estadual, como bispos, presidentes de estado, intendentes das capitais e militares. Tais elementos estiveram presente na campanha em prol da construção do monumento a Teixeira de Freitas:

> Natural e legítimo é, pois, o appello dirigido à todas as classes de nossa sociedade para que – contribuindo todos – na medida das forças de cada um – possa contemplar no bronze o vulto venerando desse fervoroso sacerdote do direito, trabalhador infatigável, que dedicou a maior parte de sua preciosa existência no acurado estudo das mais importantes questões, cuja solução tanto preocupou o espírito da época em que brilhara, como astro que era, de primeira grandeza.
>
> O monumento que se pretende erigir a Teixeira de Freitas não é mais do que o resgate de uma dívida de honra que se traduz no reconhecimento e no respeito que devemos à memória do primeiro dos nossos jurisconsultos (...).
>
> Applaudindo a idéa que o integerrino magistrado apresentou ao Congresso Jurídico Americano e a respeito do qual tão brilhantemente dissertou na conferência de que nos ocupamos, cumpre-nos appellar – por nossa vez – para a generosidade dos sentimentos de todos os norte rio-grandenses, confiando que, em tão merecida homenagem, consagrada à memoração do maior vulto das nossas lettras, cabe-nos à – também – a nós norte rio-grandenses – glorioso quinhão (H. B., 1900, p. 7).

A notícia publica no impresso "A Tribuna" explicita a coalisão de elementos que constituíam a demanda por história e por biografias nos primeiros decênios republicanos: preleções, campanhas para construção de monumentos, envolvendo setores das camadas populares e liderança de intelectuais. Os traços biográficos apresentados elucidavam Teixeira de Freitas como o maior nome das letras no Rio Grande do Norte e o primeiro jurisconsulto do estado. Valorizar a memoração de um vulto implica no reco-

nhecimento do quinhão, de uma ação para enaltecer a terra, de engradecer o Rio Grande do Norte.

Diante da visualidade dos heróis, os intelectuais evocavam os valores: as preleções tornavam-se ocasiões para explicitar as virtudes dos homenageados, de mostrar os exemplos a serem seguidos pelas novas gerações. O passado era um espelho, no qual a sociedade se reconhecia e diante do qual a história mostrava-se mestra da vida.

Com isso, ao longo dos primeiros decênios do século XX, os intelectuais vinculados aos institutos históricos estaduais construíram uma leitura histórica local, na qual concatenava os elementos atribuídos ao espírito de unidade da nação: "posse em comum de um rico legado de memórias, desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de forma indivisiva, a herança que se recebeu" (HALL, 2015, p. 34).

Neste sentido, a construção historiográfica local, vinculada aos institutos históricos do antigo norte do Brasil, expressa uma leitura atinente ao conceito de cultura política, permeada de iniciativas nas quais se projetavam leituras voltadas para dois extremos da temporalidade. Como o deus romano Janus, com suas duas faces opostas, "um olhar para trás, para as glórias do passado" e o outro, concomitante, para o futuro, com o propósito modernizador (HALL, 2015, p. 34).

Janus visita o antigo norte do Brasil antes da invenção do Nordeste. É uma visita indelicada, problemática, permeada de fissuras, de contestações e, por vezes, de consternações. É um esforço de invenção engendrado na Primeira República, portanto, permeada de iniciativas federativas, de personalizar as unidades da nação.

QUADRO I[55]

Estado	Nome	Ano de Fundação
Pernambuco	Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco	1862
Alagoas	Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano	1869
Bahia	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	1884
Ceará	Instituto do Ceará	1887
Pará	Instituto Histórico e Geográfico do Pará	1898
Rio Grande do Norte	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	1903
Paraíba	Instituto Histórico Paraibano	1905
Sergipe	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1912
Amazonas	Instituto Histórico Geográfico Amazonas	1917
Paiuí	Instituto Histórico e Geográfico do Piauí	1918
Maranhão	Instituto de História e Geografia do Maranhã	1925

Por se tratar de um estudo de história comparativa, o foco central da investigação é a produção historiográfica e as atas vinculadas nas revistas dos institutos históricos dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Onze estados os quais, no início do século XX, fundaram seus institutos históricos e integravam a região norte do país. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao tratar sobre a invenção do Nordeste como uma ruína da antiga geografia do país, afirma: "no início dos anos vinte, a percepção do intelectual que desembarcava no Recife, vindo dos Estados Unidos, é de que a própria paisagem, o próprio físico da região, alterara-se profundamente" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 51). Analisamos as tensões historiográficas entre os institutos históricos estaduais, ocorridas entre o final do século XIX e o início do século XX, ou seja, no momento anterior a cisão do antigo norte.

Todavia, a concepção acerca da região do antigo norte não é tomada como uma realidade natural, fora do âmbito das

55 Quadro I: Ano de criação dos institutos históricos do antigo norte do Brasil. Quadro elaborado pelo autor.

ações humanas. Pelo contrário, parti da premissa provocativa na qual "a região é produto de uma batalha, é a segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados no espaço" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 34). Com isso, compartilho a provocação apontada por Rocha Pombo, no alvorecer do século XX, para entender como as querelas historiográficas podem ter contribuído para a redefinição das identidades estaduais e construção das diferenças. Desse modo, a escrita da história foi tomada como um processo de invenção de passados e de edificação de um modelo de condutas para o futuro. Como era recorrente nos títulos de livros escolares, a história pátria era uma lição, um modelo a ser seguido ou, pelo menos, defendido.

"A ESCRITA SOBRE HOMENS DESTE CHÃO": AS BIOGRAFIAS

O cicerone dos institutos estaduais de outrora, Rocha Pombo, ao passar por Sergipe, reproduziu em seu diário o que mais ouviu dos homens de letras da menor unidade da Federação. Cantou a inteligência. Lamentou o exílio. Acima de tudo, surpreendeu-se com o talento não migrado. Em suas palavras:

> Já sabíamos que os sergipanos de talento, em regra emigram, à procura de meio. Basta ver o que foi, e ainda é, a colônia sergipana no Rio. Mas o que não sabíamos, é que a intelectualidade de Sergipe não se recente muito da emigração de seus representantes mais notáveis: ainda ficam por ali talentos dignos de fazerem honra à sua terra (POMBO, 1918, p. 98).

A revista do IHGSE tornou-se um espaço profícuo de biografias. A cada edição, as páginas amareladas anunciavam os nomes dos heróis da terra, dos homens dignos de serem cultuados, da justiça perante à história, como diziam seus sócios. A escrita sobre as vidas dos grandes sergipanos reverberava o talento, a migração, a pequenez do território em contraste com a força da retórica. Quais foram os primeiros biografados? Na ordem cronológica, desde a primeira edição, nos idos de 1913, foram apresentados Tobias Barreto, Sílvio Romero, Fausto Cardoso, Antônio Moniz de Souza. Eram heróis das letras. Herdeiros da Escola do Recife. Por vezes, os vultos do passado eram aproximados. Prado Sampaio, também herdeiro da Escola do Recife, publicou a primeira biografia do sodalício.

> O vulto intellectual de Tobias Barretto, analysado por Sylvio Romero em a *História da Literatura Brasileira,* nas polimorphicas manifestações de sua natureza genial: como poeta, orador, crítico philosopho, jurista e musicista (PRADO SAMPAIO, 1913, p. 9).

Podemos falar de criador e criatura. Tobias Barreto, ícone da gênese da inteligência, o herói mitológico da origem da intelectualidade em plagas sergipanas e Silvio Romero, seu principal propagador. É interessante como Tobias Barreto se tornou o epicentro da inteligência, causa e efeito das letras sergipanas, antes mesmo de seu nascimento. Um indício dessa provocação é a biografia escrita em 1916, pelo bacharel Armindo Guaraná, sobre Antônio Moniz de Souza, botânico nacionalista dos primeiros decênios do século XIX, nascido nos sertões da capitania de Sergipe. Na biografia, o intelectual foi associado a Tobias com uma inexplicável apresentação de parentesco, na qual Moniz seria tio-avô de Tobias. Logo, se Antônio Moniz de Souza era tio-avô de

Tobias, sua inteligência já podia ser compreendida, justificando o fato de não ter estudado.

A inteligência cantada elucidava o domínio da nação. A experiência no mesmo espaço aproximava os homens de ontem, dos homens de hoje. O espaço era o nexo do saber compartilhado.

> É que Tobias Barreto é de hontem e descansa neste mesmo solo que hoje pisamos, solo conquistado palmo a palmo pelo seu instincto de combatividade, pela força evolutiva de seu espírito ainda vivo a esta hora, excepcionalmente vivo, a dominar hoje, como hontem, em sua melhor e maior parte, o pensamento philosophico nacional (PRADO SAMPAIO, 1913, p. 10).

Além de pensar, era também característico combater por suas ideias. Ser sergipano, nos escritos biográficos, era usar o intelecto para transmutar o território diminuto em uma conquista do nacional. Uma conquista pautada nos escritos filosóficos, no uso da inteligência, no fortalecimento do pensamento nacional.

Todavia, ouso a seguir o vapor com Rocha Pombo. Deixo a província menor. Cruzo o São Francisco. Atravesso a zona da mata e adentro as terras do Pontegi. Afinal, na terra de Poty, os heróis apresentavam a mesma conotação do território de Serigy? Seria o mesmo teor, a mesma preocupação pedagógica, talvez moldada, inspirada ou até mesmo imposta pelo IHGB? O palmilhar nas páginas do sodalício encrustado no imponente edifício da Praça André de Albuquerque revela um cenário destoante. As virtudes cantadas não são as mesmas. A face do potiguar é diferente da face do sergipano. A experiência do chão é diversa. André de Albuquerque é diferente de Inácio Barbosa ou de Tobias Barreto.

Uma diferença não elucidada pelas experiências individuais, mas pelas virtudes que serviriam para caracterizar a população de seus respectivos estados.

Assim, passo a encontrar novos biografados: conquistadores, como Jerônimo de Albuquerque; revolucionários, como Frei Miguelinho e André de Albuquerque; defensores de um modelo de liberdade, como Felipe Camarão; ou vítimas da ausência de liberdade, como os mártires de Cunhaú e Uruaçu, trabalhados por Renato Amado Peixoto (2010). Do panteão de heróis, escolhi Felipe Camarão, biografado por Luís Fernandes, nos idos de 1904. Camarão seria o fruto da terra, símbolo resistência:

> Filho de uma raça que produzia homens desta têmpera, não é de admirar que, com quasi um terço menos de sua edade, Camarão fosse o heroe da Batalha dos Guararapes (FERNANDES, 1904, p. 182-183).

Assim como os demais biografados nos primeiros números, a sua virtude emerge nas batalhas, na resistência, na luta por suas ideias, na força e, principalmente, na morte. O sacrifício cristão é um elo imprescindível para unir escritas tão distantes, homens que viveram em períodos tão díspares.

> ahi é assaltado por uma febre pertinaz e logo bloqueia o altivo gequitibá de nossas mattas; emquanto o seu espirito, como a fama de seu nome, evola-se às regiões sideraes da immortalidade, acompanhando-o, talvez, um único pezar: não ver raiar a aurora da redempção da patria. Atlheta denodado e habil capitão, não houve uma só acção em que se pleiteasse a causa da liberdade em que não sentissem os Batavos o peso do seu braço (FERNANDES, 1904, p. 236).

O herói potiguar apresentava duas faces: uma cristã; a outra patriótica

> Mas, si bravo se mostrára sempre, nunca o fóra com crueldade. Religioso sem fanatismo, jamais esqueceu os deveres de christão e de homem social (...). Foi amado por todos e por todos respeitado. E, assim, na patria pernambucana, ao lado dos patriotas, seus esforçados companheiros d'armas, descansam as cinzas veneraveis do heroico filho do Rio Grande do Norte (FERNANDES, 1904, p. 237)

Quem são esses heróis biografados? São homens toponímicos. São heróis criados nas páginas de um periódico e replicados em monumentos, na denominação de logradouros e instituições, com as mais polissêmicas pretensões de usos, nem sempre respaldadas nos procedimentos da pesquisa histórica. Entre o mito e a história, opta pelo primeiro[56]. Avanço no tempo do biografado, recuo no tempo da escrita, com Frei Miguelinho, o herói da Revolução de 1817, a revolução que nas terras potiguares não se refere a uma experiência espacial, para elucidar um tempo: tempo de luta pela liberdade. Tempo de luta de heróis potiguares. Biografia também é um hino, um canto entoado na singela voz de professoras de outrora.

> Hymno ao Padre Miguelinho
> Surja em paz, da penumbra da História;
> Do Futuro ao sonoro clangor
> Surja em paz, sob as azas da Glória.

---

56 Isso em nosso tempo, na história do calor dos acontecimentos, em pleno século XXI, é possível perceber a retomada da figura mitológica de Felipe Camarão no âmbito de institucionalização de novos movimentos constituidores de culturas políticas.

> Quem da morte se fez vencedor!
> Symbolizas o bem n'esta terra
> E o civismo dos nossos avós:
> É teu nome um sussurro de guerra
> São teus feitos, lampejos de sóes!
> Sob o templo do amor, sempre novo.
> Duas crenças conduzes de pé:
> N'um altar – os direitos do povo;
> N'outro altar – a bandeira da fé (SMIDO, 1906, p. 337-338).

Frei Miguelinho saiu da penumbra da história. Rompeu com as sombras do esquecimento, morreu para lançar a semente da liberdade. Uma semente que tardou a germinar, onde somente no futuro o grito ecoou, como um suspiro de glória. Grito de vitória, sussurro de guerra, martirizado em prol da liberdade, Frei Miguelinho é o espelho do civismo. É o símbolo desta terra.

> Nessa hora propícia da civilização brasileira, cumpre ferir no coração dos moços os primeiros accordes do patriotismo e despertar na consciência dos velhos a invocação das glorias que se foram. Ser moço é fazer-se digno de um presente que desponta. Ser velho é tel-o sido de um passado que finou-se. O moço que alimente ambição de virtudes civicas. O velho que mantenha consciência de as haver particado. É dentro de um solo querido que a alma de um povo palpita. Nessa fronteira sagrada há uma fortificação sagrada que se diz amor da Pátria. Encaremos o Pantheon de nossas glórias e veneremos os nossos heróes. Existe uma seiva em tudo que finda. Morrer é fecundar! (ABREU, F. P. 1906, p. 345-346).

Esse texto evidencia uma confluência de tempos. Como Janus, Frei Miguelinho é a face do velho e do novo. Como Arqui-

medes, usa do seu espelho para direcionar os raios de outrora, a luz da liberdade para guiar os moços em direção ao futuro. Como Clio, mergulha nas águas do rio Leter para salvar Mnemosine do seu inevitável fim. Fim ou recomeço. Opto por invenção. Afinal, como afirma Francisco Pinto de Abreu, “morrer é fecundar”. Neste caso, este é apenas o início de uma história!

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O morto vestido para um ato inaugural:** procedimentos e práticas de estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos:** a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALTAVILA MELLO, Anfilófio Jayme de. **História da Civilização das Alagoas.** 7ª Ed. Maceió: EDUFAL, 1978.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Tereza Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, [1983] 2015.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho:** A formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/

FFLCH/USP, 2004.

AROSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica.** Trad. Andréa Dori. Bauru: EDUSC, 2006.

BARBOSA, Ruy. **Impugnação dos embargos do Ceará pelo Rio Grande do Norte.** Natal: Sebo Vermelho, [1908] 2013.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IGHM): Patrimônio, Memória e História como princípios de perpetuação da imagem de um Maranhão grandioso. **Patrimônio e Memória.** Vol. 7, nº 1. Assis, 2011, p. 19-37.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Trad. Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 2ª ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1975] 2006.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **"Mossoró não cabe num livro":** Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense. Natal, 187 f. Dissertação (Mestrado em História). UFRN, 2011.

DANTAS, Ibarê. A Revista Centenária da Casa de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** Nº 43, 2013, p. 45-62.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe, 1912/2012.** São Cristóvão, EDUFS, 2012.

DIAS, Margarida Maria. **Inteprida Origini:** o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a construção da história local (1905-1930). João Pessoa, Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFPB, 1994.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (in) imaginável elefante mal-ajambrado:** a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte--rio-grandense (1894-1920). Natal: Editora IFRN, 2016.

FERNANDES, Saul Estevam. Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo? Algumas reflexões sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. **História Social.** nº 22, Campinas, 2012.

FREITAS, Itamar. **A escrita da História na 'Casa de Sergipe' – 1913-1999.** São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

FREITAS, Itamar. **Histórias do Ensino de História no Brasil.** Vol. 2. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2010.

FREITAS, Itamar. **Histórias do Ensino de História no Brasil.** Vol. 1. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca; GOMES, Ângela de Castro. **Cultura Política e leituras do passado:** historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Faperj; Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. **A nova "Velha" República:** um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*. Vol. 13, nº 26. Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, José Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.** João Pessoa: IHGP, 2002.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

HALL, Stuart. As culturas nacionais como "comunidades imaginadas". In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, [1992] 2015.

KOSELECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. Memória e Identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): origens da Casa da Bahia e celebração do 2 de julho. **Patrimônio e Memória.** Vol. 7, nº 1. Assis, 2011, p. 54-77.

LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** 3ª ed. Natal: EDUFRN, [1922] 2008.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte.** 4ª ed. Natal: Flor do Sal, [2000] 2015.

OLIVEIRA, Felisbelo Firmo Freire de. Limites do Rio Grande do Norte e Ceará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.** Vol. 1, nº 2. Natal, 1903.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Paraíba: "Heróica desde dos primórdios". **Patrimônio e Memória.** Vol. 7, nº 1. Assis, 2011, p. 38-53.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias imaginárias:** estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História e Espaços. Natal/Campina Grande: EDUFRN/EDUEPB, 2011.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional** 15, vol. 1. 2010, p. 169-193.

POMBO, Rocha. **Notas de viagem:** Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguila, 1918.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLÓGICO E GEOGRA-

PHICO ALAGOANO. Fins. **Revista do Instituto Archeológico e Geográphico Alagoano.** Vol. 1, nº 1, Maceió, 1872.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Actas da Sessão Solene. **Revista do IHGRN.** N 1, vol, 1. Natal, 1903.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Casa das Alagoas e as "cousas do passado". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** Nº 43, 2013, p. 95-116.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, S. SANTOS, M. SANTOS, A. **História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe:** os 100 anos do IHGSE. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: EDUFS, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. 9º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria em Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920).** Niterói, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1981.

UM EMARANHADO DE RELAÇÕES E INTENÇÕES: A QUESTÃO DE LIMITES ENTRE O RIO GRANDE DO NORTE E O CEARÁ EM MEIO À POLÍTICA NACIONAL E REGIONAL (1902-1920)

Saul Estevam Fernandes[57]

No começo de abril de 1903, o jornal *A República* publicitava a visita de um dos deputados do Rio Grande do Norte ao estado. Aos nossos dias, a estadia não deveria nos causar estranheza, se não fosse o fato de Pereira Reis ter sido eleito sem nunca ter vindo ao estado que representava. Por mais que essa situação não fosse incomum durante a Primeira República, ela nos demonstra a força do grupo que comandava a política potiguar, a família Albuquerque Maranhão. Por outro lado, nos deixa a dúvida: qual a intenção em candidatar e eleger um político que ultrapassava os limites potiguares em importância científica, mas que nunca ultrapassou em um sentido oposto? E ainda: qual era intenção de Pereira Reis visitar o estado algum tempo depois de ser eleito?[58]

O jornal *O Mossoroense* deixa subentendidas as repostas

57 Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* Natal Central.

58 *A República*. Natal, 1 de abril de 1903.

para tais perguntas, em 20 de abril de 1903, ao relatar a visita de Pereira Reis. Contudo, a maior pista que nos foi deixada diz respeito a um mapa confeccionado pelo astrônomo no mesmo mês de sua visita: a *Carta Topographica dos pontos importantes do território em litígio na questão de limites entre o estado do Rio Grande do Norte e o estado do Ceará*[59]. Logo, fica a certeza que a absorção do intelectual pela família Albuquerque Maranhão tinha o intuito de inseri-lo no conflito com o Ceará. Também, se atentarmos as experiências anteriores de Pereira Reis, percebemos que sua participação poderia trazer uma relevante contribuição ao estado[60].

A partir da pequena biografia levantada pelo jornal *A República*, de 16 de março de 1903[61], e do verbete elaborado por Renato Amado Peixoto (2011), podemos traçar a experiência de Pereira Reis no trato com terras limítrofes. Em 1856, o baiano radicou-se na capital da Corte, quando foi contratado como professor adjunto de desenho da Escola Naval, onde ainda foi nomeado professor de topografia e desenho topográfico. Em 1872, concluiu o curso da Escola Central, que viria a se chamar Escola Politécnica, tornando-se engenheiro e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Por conta de sua formação, foi chamado dois anos depois para integrar a Comissão de Limites com a Bolívia, porém, recusou o convite, alegando estar ocupado em medições geográficas no Rio Grande do Sul. Por meados da década de 1870, também foi nomeado as-

---

59 Para uma maior discussão sobre a *Carta Topographica dos pontos importantes do território em litígio na questão de limites entre o estado do Rio Grande do Norte e o estado do Ceará, Cf: FERNANDES, Saul Estevam.* Inscrever (n)o espaço, mapear e historicizar fronteiras: uma análise sobre a “Carta Topographica dos pontos importantes do território em litígio na questão de limites entre o estado do Rio Grande do Norte e o estado do Ceará” (1903). **Opsis**. v. 11, n. 2, p. 135-150 - jul-dez 2011.

60 *O Mossoroense.* Mossoró, 20 de abril de 1903.

61 *A República.* Natal, 16 de março de 1903.

trônomo do Imperial Observatório.

Em 1900, foi chamado mais uma vez para participar da Comissão de Limites com a Bolívia, agora como presidente, repetindo a recusa do convite, em virtude das suas responsabilidades como deputado federal pelo estado do Rio Grande do Norte. Esse segundo convite nos mostra o quanto Pereira Reis era respeitado na função de medidor de terras. Por sua vez, a indicação para deputado federal pela família Albuquerque Maranhão nos mostra que esse respeito ultrapassava o saber cartográfico sobre os espaços, ganhando até mesmo notoriedade política, mas, claro, com alguns interesses não explícitos em uma emaranhada rede de relações e intenções dos seus apoiadores.

Renato Peixoto (2011) analisou a maneira pela qual Pereira Reis se inseriu na família que controlava a política do Rio Grande do Norte. Segundo o autor, desde a década de 1880, quando Augusto Severo de Albuquerque Maranhão frequentou o curso ministrado pelo engenheiro na Escola Politécnica, os dois estabeleceram uma relação de amizade e confiança nos projetos do inventor norte-rio-grandense. A aproximação e o respeito mútuo podem ser comprovados pela aprovação e recomendação de financiamento do Governo Federal dado por Pereira Reis para a construção do balão Bartolomeu de Gusmão, projetado pelo irmão de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefe oligárquico no Rio Grande do Norte. O antigo professor teria apoiado inclusive a construção do balão dirigível *Pax*, que por puro acaso não custou a vida de seu filho, pois, por indicação do pai, ele auxiliaria Augusto Severo a voar nos céus de Paris, quando o cientista morreu na exploração de seu invento, em 1902.

Segundo Peixoto (2011), Pereira Reis chegou a se envolver na questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, ope-

rando no levantamento da área em disputa e fornecendo subsídios aos esforços empreendidos na defesa e nas pretensões do estado do qual era representante. O autor ainda afirma que seus dois mandatos como deputado federal foram centrados na busca por recursos destinados ao combate às secas. E com a ajuda do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Pereira Reis teria formulado a Comissão de Perfuração de Poços, da qual foi o primeiro diretor. A comissão, sediada em Natal, funcionou até 1906 e era a responsável por gerir as verbas destinadas às obras contra as secas, servindo de modelo para o que viria a se constituir como a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909.

A partir de tais assertivas, podemos perceber que a utilização do conhecimento e do contato empreendido com o engenheiro e astrônomo ultrapassaram as relações de respeito e confiança com Augusto Severo. Por Pereira Reis ser naquele momento um dos grandes nomes da astronomia e especialista no mapeamento topográfico, esses foram fatores fundamentais em sua integração em uma Comissão extraoficial que lutaria pela demarcação de limites a favor do Rio Grande do Norte. Além disso, basearam-se também na notoriedade e peso que ele garantia para os Albuquerque Maranhão nas disputas com outras oligarquias por recursos de obras contra as secas, pois a participação de Pereira Reis funcionava como poderoso argumento de autoridade para angariar recursos.

A centralização dos seus debates na Câmara Federal sobre a estiagem buscava investimentos e soluções junto ao Governo Federal para tal fenômeno. Logo, no momento em que as boas relações com o presidente garantiam um excetuado número de recursos – que em grande parte eram utilizados em proveito das próprias oligarquias –, a disputa por verbas ultrapassava as intenções

de resolver os problemas do fenômeno da estiagem. Ela permeava uma disputa na organização de políticas e instituições públicas para gerir os recursos liberados pelo Governo Federal, como a Comissão sediada em Natal e gerida por Pereira Reis, em 1906. Quanto mais recursos e órgãos fossem geridos por essas oligarquias, mais prestígio seria demonstrado junto ao Governo Federal e mais desvio de dinheiro seria contabilizado para os interesses dessas elites.

Partindo desse pressuposto, entendemos que a centralização dos trabalhos de Pereira Reis no Congresso contribuiria para o enfraquecimento das posições cearenses nas disputas por verbas contra as secas e, consequentemente, no conflito pelo território de Grossos. Por sua vez, o enfraquecimento do grupo político cearense a partir do *Caso Grossos* servia também para desestabilizá-lo nessa mesma disputa por verbas. Não obstante, o cargo de Pereira Reis não funcionava somente aos interesses da oligarquia Albuquerque Maranhão. Ele mesmo tinha também intenções em ocupar um importante posto para ganhar notoriedade em um conflito pessoal com a direção do Imperial Observatório Astronômico.

O político fez utilização de seu cargo para desestabilizar o Observatório e sua direção. Segundo Januária de Oliveira (2003), a polêmica foi iniciada em fins do ano de 1878, quando Pereira Reis acusou a incapacidade da instituição em precisar o meridiano absoluto. O astrônomo colocava em questão a capacidade do Imperial Observatório Astronômico em determinar, através de um método desenvolvido pelo então diretor Liais, suas próprias coordenadas. A questão alcançou a Câmara dos Deputados por meio de uma carta de Pereira Reis ao deputado Costa Azevedo e à Congregação do Instituto Politécnico, que expulsou Liais do seu quadro de sócios. Esse desgaste fez que o diretor pedisse afastamento do Imperial Observatório em 1881, o que abriria caminho para a

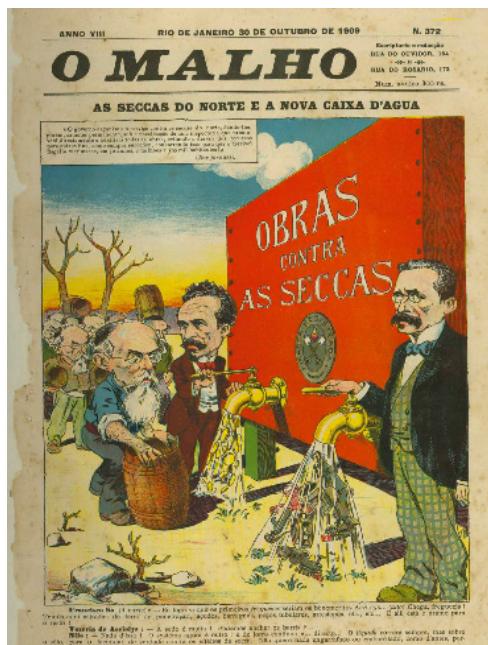
direção de Luiz Cruls.

No entanto, as críticas lançadas por Pereira Reis continuaram, sob a alegação que o Observatório forjava informações sobre suas observações. Em sessão de 13 de outubro de 1902, o discurso pronunciado por Pereira Reis criticava a Comissão organizada por Cruls, em 1901, com a finalidade de estabelecer os limites fronteiriços entre o Brasil e a Bolívia. Januária de Oliveira (2003) nos alerta que, embora a polêmica tenha se iniciado, ela não foi finalizada como as anteriores. Tais conflitos pessoais, por mais que pareçam irrelevantes para a nossa análise sobre o litígio com o Ceará, serão de fundamental importância na produção da *Carta Topographica*, uma vez que essas discussões determinaram as escolhas de parâmetros para a sua produção, mais adiante analisada.

A família Albuquerque Maranhão atrelou a utilização do poderoso argumento de autoridade – a participação de Pereira Reis –, à produção intelectual de outro conhecido homem de Letras na Capital Federal, o também baiano Rui Barbosa. A junção dos dois intelectuais radicados no Rio de Janeiro foi realizada por uma terceira e importante figura cooptada por Pedro Velho: seu genro Augusto Tavares de Lyra.

Bacharel em Direito, a partir das indicações do chefe político norte-rio-grandense, Tavares de Lyra passou a ter vasto prestígio na Capital Federal, ultrapassando a temporalidade em que a família esteve na administração do executivo estadual. Tavares chegou até mesmo a ser ministro da Viação e Obras Públicas entre 1914 e 1918, nos alertando mais uma vez a importância de encabeçar essa pasta para os políticos dos estados que sofriam as recorrentes secas, haja vista que a IOCS foi criada como parte desse Ministério em 1909.

Os cearenses também tiveram representantes nessa che-

fia. Francisco Sá, sogro do chefe oligárquico Antonio Pinto Nogueira Accioli, administrou a recém-criada IOCS no governo de Nilo Peçanha, então apoiador da eleição de Hermes da Fonseca contra Rui, na Campanha de 1910. Tal fato demonstra as relações da política nacional, a instituição contra as estiagens e os governadores do conglomerado de estado que eram acometidos por elas. Com a mudança de presidente, só os esforços nas eleições de 1910 das elites estaduais em apoiar o Marechal poderiam garantir que algum membro do seu grupo político encabeçasse o Ministério da Viação e Obras Públicas.

O jornal *O Malho* retratou muito bem a forma que as obras contra as secas foram utilizadas no jogo da política nacional nas eleições de 1910. A edição de 30 de outubro de 1909 traz em sua capa uma charge (Imagem 1). Mostra uma caixa d'água recém-inaugurada pela IOCS e a abertura de duas torneiras pelo então presidente Nilo Peçanha e seu ministro Francisco Sá. Como primeiro da fila para encher seu balde – de recursos –, está o líder da política cearense Antonio Pinto Nogueira Accioli. No diálogo, Francisco Sá afirma que logo percebe que os primeiros fregueses seriam os beneméritos acciolis, e grita: "Chega freguesia! Temos aqui estradas de ferro de penetração, açudes, barragens, poços tubulares, artesianos, etc, etc...!" Accioli não se faz de rogado, responde prontamente que a sede é muita e ainda questiona se pode encher todos os barris, mostrando a preocupação de que a bonança da política niilista passaria rápido[62].

Ainda na conversa, o então presidente alerta o político cearense que o sistema havia mudado e o jorro seria contínuo, direto, correndo líquido para sempre, sem haver necessidade de encher

62 *O Malho.* Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1909.

todos os barris. O diálogo, embora fictício, demonstra muito bem as práticas políticas naquele período, sobretudo em uma temporalidade em que a campanha eleitoral logo se iniciaria e as articulações de apoio ao candidato de Nilo deveriam ser postas em prática.

Imagem 1: As secas do norte e a nova caixa d'água. *O Malho*, 30 out. 1909.
Acervo: Arquivo Casa de Rui Barbosa.

Pereira Reis estava diretamente ligado aos dois conflitos daquele período entre a oligarquia acciolina e a pedro-velhista: a disputa por verbas para as obras contra as secas e a questão de limites. Por sua vez, Rui Barbosa tinha uma importante função somente no último conflito, embora seja levado às disputas por obras contra as secas pelos interesses da campanha de 1910.

Sua ligação com os Albuquerque Maranhão também se diferenciava dos interesses que os aproximaram de Pereira Reis. O convite foi aceito pelo advogado baiano por causa das confluências políticas e ideológicas compartilhadas com Pedro Velho. Os dois defendiam a importância de manter a chefia da recente República brasileira nas mãos de civis, o que estabeleceu um visível conflito com militares como Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Tal visão influenciou fortemente a tomada de posição nas disputas entre os dois grupos políticos que administravam os estados potiguar e cearense. Rui Barbosa apoiou os Albuquerque Maranhão na questão de limites por seu interesse particular na política regional, visando enfraquecer os políticos cearenses. O motivo para essa tentativa surgiu devido ao apoio que o grupo dos Accioli ofereceu aos militares na chefia da República. Contrapondo as articulações de Rui Barbosa e Pedro Velho, Antonio Pinto Nogueira Accioli e seu grupo apoiaram o Marechal Deodoro ainda no Congresso Constituinte de 1891.

Em sentido contrário, Rui e Pedro Velho posicionaram-se a favor da eleição de Prudente de Morais. Com a derrota, o político norte-rio-grandense passou, segundo Almir Bueno (2002), pouco mais de um ano no ostracismo. Em consequência, Pedro Velho se manteve em oposição significativa ao governo de Floriano Peixoto. No que diz respeito a Rui Barbosa, ele viveu a mesma exclusão em face das críticas lançadas pelos militares sobre possíveis erros de sua política econômica, quando fora ministro no governo provisório.

Segundo Luís Viana Filho (1987), Rui ainda foi acusado de ser um dos mentores da Revolta da Armada, o que, segundo os militares, havia desestabilizado o governo de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto nos dois levantes, em 1891 e 1893. Tal acusação era justificada pela entrada de um *habeas corpus,* impetrado pelo ad-

vogado baiano em benefício dos revoltosos. Como resultado, o advogado e político foi obrigado a refugiar-se na Argentina, de onde enviou uma série de cartas intituladas "La Nación", em que tenta se defender das acusações dos militares. No seu retorno, menos de um mês depois, ameaças de morte levam Rui a retornar para Buenos Aires, sendo as honras de general de brigada, concedidas pelo proclamador da República, cassadas pelo "Marechal de Ferro", Floriano Peixoto.

A perseguição tornou-se tão ferrenha que, em 20 de março de 1893, Rui partiu para Lisboa, onde também aportaram alguns dos militares ligados à Revolta expulsos do Brasil. Na ocasião, Floriano Peixoto decidiu suspender os laços diplomáticos com Portugal, o que fez com que a família Barbosa fosse expulsa e solicitasse asilo político à Inglaterra, para onde se mudaram. Embora, em novembro de 1894, Prudente de Morais – primeiro presidente civil eleito para exercer tal cargo –, tomasse posse, o retorno do exílio só ocorreu duas semanas após a morte de Floriano. No entanto, seu cismo com os militares se manifestou nos momentos em que a possível volta de um governo não civil se fazia presente. Essa aversão ganhou mais notoriedade com sua campanha civilista, que se contrapunha à candidatura do militar Hermes da Fonseca.

Contudo, embora fossemos conduzidos a pensar que nas eleições de 1910 a família Albuquerque Maranhão fosse mais uma vez contra a eleição de um militar – talvez pelas aberturas das torneiras da IOCS e pelo sonho de geri-la –, o grupo político apoiou Hermes da Fonseca. Em 10 de janeiro de 1910, o jornal *A República* publicou na íntegra a *Plataforma do Marechal*, lida pelo candidato em um banquete oferecido dias antes no Teatro Municipal da Capital Federal. Faltando um mês para as eleições, a capa do periódico trazia, bem abaixo do seu frontispício, a propaganda dos candidatos

do Partido Republicano (Imagem 2), que foi repetida todos os dias em que o jornal foi impresso até a data da eleição. No dia 5 de fevereiro, junto à propaganda do candidato/Marechal e do seu vice, Venceslau Braz, o jornal publicou os esforços do político baiano José Joaquim Seabra em adquirir mais votos para tal chapa na terra do histórico adversário dos militares, Rui Barbosa[63].

Segundo Silvia Noronha Sarmento (2009), Seabra aderiu ao hermismo sem romper, num primeiro momento, com os marcelinistas, que apoiavam Rui na Bahia. O deputado continuava jurando lealdade ao governo baiano, pedindo licença para divergir na questão presidencial. Somente em agosto de 1909 é que J.J. Seabra, como era conhecido, oficializaria o rompimento. Outro grupo, ligado ao político Severino Vieira, histórico desafeto de Marcelino, também aderiu com entusiasmo ao hermismo. Todavia, apesar de lutarem por um candidato nacional e contra um inimigo local comum, os dois grupos nunca se uniram. Então, a Bahia passou a ser palco de uma disputa entre severinistas e seabristas, para saber quem carregava mais alto a bandeira do hermismo no estado. Por sua vez, os Albuquerque Maranhão também não mediram esforços na conquista de votos. Um dia antes das eleições, em 28 de fevereiro, o jornal *A República* convidava todos os norte-rio-grandenses a votarem nos dois candidatos que, segundo os editores, eram nomes laureados por inestimáveis serviços oferecidos a nação[64].

---

63 *A República.* Natal, 10 de janeiro de 1910.

64 *A República.* Natal, 28 de fevereiro de 1910.

Partido Republicano Federal

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1° DE MARÇO

PARA PRESIDENTE DA REPUBLICA

Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca

PARA VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA

Doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes

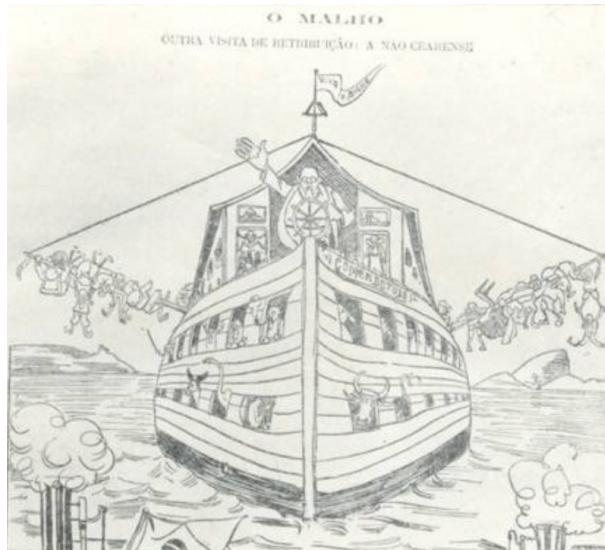



Imagem 2: Propaganda política em favor de Marechal Hermes da Fonseca e do Dr. Wenceslau Braz, impressa nas edições do mês de fevereiro de 1910 do jornal potiguar *A República*.
Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Embora os Albuquerque Maranhão tivessem esquecido o antigo parceiro na guerra travada com os Accioli, esses últimos não esqueceriam o desafeto e, na campanha que a antiga parceria entre Rui e os políticos potiguares se desfez, ainda ficou clara a rivalidade entre o baiano e o grupo acciolino, exposta nas páginas do jornal *O Malho*. Por meio de uma charge (Imagem 3), o periódico fazia alusão à viagem feita pelo político cearense até o Rio de Janeiro, a fim de dar apoio a Hermes da Fonseca. Para os editores do jornal, a visita não era mais que uma imitação da ida do governador baiano José Marcelino para apoiar seu conterrâneo na campanha. Cheios de sarcasmo, os produtores do referido jornal satirizam a viagem de cortesia do político cearense ao militar. Na produção, a outra visita de retribuição nos mostra que a troca de apoio e as relações, sejam nas disputas políticas, territoriais ou por verbas, se constituía num emaranhado de intenções[65].

65 O Malho. Rio de Janeiro, sem data.

Imagem 3: Outra visita de retribuição: a não cearense, *O Malho,* sem data.
Acervo: Arquivo Casa de Rui Barbosa.

Um dia após as eleições, em 2 de março de 1910, *A República* passou a divulgar os resultados da votação que teria, segundo a edição, brilhantemente sufragado os nomes dos candidatos sugeridos pelo jornal. Os editores expunham os números da expressiva vitória dos candidatos dos Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte: 99,2% (4.329 votos) para Hermes da Fonseca, contra 0,8% (36 votos) para Rui Barbosa, com número exato de votos também para o vice do Marechal, Venceslau Braz – o que demonstra muito bem a casadinha de votos. Os editores ainda noticiaram a vitória de Hermes em outros estados, como Minas Gerais, onde não teria se repetido o mesmo percentual e a diferença expressiva das terras potiguares[66].

66 *A República.* Natal, 2 de março de 1910.

Alguns dias depois, foi divulgada a grande maioria obtida por Rui Barbosa contra o militar no estado baiano, o que demonstrava que os esforços de J.J. Seabra foram em vão, pois o seu rival teria conquistado 77% dos votos. Tais assertivas nos mostram de que maneira os Albuquerque Maranhão se consideravam confiantes na relação que se estabeleceria com o presidente eleito, após a contribuição do alto percentual dado ao mesmo no seu estado[67].

Na sessão "Telegramas" d'*A República*, de 13 de junho de 1910, ao duvidarem do nome que se cogitava para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, os editores deixam subentendido sobre qual pasta os políticos potiguares cobiçavam no governo de Hermes da Fonseca. No entanto, ao assumir a presidência, os burburinhos se concretizaram, e fora nomeado J.J. Seabra, então grande aliado do Marechal e desafeto de Rui, como ministro. Escolhido tal nome, só cabia ao vitorioso nas urnas e perdedor na nomeação, Tavares de Lyra, esperar a próxima campanha para ser chamado a gerir o Ministério e, consequentemente, as verbas das obras contra as secas e, a exemplo dos cearenses e baianos, ter a oportunidade de abrir e fechar a torneira conforme seus interesses. Diante da perda do cargo para o político baiano desafeto de Rui, ao menos o antigo parceiro, derrotado nas eleições, tinha cumprido o acordo e conseguido êxito com a vitória sobre os cearenses dois anos antes, em 1908, no STF[68].

---

67 *A República.* Natal, 07 de março de 1910.

68 *A República.* Natal, 13 de junho de 1910.

REFERÊNCIAS

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2002

FERNANDES, Saul Estevam. Inscrever (n)o espaço, mapear e historicizar fronteiras: uma análise sobre a "Carta Topographica dos pontos importantes do território em litígio na questão de limites entre o estado do Rio Grande do Norte e o estado do Ceará" (1903). **Opsis**. v. 11, n. 2, p. 135-150 - jul-dez 2011.

OLIVEIRA, Januária Teive; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. As polêmicas entre Manuel Pereira Reis, Emmanuel Liais e Luiz Cruls na passagem do século XIX. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 42-52, 2003.

PEIXOTO, Renato Amado. "Verbete Pereira Reis". In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas; CPDOC, 2011.

SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia:** J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2009.

CORONELISMO MIDIÁTICO: DA POSSE DA TERRA À POSSE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA[69]

Sérgio Luiz Bezerra Trindade[70]

O coronelismo tradicional, expressão do poder político local/ municipal, é sepultado nos anos 1930, mas o mandonismo, traço central desse fenômeno, sobrevive e vem se ressignificando sob diferentes formas na cultura política brasileira, de que é exemplo o coronelismo midiático.

Recorrendo a texto no qual Daniel Hallin e Stylianos Papathanassopoulos discutem a relevância do clientelismo político como barreira à autonomia jornalística em sete países, Suzi Santos (2006) demonstra como o coronelismo eletrônico é esteio para manutenção das elites políticas e alerta que a universalidade do conceito de clientelismo choca-se e tropeça "nas particularidades das práticas políticas da comunicação brasileira (Santos, 2006, p. 3-4). A literatura permite resgatar alguns enunciados do sistema e defender sua validade como herança conceitual pertinente à proposição de uma categoria analítica para o modelo brasileiro

69 Este capítulo foi uma adaptação das seções *O fenômeno coronelista* e *Do fim do coronelismo político ao coronelismo de mídia*, do capítulo 4 (Coronelismo eletrônico) da minha tese de doutorado.

70 Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho - Portugal. É professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *campus* Natal Central.

de comunicações, conforme preceituam Santos (2006) e Santos e Camparelli (2007), contextualizando o coronelismo em sua vertente tradicional, iniciado por Victor Nunes Leal para então identificarmos a pertinência de sua adoção nas análises comunicacionais, demarcando algumas fronteiras sinuosas e apontando imprecisões e incoerências estruturais e conjunturais.

O Rio Grande do Norte já vivencia o fenômeno do homem de mídia[71] que se aventura na política do final do século XIX para o início do século XX, como o demonstra a quadrinha, publicada em 1900, quando os jornais eram, então, os veículos que faziam trafegar as ideias dos partidos políticos e mesmos dos grupos e das facções que existiam no interior das agremiações partidárias: "Rio Grande do Norte, capital Natal: em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal".

Por não existir uma mídia de maneira abstrata, por ela estar num mundo socialmente construído, não é possível esquecer dos contextos social e cultural como elementos para o surgimento e o uso das técnicas de comunicação. A imagem que um político pode passar no jornal, rádio e na televisão marca a mente do leitor, do ouvinte e do telespectador, que em muitos casos o elege por considerar que ele resolverá os problemas mais simples da rua, do bairro, da cidade e do estado. Ademais, como a política não consegue mais se desligar dos meios de comunicação de massa, o comportamento da classe política passa por transformações no sentido de se adaptar e aprender a usá-los para desenvolver suas campanhas. Depois ela, a classe política, adona-se da mídia de massa, para daí

71 O fenômeno coronelista no campo comunicacional, no Rio Grande do Norte, será ampliado, ou seja, não discutiremos apenas a sua manifestação eletrônica (rádio e televisão), mas como ele nasceu na imprensa escrita e migrou para a radiodifusão.

escolher pontas-de-lança que saibam atrair leitores, ouvintes e telespectadores.

DO CORONELISMO TRADICIONAL AO CORONELISMO MIDIÁTICO

A expressão coronelismo foi cunhada por Victor Nunes Leal para indicar o "resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada". Não é apenas e tão-somente a sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico da história colonial brasileira, mas "uma forma peculiar de manifestação do poder privado (...), uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa." É de fato um compromisso entre o poder público e os chefes locais, por meio do qual se firma "uma troca de proveitos entre o poder público, cada vez mais fortalecido, e o decadente poder privado dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra" (Leal, 1997, p. 40), só possível de compreeender no seio da estrutura agrária do país, pois é ela quem fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado que foram fortes no Brasil e que ainda sobrevivem nos rincões, dado que o trabalhador rural, desprovido da mínima assistência do Estado, quase sempre tem o patrão como um benfeitor. Frente a ele, o pobre sertanejo se arria, sendo praticamente impossível imaginá-lo - analfabeto ou semialfabetizado e sem acesso aos serviços públicos - dotado de consciência cívica, cioso dos seus direitos individuais e sociais e, portanto, sem condições de lutar por esses direitos de maneira altaneira, autônoma, livre e independente.

Ainda que a força seja um elemento importante da dominação e da liderança dos coronéis, dado que as "relações do chefe local com o seu adversário raramente são cordiais", prevalecendo a hostilidade, a liderança não é obtida exclusivamente com o uso da força. Há que entender as necessidades e os interesses do município, por isso nos intervalos entre as campanhas eleitorais, as relações entre os adversários melhoram muito, "chegando eventualmente a ser amenas e respeitosas" (Leal, 1997, p. 61).

As políticas de comunicação brasileiras, principalmente nos governos democráticos posteriores ao ciclo autoritário instaurado em 1964, foram assinaladas por elementos que as diferenciaram da tendência global de aceitação automática da convergência dos meios, o que resulta numa manifestação do coronelismo, agora pela via midiática, com proprietários de empresas de comunicação apoiando candidatos e divulgando ostensivamente sua candidatura nos seus veículos de comunicação, em flagrante desrespeito à lei, que, frisemos, propugna espaço igual a todos (Santos, 2006). Ao hipotecar apoio aos candidatos de sua preferência, os empresários da mídia têm acesso facilitado para conseguirem concessões de canais de rádio e/ou de televisão, prioridade para inserção de anúncios pagos e condições facilitadas para perseguir adversários políticos. Por isso mesmo, em trabalho publicado há uma década, Garcia (2006) sustenta que o voto de cabresto ainda permanece, com os meios eletrônicos de comunicação carreando votos para os candidatos apoiados pelos *coronéis eletrônicos*, tese relativizada por estudiosos do fenômeno político e eleitoral brasileiro, como Almeida (2007 e 2008) e Ferreira (2001).

Entre as mazelas do modelo de comunicação brasileiro estão: o delineamento das lógicas clientelistas que transformou as outorgas de rádio e televisão em moeda política, deslocamento

da regulação do setor da centralidade do interesse privado em detrimento do interesse público, prevalência da centralidade do interesse político e mesmo religioso, local ou regional, sobre o interesse econômico nacional ou global e a ausência de transparência sobre a estrutura de propriedade e de afiliação da radiodifusão nacional. Esse sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, que configura uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação, é chamado de coronelismo eletrônico[72] e segue, em linhas gerais, a lógica do coronelismo clássico (Santos, 2007, p. 7-8).

Do ponto de vista eleitoral, é importante ser proprietário de meios de comunicação de massa. Não devemos esquecer, no entanto, que o raio de ação de um coronel é diferenciado do de um radiodifusor que conquista votações expressivas. Não podemos incluir na mesma categoria figuras como Aluízio Alves e José Agripino Maia com Luiz Almir e Salatiel de Souza, apenas porque estes são radiodifusores que exercem ou exerceram mandatos eletivos. Dentro do sistema que se esboça, os dois primeiros desempenham papéis diferentes dos outros dois no sistema de coronelismo midiático. Ainda que sejam perceptíveis traços clientelistas em suas atuações públicas e embora participem da mesma rede de compadrio que tem dado forma ao coronelismo midiático, não há um *luizalmirismo* ou um *salatielismo* atuando como chefia política, arbitragem social e fonte de coerção no Rio Grande do Norte, como existiu/existe um *aluizismo* e um *agripinismo*, como

---

72 Utilizo o termo coronelismo midiático em substituição à coronelismo eletrônico em várias partes do texto porque muitas lideranças políticas, a exemplo e Carlos Lacerda e Aluízio Alves, são egressos da imprensa escrita.

existiram um carlismo na Bahia e um *chaguismo* no Rio de Janeiro, e ainda antes, um *lacerdismo*.[73]

O coronel dos dias de hoje vive num sistema coronelista ligeiramente diferente daquele ao qual se referiu Victor Nunes Leal, mas é uma extensão daquele, conforme registra Santos (2006; 2007), listando a sua ancestralidade: paternalismo, clientelismo, arrogância, prepotência, convicção de estar acima da lei e incapacidade de distinguir o público do privado, que estão, como estavam no coronel tradicional, colados no novo coronel. Mais camaleônico que o seu ancestral, o novo coronel surge sob os mais variados disfarces: é o líder populista ou o campeão da moralidade ou, ainda, o perseguidor de ricos, um Robin Hood avermelhado pelo sol tropical.

O FENÔMENO DO CORONELISMO MIDIÁTICO NO RIO GRANDE DO NORTE

Um dos traços do sistema coronelista é o paternalismo, que se manifesta na prestação de "favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios", arbitrar rixas e desavenças, reunir nas mãos funções policiais, impondo-se muitas vezes pela pura ascendência social e pela manipulação da polícia e da justiça. Em sua atuação paternalista, muitas vezes os coronéis resvalam para a ilegalidade, desde que a ação lhes dê supremacia política no município. Isso só é possível, segundo ele,

73 *Carlismo* é uma referência à chefia política de Antônio Carlos Magalhães, na Bahia; *chaguismo* e *lacerdismo* foram os seus congêneres no Rio de Janeiro, numa referência a Chagas Freitas e a Carlos Lacerda, jornalistas e donos de veículos de comunicação que fizeram carreira política. *Aluizismo* e *agripinismo* são referências ao mesmo aqui no Rio Grande do Norte. Os nomes vêm de Aluízio Alves, fundador do principal jornal impresso e da rádio e televisão de maior audiência no estado, e José Agripino Maia, dono de canais de rádio e televisão.

pela "rarefação do poder público", fenômeno que permite àqueles estarem em condições de exercer extraoficialmente muitas funções do Estado em relação aos seus dependentes (Leal, 1997, p. 60-65).

A situação do trabalhador rural no Rio Grande do Norte, quase sempre analfabeto ou pouco alfabetizado, sem dispor de assistência médica e quase sem acesso à informação, abria frestas para que o coronel se apresentasse como benfeitor a praticasse abertamente o paternalismo, o clientelismo, o fisiologismo, as fraudes eleitorais e, no limite, o uso da violência física. Tais métodos garantiam aos coronéis força política nos seus domínios, situação que permitiu às oligarquias potiguares a manutenção, no alvorecer da República (1889), do "poder por mais de 30 anos, sem maiores sobressaltos, subvertendo o regime republicano, pois evitavam a rotatividade no poder, elemento essencial da democracia" (Trindade, 2010, p. 161).

Os poucos jornais que existiam no período monárquico estavam ligados a algum grupo político. A partir da década de 1860, muitos periódicos passaram a trazer em suas páginas informações e opiniões sobre os movimentos abolicionista e republicano. Na esteira deste debate nasceram o Partido Republicano e o jornal *A República*, que balizaram, no dizer de Martins e Luca, "o uso exaustivo da imprensa a serviço da propaganda causa republicana" (Martins & Luca, 2008, p. 53-74)[74].

Segundo Almir Bueno (2002, p. 59) a década de 1880 presencia, no Rio Grande do Norte, o nascimento do movimento republicano em dois polos (Seridó e Natal), praticamente limitado

---

74 Os jornais do Rio de Janeiro eram, apesar do grande número de jornalistas republicanos, monarquistas. Segundo Martins e Luca (2008, p. 74), mesmo sendo monarquista, jornais da Corte publicavam matérias que expunham delicados problemas do governo monárquico.

aos filhos da elite agrária e comercial do estado. O do Seridó, com foco em Caicó, era liderado por Janúncio da Nóbrega Filho, estudante de Direito em Recife; e o de Natal, sob a liderança de João Avelino e de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (Souza, 1989, p. 117-119; Trindade, 2010, p. 158).

Nos anos que antecedem à proclamação da República, liberais e conservadores dispunham de veículos para difundir os ideais dos partidos. Enquanto o Partido Conservador tinha *A Gazeta de Natal* e o *Correio do Natal*, o Partido Liberal dispunha de *A Liberdade* (Cascudo, 2008, p. 43-47). Faltava aos republicanos um veículo noticioso para difundir os seus ideais, problema contornado quando, em Caicó e em Natal, foram criados *O Povo* e *A República*, órgãos noticiosos dos republicanos, seguidos pela fundação, em 27 de janeiro de 1889, do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, tendo sido Pedro Velho, conforme Câmara Cascudo (2008), a "alma e movimento da sessão e alegria criadora".

Quase que paralelamente ao funcionamento d'*A República*, a oposição se articula e lança os seus veículos de comunicação. Segundo Spinelli (1992), Manuel Dantas e Janúncio da Nóbrega e Elias Souto fundam, respectivamente, os jornais *O Estado* e *O Nortista* para agitar a opinião pública contra a oligarquia Albuquerque Maranhão. Os dois jornais não contam, porém, com as benesses do poder público estadual, diferentemente d'*A República*, agraciado com verbas públicas, destinadas pelo governo do Rio Grande do Norte, então governado pelo grupo Albuquerque Maranhão, do qual Pedro Velho era chefe inconteste. Itamar de Souza (1989) expõe uma passagem que demonstra o uso dos recursos públicos em benefício do jornal da família Albiquerque Maranhão:

> Quando o jornal *A República* era ainda empresa privada de Pedro Velho, ele conseguiu que o Governo do Estado contratasse com este periódico, por 1:200$ réis, a publicação de todos os atos oficiais. Elias Souto, jornalista de oposição, criticou este contrato, pois anteriormente os atos oficiais eram publicados por outros jornais a preço bem inferior (Souza, 1989, p. 120).

A Revolução capitaneada por Getúlio Vargas reorganizou o quadro partidário e, com ele, nasceram novos jornais, encarregados de difundir as propostas dos partidos políticos. De um lado, *A Razão*, jornal fundado em 1933 por Dinarte Mariz, liderança coronelista do Seridó, que seria a correia de transmissão do Partido Popular (PP), agremiação assentada sobre "a estrutura do velho Partido Republicano que havia dominado o estado durante toda a chamada Primeira República". Para confrontar *A Razão*, o grupo ligado ao Partido Social Nacionalista cria *O Jornal*. Os dois periódicos vão ocupar suas "páginas denunciando violências cometidas pelos adversários, o que será prenúncio de um agitadíssimo clima que vai caracterizar toda a campanha eleitoral (Costa, 1995, p. 33-34).

O que os grupos políticos do Rio Grande do Norte faziam, por meio de seus jornais, era manter, no sentido apontado por Lippmann (2010), algumas das questões mais afetas à maioria das pessoas longe delas, censurando e restringindo algumas informações, notadamente aquelas que lhes colocavam em situação delicada e carregando nas tintas quando as informações pusessem em maus lençóis os seus adversários políticos (Lippmann, 2010, p. 91).

Apesar de a imprensa ter um papel de destaque no quadro político potiguar, não tinha penetração para garantir a eleição de jornalistas profissionais para funções públicas. Somente no pleito de 1945 uma liderança nascida politicamente na mídia foi eleita, quan-

do Aluízio Alves garantiu vaga na Assembleia Nacional Constituinte. Ainda assim é preciso relativizar a ascensão política de Aluízio, visto que ele tinha profundas ligações com o grupo político de José Augusto Bezerra de Medeiros e de Juvenal Lamartine de Faria, líderes políticos do grupo do Seridó, egresso da República Velha.

Para fundamentar sua base política, Aluízio fundou em 24 de março de 1950 o periódico *Tribuna do Norte*, um dos alicerces da longeva carreira política do jornalista e então deputado federal. A história do jornal, com sede na Ribeira, confunde-se, há mais de meio século, com a história do jornalismo potiguar, representando o início da montagem do império de comunicação da família Alves.

Aluízio Alves, que montou o maior império de comunicação do estado, fez carreira política, de deputado federal a ministro de Estado, passando pelo governo estadual. Começou como jornalista de impresso e chegou à governança estadual graças à sua desenvoltura no rádio, formatando daí por diante uma oligarquia urbana inteiramente escorada no poder da comunicação midiática, com veículos estruturados e utilizados para amplificar críticas aos adversários e para fazer propaganda dela e de seus aliados, como registra José Agripinio Maia, ele mesmo um proprietário de rádios e televisão, em depoimento aos jornalistas Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão. Começando por argumentar que os Alves detêm a concessão da Rede Globo no Rio Grande do Norte, Agripino[75] – que já foi aliado, adversário e novamente aliado da família Alves – registra que também os Alves mantêm a "rádio AM de maior audiência (...) na capital, fora outras rádios do interior", e ainda o jornal de maior circulação em Natal. Eles

75 José Agripino Maia permaneceu Senador pelo Rio Grande do Norte até a última legislatura.

> são bons de uso de comunicação, são desse ramo. Eu dizia: sou um pragmático, eles são populistas. Eles usam, fazem um pouco de demagogia, e precisam de uma ferramenta chamada instrumento de comunicação. Então esse é o ramo deles (...). Usam e usam à larga. São competentes. (...) Nos jornais falados, os espaços nobres são destinados às pessoas que defendem as cores políticas deles. É muito raro que um dos nossos seja convidado a aparecer nesses programas. (...) Isso é uso político, claro que é uso político. (Dines, 2000, p. 190)

Foi Aluízio quem, de certa forma, infuenciou jornalistas, comunicadores, apresentadores de programas de rádio e televisão, repórteres de rádio e televisão, entre outros a se aventurar na política partidária. Mas ainda antes de fazer carreira política e montar o seu império de comunicação, Aluízio Alves, então repórter d'*A República*, participou, em 1942, a convite do Secretário-Geral, Aldo Fernandes, da organização da "campanha de assistência aos flagelados da seca daquele ano", conforme depoimento prestado ao programa Memória Viva, exibido pela Televisão Universitária (TVU), citado por Trindade (2004, p. 68).

De 1942 a 1946, Aluízio tornou-se um dos mais atuantes líderes políticos "envolvidos com projetos de assistência social no estado". Além de exercer o trabalho de coordenação para "assistência aos flagelados da seca que afluíam para Natal", semente para estruturação de "um serviço de assistência social do qual foi o primeiro diretor" e que lhe catapultou para dirigir a seção estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA), na qual permaneceu até 1945, ele foi ganhando popularidade por meio de dois programas de rádio veiculados pela *Rádio Educadora de Natal* (REN), a primeira de Natal, o *Glória Brasil*, dedicado aos pracinhas que lutavam na

Itália, e a *Oração da Ave Maria*, transmitido diariamente às 18h (Trindade, 2004, p. 68-69).

Com atuação destacada na Câmara Federal e militando na imprensa escrita ao lado de luminares do jornalismo brasileiro, Aluízio não virou inteiramente as costas ao rádio, pois era veículo que atingia muitos mais pessoas que a imprensa escrita. Em 1958, ressurgiu no rádio com o programa *Um amigo em cada rua*, por meio do qual ia às ruas de Natal para saber dos problemas que afligiam os seus moradores. Concomitantemente, dada a seca que castigava o estado, propôs projeto de lei criando o "Crédito de Emergência", transformado na lei 3.471/58. O apelo popular do programa radiofônico foi tão estrondoso que lhe permitiu cultivar um eleitorado fiel na capital do estado, "tornando-o naquele ano, o deputado federal mais votado na cidade, ao obter 1/3 dos votos apurados na cidade e modificando sensivelmente o perfil de seu eleitorado, agora predominantemente urbano" (Trindade, 2004, p. 104-111).

Praticamente todos os comunicadores potiguraes que fizeram sucesso em rádio e televisão e que depois se aventuraram na política partidária seguiram a senda inicialmente aberta por Aluízio Alves, mas muito possivelmente foi Carlos Alberto de Sousa o mais proeminente discípulo do jovem Aluízio, ainda que com estilo diferente daquele do líder angicano, mais homem de impresso e eventualmente de rádio, nunca de televisão.

> Sem televisão, Aluízio, como político com boa comunicação, soube utilizar o rádio para tornar-se uma pessoa próxima do eleitorado. Põe-se como um amigo próximo, que conversa com o povo, ouvindo atentamente as angústias dos ouvintes, potenciais eleitores. Nesse sentido, Aluízio inaugura no estado o que se convencionou chamar rádio social, através de um programa aberto às discussões

> acerca dos problemas da parcela mais pobre da sociedade. O sucesso obtido por Aluízio, já um *expert* nesse tipo de programa, alçou-o a um novo patamar: o de grande comunicador. E a popularidade lhe rendeu votos em profusão. (Trindade, 2004, pp. 111-112)

O final da década de 1970 e o início da seguinte assistiram ao início da explosão de candidatos egressos dos meios de comunicação. Quase todos, de acordo com Nunes (2000), egressos do rádio, catapultados pela onda da comunicação "prestadora de serviços". Logo muitos foram transformados em audazes e intrépidos porta-vozes populares e não foram poucos os "que ingressaram na política através do rádio AM Brasil afora", como os emblemáticos Afanásio Jazadji, eleito deputado estadual pelo PDS paulista, em 1986, e Fernando José, do PMDB, o preferido pela população soteropolitana para administrar Salvador, em 1988, depois de comandar programas de rádio e televisão na capital baiana. Outros fizeram o nome de norte a sul do país, como Cidinha Campos e Wagner Montes (Rio de Janeiro) e Celso Russomano (São Paulo). Outros também conquistaram votos para serem alçados ao Congresso Nacional: Antônio Brito (deputado federal pelo PMDB gaúcho), Hélio Costa (deputado federal pelo PRN mineiro), Arnaldo Faria de Sá (deputado federal pelo PRN paulista), Maurílio Ferreira Lima (deputado federal pelo PMDB pernambucano) e Meira Filho (senador pelo PMDB do Distrito Federal), conforme registra Nunes (2000, pp. 62-64).

Muitos comunicadores foram se dando conta de que o rádio e a televisão lhes conferiam muita visibilidade e isto poderia lhes dar acesso à atividade pública, posição que lhes permitiria maiores condições para resolver os problemas levantados nos programas que apresentavam. A visibilidade e a popularidade dos

comunicadores fizeram nascer o assédio de vários partidos, sem os quais eles não podiam ser candidatos. Então, a escolha que podiam fazer era estreita, pois somente um partido que tivesse relação com os donos de rádio e televisão garantiria aos comunicadores o púlpito eletrônico do rádio ou da TV. Quase todos comunicadores constataram que o rádio e a televisão foram importantes para lhes conferir visibilidade e mesmo para facilitar a vitória eleitoral, mas não decisivos para lhes garantir aumento significativo de votos. Era necessário mesclar o assistencialismo midiático em prol da comunidade a uma atuação política que seguisse, no campo político, a mesma toada do campo midático[76].

Aluízio Alves foi o iniciador, no Rio Grande do Norte, do processo de passagem de homens de mídia para a política, mas o grande ícone da transição foi Carlos Alberto, porque a partir dele, nos anos 1970-80, foi aberta a vereda que permitiu a presença cada vez maior de lideranças políticas oriundas do meio midiático, quase todas seguindo a trilha e o estilo do radialista discípulo do patriarca político da família Alves, como exposto abaixo.

As relações entre a mídia e a política, no Brasil, não se restringem apenas à propriedade das empresas concessionárias do sistema de radiodifusão, visto que os novos coronéis controlam a mídia, mas precisam dos comunicadores para estarem próximos dos ouvintes-telespectadores e, portanto, eleitores. A bancada da mídia-propriedade junta-se, então, à da mídia-microfone/câmeras. Enquanto a primeira é detentora do meio, ambas dele se utilizam para juntar seguidores. Uma sem outra naufraga. Por isso não é possível reconhecer a primeira sem fazer o mesmo com a segunda, pois elas são faces diferentes e convergentes da mesma moeda. Daí

76 Sobre campo midiático e campo político ver de Bourdieu, O poder simbólico e A *economia das trocas simbólicas.*

a emergência de comunicadores com grande apelo popular. Carlos Alberto de Sousa foi o primeiro entre eles, pois foi ele quem praticamente deu o pontapé inicial, no Rio Grande do Norte, para o surgimento dos programas de rádio e televisão policialescos e assistencialistas, principais responsáveis por catapultar comunicadores para o mundo da política partidária. Tais programas se multiplicaram pelo país afora, entre as décadas de 1980-90, e eram produzidos de forma a combinar demagogia política e conteúdos sensacionalistas que violavam claramente o direito à privacidade e a dignidade humana, sem contar que fazia pouco caso dos direitos de crianças, de adolescentes e de minorias. Além de denúncias e de muita violência gratuita, havia prestação de serviços, doação de objetos, resolução de problemas, etc. Em geral, os programas trazem a figura de um apresentador carismático, que se coloca na posição do líder e, a partir de discursos afoitos, baseados em recortes da realidade, convoca as pessoas a tomarem posições sobre os problemas retratados no programa ou promete resolvê-los. A construção da narrativa dá-se de forma a deixar como única opção para o ouvinte ou telespectador concordar com a verdade ali construída, conforme assevera Weber (1986), segundo quem a

> forma da jurisdição e a conciliação de litígios carismáticos é a proclamação da sentença pelo senhor ou pelo 'sábio' e sua aceitação pela comunidade (...) e esta sentença é obrigatória, sempre que não se lhe oponha outra concorrente, de caráter também carismático (Weber, 1986, p. 135).

É por isso que comunicadores que trabalham neste tipo de programa têm alcançado cada vez mais espaço junto às comuni-

dades carentes, o que tem se refletido também na maior penetração na política institucional no país.

Carlos Alberto começou como sua vida profissional na mídia de massa como repórter de pista no estádio Juvenal Lamartine. A exposição no rádio lhe permitiu chegar à Câmara Municipal de Natal (1973-75), quando passou paralelamente a comandar programa na rádio *Cabugi (*atual *Globo)*, da família Alves. A visibilidade conferida a ele pelo programa lhe alçou à Assembleia Legislativa (1975-79), à Câmara Federal (1979-83 e 1995-98) e ao Senado (1983-1991), pois o contato diário com a população lhe forneceu apelo popular e deu-lhe o carisma necessário para conquistar grande parcela da população, incialmente de Natal, depois do estado. Alguns dos seguidores do comunicador e político eram atendidos em suas necessidades mais elementares, se não com o atendimento físico da demanda, pelo menos com o apoio moral alicerçado numa retórica inflamada. A atuação de Carlos Alberto "fazia brilhar a luz da esperança", segundo dizem inúmeros ex-eleitores dele, de contingentes populacionais que antes ficavam calados e conformados com a situação de penúria em que viviam por não ter condições de fazer chegar aos governantes as suas reivindicações.

Os políticos do Rio Grande do Norte receberam o seu quinhão na distribuição de concessões de rádio e televisão realizada durante o governo de Sarney, quando se acirraram os debates na Assembléia Nacional Constituinte acerca do forma/sistema de governo e, principalmente, quanto ao tempo de mandato do Presidente José Sarney. Segundo Fagundes, Mendes e Carrilho (s/d, p. 5-6), a distribuição inicial ficou como exposto no quadro abaixo, inclusive indicando os parlamentares do estado que participaram da votação:

PARLAMENTAR	CONCESSÕES RECEBIDAS			PRESIDENCIALISMO		MANDATO DE 5 ANOS	
	FM	OM	TV	Sim	Não	Sim	Não
Deputado Vingt Rosado (PMDB)			1	X		X	
Deputado Henrique Alves (PMDB)		1	1	X		X	
Deputado Ismael Wanderley (PMDB)			1	X		X	
Senador José Agripino (PFL)	1		1	X			X
Deputado Jessé Freire (PFL)		2		X		X	

A legislação brasileira impede que candidatos estejam à frente de programas de rádio e televisão durante o período de campanha, mas não proíbe que políticos com mandato apresentem programas de rádio e televisão, veículos de comunicação que chegam ao final do século passado e início deste como os de maior audiência e penetração junto às camadas populares. Ora, a eficácia do direito tem a singularidade, segundo Bourdieu (2011), de se efetivar para além do entorno dos que estão previamente convertidos, em razão da afinidade prática que os liga aos interesses e valores gravados "nos textos jurídicos e nas atitudes éticas e políticas dos que estão encarregados e os aplicar", pois, como sabemos, é típico da eficácia simbólica "não poder exercer-se senão com a cumplicidade – tanto mais certa quanto mais inconsciente, e até mesmo mais subtilmente extorquida – daqueles que a suportam". Por isso mesmo, diz Bourdieu, citando Jacques Ellul, está situada na altura "em que o imperativo formulado por um dos grupos que compõem

a sociedade global tende a tomar um valor universal pela sua formalização jurídica.”

O rádio e a televisão brasileiros mudaram o perfil (o rádio entre as décadas de 1970-80 e a televisão a partir da década de 1980), visando criar uma programação mais dirigida a determinados segmentos sociais. O novo cardápio da radiodifusão nacional nasceu para “servir” programas que mesclassem entretenimento, informação e prestação de serviços. Para isso, foram criados programas que dessem maior abertura para o público, que apresentassem maior dinamismo e se dirigissem ao público numa linguagem mais coloquial, às vezes beirando o vulgar, ingredientes que os tornariam mais vibrantes e estimulantes para ouvintes e telespectadores. Ao mesmo tempo, foram criados canais mais simples e rápidos, por onde trafegariam as diferentes mensagens trocadas entre o comunicador e o ouvinte/telespectador, seja pelo telefone, por meio das unidades móveis de reportagem ou, mais recentemente, pela internet, tudo com o objetivo de fornencer às pessoas maiores mecanismos de participação, permitindo ao comunicador maior condição para penetrar diretamente no universo (casas, ruas e bairros) dos seus ouvintes e telespectadores. A relação de confiança e intimidade que se estabeleceu entre os comunicadores e o seu público garantiu a consolidação de alguns programas recém-inaugurados. Nesses programas, o ouvinte/telespectador passou a apresentar e discutir os problemas de sua comunidade, questões familiares ou amorosas, queixar-se de empresas que o desrespeitaram como consumidor, reclamar da falta de água, escola, de transporte coletivo, de assistência médica e até mesmo solicitar auxílio material. A reivindicação de direitos de toda a natureza passou a ser uma constante nos programas e, vale salientar, algumas das reivindicações eram atendidas, o que reforçava, aos olhos do público,

o poder da mídia, em grande medida pela sua capacidade cultural e tecnológica de consolidar e reproduzir relações sociais e políticas por meio de discursos simbólicos cuja consequência era transformar o comunicador num *delegado do ouvinte e do telespectador*. Tal poder transforma a mídia em instituição indispensável às operações políticas que necessitam fortalecer um competente e hábil sistema cultural, pois ela é um eficiente vetor de transmissão de ideias, sendo por meio deste l*ó*cus privilegiado de reverberação de conceitos e valores que a política é construída simbolicamente e adquire significado (Bourdieu, 2011, 2012), ou, como sugere Galbraith (1986), um eficiente instrumento de educação, ainda que a imprensa, a televisão, o rádio não declarem isso, e apenas reconheçam que "seu propósito tático é simplesmente *informar* seus leitores, espectadores ou ouvintes" (Galbraith, 1986, p. 31).

No processo de delegação, consoante Bourdieu, o grupo concebe o homem que fala em seu lugar e em seu nome num processo que se retroalimenta, pois o representante só existe porque representa (ação simbólica) o grupo, que, "simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante". É possível visualizar

> Nessa relação circular a raiz da ilusão que, no limite, permite ao porta-voz ser considerado e considerar-se *causa sui*, já que ele é causa do que produz o seu poder, pois o grupo que o investe de poderes não existiria plenamente, como grupo representado, se ele não estivesse ali para encarná-lo. (Bourdieu, citado por Nunes, 2000, p. 64)

O poder simbólico que o político exerce é ligeiramente dissimulado, pois o grupo não percebe a violência de que é alvo, conforme diz Bourdieu citado por Nunes (2000):

> Para poder se identificar com o grupo e dizer "eu sou o grupo", "eu sou, logo o grupo é", o mandatário deve de certa forma anular-se no grupo, doar-se ao grupo, clamar e proclamar: "Eu existo somente pelo grupo". A usurpação do mandatário é necessariamente modesta, supõe a modéstia. Com certeza, é por isso que todos os dirigentes partidários têm um ar de família. Existe uma espécie de má fé estrutural no mandatário, que, para se apropriar da autoridade do grupo, deve-se identificar com o grupo, reduzir-se ao grupo que o autoriza (Bourdieu, citado por Nunes, 2000, p. 65-66).

No terreno da política, então, segundo Galbraith (1986), desde o século XIX a liturgia democrática encobria, mesmo sem muito êxito, "a compra de eleitores, a compra de candidatos e o poder compensatório sobre a votação", garantindo que "os votos de muitos eram colhidos para os propósitos de poucos", até que no século XX, a liturgia esconde "uma subversão mais imaginosa do processo eleitoral democrático", uma vez que o eleitor ainda é apresentado como soberano, mas a soberania da maioria permanece a serviço de poucos. Isso ocorre porque existe um imenso número de instituições "engajadas no esforço de subordinar aos seus propósitos o eleitor e os seus representantes eleitos, e o instrumento dominante é agora o poder condicionado". Ainda conclui:

> No Estado moderno (...) este condicionamento social é exercido com a máxima intensidade. Discursos, anúncios e publicidade nos jornais, comerciais no rádio e sobretudo na televisão assumem importância fundamental na campanha política moderna. O volume e a estratégia na utilização desses instrumentos para conquistar a crença – o poder condicionado, portanto – são considerados decisivos. Tão importante quanto o próprio candidato é

> a pessoa que se presume possui o talento e o conhecimento para manipular o condicionamento necessário. (Galbraith, 1986, pp. 150-151)

Galbraith (1986) afirma que nas sociedades modernas, há uma linha perfeitamente perceptível entre o poder compensatório e o poder condigno, sendo aquele muito mais civilizado e "compatível com a liberdade e a dignidade do indivíduo", mas que isso só é assim nas sociedades nas quais o desenvolvimento econômico é maior. Naquelas onde a pobreza é marcante, "a diferença entre a coerção condigna e compensatória é pequena" (Galbraith, 1986, p. 18). Talvez isso explique parcialmente como a intermediação feita pelos novos comunicadores acabou por moldar a alguns programas de rádio e televisão que abrem espaço para a discussão de problemas que envolvem parcelas significativas da população de baixa renda, inicialmente nos grandes centros urbanos do país, mas que logo de espalhou para as cidades médias e mesmo as pequenas. Tal estilo de programa não se restringiu a apenas discutir e mostrar os problemas e descrever as insatisfações vividas pelas camadas mais pobres da população.

O objetivo não era mais apenas ouvir as pessoas falando de suas vicissitudes, mas ultrapassar o momento da simples constatação dos problemas e em muitos casos se transformou em autênticas *correntes de ajuda*, com o comunicador intermediando e articulando soluções que impulsionem uma *cadeia de assistencialismo* na qual aqueles que podem ajudar são conclamados a colaborar para a solução dos problemas. É necessário ressaltar, porém, que a ação dos comunicadores os alça a categoria de líderes de parcelas significativas da população mais carente. O acesso à propriedade, apregoa Galbraith (1986), permite também certo "acesso à crença condicionada", mas o que possivelmente torna tais comunicadores em lideranças são "os dons e as qualidades pessoais necessárias" para reconhecer a vonta-

de da clientela e com ela identificar-se, fazendo-a aceitar a vontade deles em algumas questões (Galbraith, 1986, pp. 46- 51).

O sensacionalismo antecede o assistencialismo midiático. Este, por vezes, precisa daquele para existir. Para que aquele exista, teoriza Angrimani Sobrinho (1995), os comunicadores "não podem atuar de forma sígnica", pois a linguagem sensacionalista é, por definição, a do clichê, tendo em vista que o sensacionalismo não comporta "distanciamento, neutralidade, mas busca o envolvimento" e, acima de tudo, necessita "chocar o público", fazer as pessoas se entregarem às emoções. Por isso, o "sensacionalismo não admite moderação". Qualquer veículo de comunicação, mesmo um não afeito ao gênero, "pode ter em alguns momentos de sua produção momentos sensacionalistas (Angrimani Sobrinho, 1995, p. 39-41).

Presente em muitos programas de rádio e televisão, o sensacionalismo transgride radicalmente os ideais de neutralidade da mídia, pois as técnicas sensacionalistas se valem da exploração e manipulação intensa e deliberada das sensações do ouvinte ou telespectador, em geral induzindo baixo nível de reflexão a respeito dos fenômenos reportados. Sempre que algum fato violento (a ação de um assassino em série, por exemplo) dá uma chacoalhada na sociedade, chovem artigos na imprensa e programas nas rádios e nas televisões alertando para os efeitos deletérios da mídia, responsabilizando-a pelo ocorrido. "São esses programas violentos que mexem com nossos jovens", "As novelas só passam o que não presta, só poderia dar nisso", "Esses programas policiais ensinam os bandidos a roubar, matar, estuprar, adulterar provas...", são acusações que pululam em todos os cantos, propagadas pela própria mídia, demonstrando que entre aqueles que a fazem poucos são capazes de avaliar, em profundidade, o reflexo de suas atuações junto ao público, embora saibam fazê-lo para uso empírico no seu dia-a-dia e defendam obs-

tinadamente, mesmo condenando o sensacionalismo, a liberdade de expressão, sob o argumento de que "os fatos não produzidos pela mídia, mas apenas expostos por ela", numa defesa sem fronteiras da neutralidade da imprensa, sem questionar a sua atuação incessante e onipresente nas sociedades contemporâneas como elemento condicionante de comportamentos individuais e coletivos, cotidianamente gerando novos fatos, como quaisquer outros agentes sociais o fazem. Como alerta Martin-Barbero (2009), não é possível pensar a política a partir da comunicação sem "pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder", dado que até a produtividade social da política está estreitamente ligada às batalhas travadas no terreno do simbólico e tampouco "o caráter participativo da democracia é hoje real fora da cena política que constrói a comunicação massiva" (Martin-Barbero, 2009, p. 15).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro.** São Paulo: Record, 2007.

ALMEIDA, A. C. **A cabeça do eleitor.** São Paulo: Record, 2008.

ANDRADE, S. A. **Como vencer eleições usando TV e rádio.** São Paulo: Nobel, 1996.

ANGRIMANI, S., D. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BAYMA I. F. C. A concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil. Financiamento eleitoral pelo setor de comunicação nas eleições de 1998, 2000, 2002 e 2004: uma contribuição ao estudo do fenômeno do clientelismo político nos meios de comunicação no Brasil. In: Colóquio Internacional. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** – INTERCOM. Brasília, 2006.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZERRA, L. G. **Majó Theodorico Bezerra:** o imperador do sertão. Natal: RN Gráfica e Editora, 1992.

BIANCO, N. & Moreira, S. V. (Eds) **Rádio no Brasil:** tendências e perspectivas. Brasil: EDUERJ; Brasília: UnB, 1999.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** São Paulo: Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simb**ólicas. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BRICKMANN, C. **A vida é um palanque:** os segredos da comunicação política. Rio de Janeiro: Globo, 1994.

BUENO, A. C. **Visões de República:** idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2002.

CASCUDO, L. C. **Vida de Pedro Velho.** Natal: EDUFRN, 2008.

FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FERRARETTO, L. A. **Rádio:** o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

FERREIRA, J. (Ed.) **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JANOTTI, M. L. **O Coronelismo:** uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, V. A. **A História do Rádio no Rio Grande do Norte.** Natal: Coojornat, 1984.

LIMA, V. A. **Ideologia Política do Rádio Norte-rio-grandense.** Natal: Coojornat, 1985.

LIMA, V. A. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIMA, V. A. **Mídia:** teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LIPPMANNN, W. **Opinião pública.** Petrópolis: Vozes, 2010.

LOPES, M. I. V. **O rádio dos pobres.** São Paulo: Loyola, 1988.

MARIZ, M. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte**. Brasília: Senado Federal, 1984.

MARTIN-BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo:** travessias latino-americanas de comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2005.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira:** uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2008.

MATTOS, S. **Mídia controlada.** São Paulo: Paulus, 2005.

McLuhan, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** Lisboa: Relógio D'Água, 2008.

MELO, M. R. **Patriarcas e Carreiros.** Natal: CERN, 1985.

NUNES, M. V. **Rádio e política:** do microfone ao palanque. São Paulo: Annablume, 2000.

ORTRIWANO, G. S. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PINTO, C. O clientelismo eletrônico: a eficácia de um programa popular de rádio. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS,** 16 (1), 117-137, 1993.

QUEIROZ, M. I. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

RÊGO, A. H. **Família e Coronelismo no Brasil:** uma história de poder. São Paulo: A Girafa, 2008.

RESENDE, M. E. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In J. FERREIRA; L. A. N. DELGADO. **O Brasil Republicano**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, M. Relações incestuosas: mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos locais/regionais. In.: HERSCHMANN; FREIRE FILHO, J. **Novos rumos da cultura da mídia:** indústrias, produtos, audiências (pp. 121-142). Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

SANTOS, S. CAPPARELLI, S. Cornelismo, Radiodifusão e Voto: a nova face de um velho conceito. In V. C. BRITTOS; C. R. S. BOLAÑO. **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUZA, I. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930).** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

SPINELLI, J. A. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar:**

1930-35. Natal: EDUFRN, 1996.

STADNIK, C. **A hipótese do Coronelismo Eletrônico e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil.** Monografia de conclusão do curso de jornalismo, FAMECOS-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 1991.

TRINDADE, S. **Aluízio Alves:** populismo e modernização no Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

TRINDADE, S. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: IFRN, 2010.

VILAÇA, M. V; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis:** apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WEBER, M. **Ensaios de Sociologia.** Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1982.

WEBER, M. **Max Weber.** São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 13), 1986.

WEBER, M. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva – Vol 1. Brasília: Ed. UnB, 1999.

WEBER, M. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva – Vol 2. Brasília: Ed. UnB, 2000.

PEQUENOS DEFUNTOS: A MORTE DOS RECÉM-NASCIDOS ENJEITADOS E DE OUTRAS CRIANÇAS NA FREGUESIA DA CIDADE DO NATAL (SÉCULOS XVIII E XIX)[77]

Thiago do Nascimento Torres de Paula[78]

A todos os mortos que vivem em minha mente!

INTRODUÇÃO

Desde longa data, os indivíduos convencionaram denominar de morte o fim da existência física. No mundo católico ocidental, desenvolveu-se, em caráter de fantasia coletiva, a ideia de que,

77 O presente capítulo é produto de uma pesquisa de doutoramento, desenvolvida entre os anos de 2012 e 2016 na Universidade Federal do Paraná, com financiamento da CAPES.

78 Pós-Doutor em Educação pela UFRN (PNPD/CAPES/2017-2018), Doutor em História pela UFPR (2016), Mestre em História pela UFRN (2009), Bacharel e Licenciado em História pela UFRN (2005). Atualmente é Professor Colaborador da Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRN, Pesquisador do LEHS/UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e Técnico da FAPERN (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte).

após a morte, a inumação e a decomposição do corpo, haveria outra vida no além-sepultura, a qual poderia ser de paz ou de tormento. Ainda, é incontestável que tudo o que tem vida morre. Nesse aspecto, os homens são os únicos seres viventes com plena consciência da finitude da própria existência, tornando a morte um problema dos vivos, já que morrer não constitui problema (ELIAS, 2001; ARIÈS, 2014).

Neste caminho, o presente artigo propõe-se a analisar a morte na freguesia da Cidade do Natal/RN, especificamente a dos recém-nascidos enjeitados na jurisdição eclesiástica nos séculos XVIII e XIX. Os enjeitados constituíam uma categoria de crianças recém-nascidas que eram abandonadas, fosse em campo aberto, ruas, monturos, domicílios ou instituições. Nos anos setecentista e oitocentista, não se utilizava o termo "abandonado" fazer menção à criança. As palavras mais recorrentes eram "enjeitado" e "exposto", pois os neonatos enjeitados estavam expostos à vontade alheia.

Para o estudo da temática proposta, a documentação examinada consistiu nos assentos de batismo e de óbito e no Primeiro Livro de Tombo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, ambas as fontes sob a guarda do Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal. Além disso, foram verificados os Termos de Vereação do Senado da Câmara de Natal, os quais encontram-se depositados na divisão de manuscritos do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

A pesquisa aplicou procedimentos quantitativos e qualitativos à análise dessa documentação. Primeiramente, em meio aos muitos assentos de óbito da freguesia da Cidade do Natal, dos séculos XVIII e XIX, quantificamos a morte de adultos e crianças; logo, dentre os registros de crianças livres e escravas, selecionamos os referentes aos recém-nascidos enjeitados. Por último, foram in-

vestigadas, lidas e transcritas as informações mais relevantes sobre os pequenos enjeitados. Esse procedimento qualitativo também foi aplicado aos textos contidos nas páginas do Primeiro Livro de Tombo da Igreja Matriz, exemplar no qual se notificava as observações dos padres visitadores da Sé de Olinda, e aos Termos de Vereação, atas com registros das deliberações dos homens-bons da Cidade do Natal.

Por conseguinte, nesta investigação, será utilizado o conceito de figuração, instrumental teórico pensado, elaborado e aplicado pelo sociólogo alemão Norbert Elias. Para evidenciar os aspectos das peculiaridades e das singularidades estruturais do que nomeia por figuração entre os seres humanos, o autor assim define:

> Há figurações de estrelas, assim como de plantas e de animais. Mas apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros. O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra [...]. Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações especificas (ELIAS, 2006, p. 25-26).

A partir dos procedimentos já mencionados, que se acercam de leitura criteriosa das fontes elencadas, fichamentos, transcrição e quantificação sistemática, buscou-se operar com o conceito de figuração supracitado, o qual se refere a formações sociais, onde os indivíduos estão ligados uns aos outros por laços de interdependência, compondo amplas redes de relações e distribuídos em níveis específicos da sociedade (ELIAS, 1980). Portanto, é dessa maneira que serão estudadas a jurisdição eclesiástica em questão, a relação dos indivíduos com o abandono de recém-

-nascidos e a morte desses pequenos seres humanos.

FREGUESIA, ENJEITAMENTO E MORTE

A freguesia da Cidade do Natal, localizada na Capitania do Rio Grande do Norte, foi criada em 1601, surgindo quase concomitantemente à cidade, fundada em 1599; a jurisdição eclesiástica teve por orago Nossa Senhora da Apresentação e passou a ser subordinada ao Bispado de Pernambuco em 15 de julho de 1614, quando de sua criação, tornando-se independente da Sé da Bahia. Porém, em fevereiro de 1623, a freguesia voltou a ser submetida ao Bispado da Bahia, quando, por ordem papal, a prelazia de Pernambuco passou à condição de sufragânea do bispo da Bahia (CASCUDO, 1984).

Aos 16 de novembro de 1676, por via da Bula *Ad Sacram Beati Petri*, do Papa Inocêncio IX, a diocese de Olinda foi tornada independente de Salvador, sendo Dom Estevam Brioso de Figueiredo o primeiro Bispo de Pernambuco naquele ano. Mais uma vez, as terras da jurisdição eclesiástica de Natal e seus respectivos moradores retornaram para o domínio eclesiástico de Olinda (CASCUDO, 1992).

Desse modo, a freguesia do norte da América portuguesa correspondeu, como tantas outras freguesias durante o período colonial, a uma área de assistência religiosa onde havia igrejas, capelas e padres, comportando grandes espaços nos quais a população vivia dispersa em diferentes fazendas, mesmo existindo pequenos povoados. Cabe salientar que era um grande conjunto de indivíduos interdependentes. A área de assistência religiosa da cidade estendia-se por toda a capitania, só sendo dividida na primeira metade do século XVIII com a criação de outras fregue-

sias, como as do Açu e Caicó no sertão e a de Goianinha no litoral (MONTEIRO, 2000).

No tocante ao enjeitamento de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal, o fenômeno não foi considerado um problema pelo Senado da Câmara ou pelos padres visitadores da Sé de Olinda, que passavam em revista examinando a conduta dos fregueses e párocos locais. Isso aconteceu, sobretudo, porque o índice de enjeitamento na freguesia era muito baixo: entre os anos de 1750 e 1835, foram arrolados um total de 5.381 batismos, sendo identificados 157 enjeitados, o que corresponde a um percentual 2,9% do conjunto da amostragem (ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835)[79].

A taxa de abandono na freguesia estudada pode ser considerada baixa, quando comparada com outras taxas em formações sociais urbanas e portuárias da América portuguesa, cujos índices atingiram a grandeza dos 20% (VENÂNCIO, 1999). Sendo poucos os recém-nascidos enjeitados na transição do século XVIII para o XIX, aqueles meninos e meninas não chegavam ao Senado da Câmara da Cidade do Natal, instituição que tinha a função de subsidiar a criação, dessa forma, não constituindo um problema para os homens-bons do lugar (TERMOS DE VEREAÇÃO, 1709-1823)[80].

Problemas para os homens-bons eram configurados em

79 Todos os 5.381 batismos analisados na pesquisa são referentes a crianças livres e forras, haja vista que, segundo as Ordenações do Reino, quaisquer recém-nascidos escravos abandonados eram considerados libertos, dispositivo herdado do Direito Romano (PAULA, 2009).

80 Nas Ordenações Filipinas, legislação castelhana imposta a Portugal durante a dominação de Madri sobre a Península Ibérica, já se determinava que era responsabilidade das Câmaras cuidarem das crianças recém-nascidas enjeitadas, podendo para tanto lançar impostos sobre a população para sua criação (ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro I, Título 66, § 41).

outros aspectos, como: pontes quebradas; fontes e caminhos sujos; porcos destruidores de roças soltos pelas ruas, ou mesmo mulheres de má procedimento cotidiano (TERMOS DE VEREAÇÃO, 1709-1823). O ínfimo percentual de enjeitamento na freguesia possibilitou que os recém-nascidos abandonados fossem invisíveis aos olhos dos padres visitadores da Sé de Olinda.

Os representantes do Bispo de Pernambuco consideravam problema: os indivíduos que não batizavam os filhos até o oitavo dia de nascimento ou mesmo os homens e mulheres que deixavam de ir à missa do domingo para fazerem roça e pescarem (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N. S. DA APRESENTAÇÃO, 1725-1890).

É importante ressaltar que, na freguesia da Cidade do Natal, nunca houve uma Santa Casa da Misericórdia, nem muito menos uma Roda dos enjeitados[81]. Com isso, os enjeitados foram socorridos pelos próprios moradores do lugar, pessoas que estavam ligadas umas às outras por laços de interdependência mútua, hierarquizados entre si, compondo verdadeiras redes informais de assistência. No contexto geral do enjeitamento na freguesia, considera-se que o abandono foi protetor, pois 100% dos recém-nascidos foram abandonados em domicílio, alguns portando bilhetes e por muitas vezes deixados em casas que apresentavam indícios da presença de leite humano (ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835).

81 Sobre a Roda dos enjeitados comenta-se: “Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados [...]. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocados na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê [...]” (RUSSEL-WOOD, A. J. R, 1981, p. 233).

No entanto, certamente, a morte de alguns pequenos enjeitados na formação social da freguesia representou um problema específico para aqueles que os recolheram e se envolveram na tessitura das redes informais de assistência.

Quando o fenômeno da morte consumia a vida de uma criança enjeitada, com poucos dias, meses ou anos de existência, gerava gastos financeiros para os adultos envolvidos na criação. Era necessário pagar a mortalha, custear a encomendação do corpo e a pequena sepultura na Igreja Matriz ou em alguma das capelas anexas, a não ser que o responsável pelo enterro fosse extremamente pobre e solicitasse o sepultamento do exposto “pelo amor de Deus”; ainda assim, mesmo que o criador recolhesse esmolas para custear a inumação do pequeno corpo, aquilo geraria gastos para outros moradores da freguesia. Considera-se, ainda, um possível custo emocional, caso os moradores do domicílio receptor tivessem gestado laços de amor com o enjeitado agora morto.

É de fundamental importância apontar que o enterro de recém-nascidos ilegítimos, filhos de mulheres solteiras, com ajuda de esmolas, foi recorrente naquela formação social. Tal situação também revela os laços de interdependência entre os indivíduos, pois um pequeno corpo necessitava ser enterrado e todo e qualquer indivíduo naquelas sociedades católicas também precisava praticar a caridade, nesse caso, concedendo esmolas para o enterramento dos filhos de mulheres provavelmente pobres, mesmo porque o número de indivíduos depauperados era muito maior que o de pessoas abastadas.

A seguir, apresentamos os casos de três moradoras: Joana de Tal, Escolástica Maria e Antônia de Tal, todas solteiras. Joana mandou sepultar seu filho José, que tinha apenas dois dias de vida, com a ajuda de esmolas dadas pelos moradores da freguesia. Essa

ação de caridade se repetiu em função do enterro dos pequenos Joaquim e Pedro, nascidos de Escolástica e de Antônia, respectivamente. Também com ajuda de esmolas foram enterrados Manoel, com doze dias de vida, Maria, com cinco anos de idade, Pedro, também com apenas doze dias de vida, Damiana, com dois dias de nascida, Cosme, com um ano de idade, Antônia, com seis dias de vida e, por último, Maria, com seis meses de nascida. Todos eram filhos de mulheres declaradamente solteiras e os enterros ocorreram entre os anos de 1788 e 1802 (ASSENTOS DE ÓBITO, 1788-1802).

Destacou-se, pontualmente, os sepultamentos dos filhos ilegítimos, denominados na documentação de batismo como filhos naturais, pelo fato de eles terem sido muitos na freguesia. Entre 1750 e 1835, dos 5.381 recém-nascidos batizados, fosse na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, em qualquer outra igreja ou capela, os bastardos representaram um percentual que salta aos olhos: 20,3% (ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835).

Não havia sinais, evidências ou pistas na documentação da Câmara de que os homens-bons da Cidade do Natal deliberaram sobre recursos a serem direcionados ao socorro dos recém-nascidos enjeitados; pode-se supor que menor ainda seria a possibilidade de que a Câmara destinasse recursos aos funerais dos enjeitados (TERMOS DE VEREAÇÃO, 1709-1823). Nesse ponto, Natal difere do que acontecia em contextos mais amplos, em figurações do centro-sul da América portuguesa, onde os camaristas passaram a colaborar com os sepultamentos. Veja o caso de Vila Rica, na qual inicialmente a Câmara

> [...] não pagava as mortalhas dos inocentes; recaíam também sobre os criadores a encomendação e o enterro. Quando, em julho de 1769, Vicente Moreira de Oliveira pediu

> pagamento pela criação de Veloziano, esclareceu que "consta comprar o suplicante a mortalha para ser envolto o dito enjeitado, importa uma oitava e um cruzado". A Câmara deferiu somente o estipêndio combinado e alegou que "é justo que se lhe satisfaça pelos bens desta Câmara menos as despesas que refere fez com a morte do exposto". Contudo, em 1801, a Câmara já arcava com as encomendações dos enjeitados, como atesta uma lista de enjeitados falecidos que o vigário de Antônio Dias, João Antônio Pinto Moreira, enviou, solicitando a "pouquidade que de justiça a mim se deve praticar" (FRANCO, 2014, p. 200-201).

Talvez o que se perceba em Vila Rica, em fins do século XVIII, seja uma mudança na sensibilidade dos agentes da Câmara perante a morte dos enjeitados. Já a Câmara da Vila de Porto Alegre custeava o sepultamento dos pequenos desvalidos a contragosto da Corregedoria:

> Proveu que não fizessem a menor despesa com os enterros dos enjeitados porquanto tinham precisa obrigação os Reverendos Párocos das freguesias, mandá-los sepultar sem estipêndio algum, quando é certo que mesmo Párocos percebem ordenados de sua Majestade ou as côngruas que lhe fazem os povos, nem podem servir de fundamento, serem as criações desses miseráveis feitas pelos bens do Conselho, porque a alta clemência dos nossos soberanos nada mais se estende que à despesa de suas criações, o contrário pagariam eles, oficiais, pelos bens (TERMO DE VEREAÇÃO, *Apud* SILVA, 2014, p. 75).

Como mencionado, era função das Câmaras em qualquer parte do Império Português criar os recém-nascidos enjeitados, po-

rém não sepultá-los. Tal situação deflagrou um conflito entre o vigário da Vila de Porto Alegre e os membros da Câmara; no início do século XIX, o padre cobraria do Conselho os valores dos enterramentos, recusando-se ainda a enterrar mais enjeitados sem o devido pagamento (SILVA, 2014).

Indubitavelmente, a morte era uma ameaça constante para as crianças na freguesia da Cidade do Natal, tal como para tantas outras crianças dos vários rincões da América portuguesa. Assim é o caso de Maria, exposta em casa de João Batista Dias: a menina foi encontrada por Eva, uma preta pertencente a João Luís Pereira, aos 23 de novembro de 1763. O batismo da pequena ocorreu na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação em 5 de dezembro do mesmo ano; ela teve como padrinhos o seu receptor, João Batista Dias, e Inácia Pereira, filha de João Luís Pereira (ASSENTO DE BATISMO, 1763).

Posto em ação o jogo social do abandono, estabelecia-se a rede informal de assistência, inerente às relações de dependência recíproca existentes na freguesia. Mas nem sempre tal assistência garantia a sobrevivência do exposto, pois Maria faleceu antes de completar dois anos. A menina foi sepultada na mesma igreja de seu batismo, no final do mês de agosto de 1765, envolta em uma mortalha de tafetá azul (ASSENTO DE ÓBITO, 1765).

Outros expostos que não resistiram foram José, João e Manuel, falecendo com sete meses, nove dias e dois dias de vida, respectivamente. O pequeno José morreu em 13 de maio de 1784, havendo sido deixado na casa do mestre Agostinho da Silva, o qual, realizando um último ato de caridade para com aquele enjeitado, sepultou-o na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiaí (ASSENTO DE ÓBITO, 1784). João tinha sido abandonado em um domicílio próximo de um rio, em casa da viúva Teresa Josefa

de Jesus, que o enterrou na Capela de São Gonçalo em 25 de abril de 1802. Possivelmente, a viúva arcou com todas as despesas do sepultamento (ASSENTO DE ÓBITO, 1802). Manuel não viveu mais que 48 horas. No dia 16 de janeiro de 1803, o enjeitado foi enterrado também na Capela de São Gonçalo, com os gastos do sepultamento provavelmente pagos por seu receptor, José da Costa de Veras (ASSENTO DE ÓBITO, 1803).

A precariedade do mundo colonial na América se revela minimamente nestes casos, em que os recém-nascidos eram ceifados tão cedo, mesmo tendo, talvez, o enjeitamento como uma possibilidade de sobrevivência. Há a possibilidade de aqueles enjeitados que, logo, tornaram-se pequenos defuntos, anjos sem asas, serem egressos de domicílios profundamente marcados pela pobreza e, supostamente, não resistiram por terem chegado aos domicílios receptores com a saúde já debilitada, resultado de uma gestação atravessada por muitas adversidades.

NÚMEROS DE MORTOS

Entre 1760 e 1835, foram arrolados 2.240 sepultamentos de indivíduos livres e forros na freguesia da Cidade do Natal, contagem esta realizada a partir dos assentos de óbito que chegaram até o presente. As inumações ocorreram na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação e nas capelas anexas, contando-se 1.057 enterramentos de homens e mulheres adultos[82] e 1.183 de crianças, sendo 52 destas enjeitadas (ASSENTOS DE ÓBITO, 1760-1835). Apesar do número de enterros de crianças ter sido um pouco maior

82 Entre os adultos havia dois expostos, ambos solteiros.

que o dos adultos, pode-se supor que tal cifra tenha sido ainda maior, considerando a alta mortalidade infantil do período, haja vista que também há lacunas na documentação serial de óbito. Na Península Ibérica e em outros sítios da Europa, no século XVIII, figurou o seguinte quadro:

> Na Espanha setecentista, a cidade de Oviedo estava entre os mais baixos índices, que entre 1785 e 1789, foi de 432 por mil; por sua vez, os números de Santiago de Compostela aumentavam em quase 100%, ou seja, de cada mil crianças nascidas, 845 faleceram, entre os anos de 1767 e 1771. Em Florença, 77% das crianças faleceram no período de 1700 a 1702; esse número subiu para 90% entre 1792-1794; os percentuais também eram altos na França, Rouen, entre 1782-1789, a mortalidade recaía sobre 86% dos nascidos. Em Portugal, os números não são tão assustadores quanto aqueles encontrados em algumas cidades europeias, porém, trata-se, igualmente, altos índices de mortalidade. No Porto, as taxas calculadas para o século XVIII não excederam os 63%; em Évora (1724-1780), não ultrapassaram os 45%. Para Santarém (1691-1710), 44,7% das crianças abandonadas morreram durante o primeiro ano de vida, e esse percentual subia para 54,7% quando se levava em conta os sete da criação; em Ponte de Lima, os valores ficaram em torno dos 60% nos decênios calculados para os séculos XVIII e XIX (FRANCO, 2014, p. 203).

A alta mortalidade de meninos e meninas era uma realidade tanto na Europa como na América. Sendo assim, acredito que não somente os documentos de óbito desaparecidos revelariam

uma frequência maior de enterramentos de crianças na freguesia da Cidade do Natal, como também deve-se considerar a possibilidade de alguns sepultamentos clandestinos, fora do espaço do sagrado, em quintais, caminhos e outros rincões. Inumações não registradas, sobretudo por causa dos custos de encomendação do corpo, mortalha e sepultura, mesmo havendo a opção dos enterros com ajuda de esmolas ou "pelo amor de Deus". Tal realidade foi identificada na região das Minas, centro-sul da América portuguesa:

> Em 20 de agosto de 1782, acharam-se "os ossos de um inocente de um ano, atrás da chácara de João Rodrigues de Abreu. Diziam ser filho da crioula Ana, escrava de Francisco de Souza Rego. Os ossos foram entrados na região das cabeças", recolhidos e enterrados no adro da matriz do Pilar (FRANCO, 2014, p. 202).

Salienta-se que os restos mortais do inocente escravo saíram de uma sepultura clandestina para uma sepultura marginal, já que o adro era o espaço ao redor das igrejas, lugar de enterramentos de pobres, escravos e outros sem prestígio. Quanto aos 52 enjeitados sepultados na freguesia da Cidade do Natal no período examinado, somente de cinco foi possível encontrar referências nos registros de batismo. Ressaltamos que alguns pequenos desafortunados podem ter sido batizados em casa, em função das péssimas condições de saúde com que chegavam aos domicílios receptores; como já aventado, há também a possibilidade do extravio dos documentos ao longo do tempo.

Considerando que foram identificados 157 expostos nos documentos de batismo, pode-se visualizar por proporção uma mortalidade relativamente alta entre eles. Fosse em figurações pequenas, nas quais os laços de interdependência eram diretos, ou

em figurações de grandes proporções, em que as relações de dependência recíproca eram indiretas, a mortalidade dos expostos era alta, tanto na América portuguesa quanto na Europa. Segundo Maria Luiza Marcílio, estima-se que apenas 20% ou 30% dos recém-nascidos que eram postos nas Rodas dos enjeitados chegavam à idade reprodutiva no contexto amplo da colônia portuguesa na América e Império do Brasil (MARCÍLIO, 2001).

Conforme analisamos anteriormente, em diferentes formações sociais, a morte dos abandonados, principalmente onde havia Roda dos enjeitados, representou um verdadeiro desastre. Na Vila de Santo Antônio do Recife, entre os anos de 1790 e 1800, a morte dos pequenos desvalidos na instituição de recolhimento esteve em torno de 70% a 80%; lá não se salvavam vidas, mas talvez até se acelerasse a morte dos recém-nascidos (NASCIMENTO, 2006).

Em São Salvador da Bahia, entre meados do século XVIII e final do XIX, a mortalidade dos enjeitados não esteve abaixo de 45%; em 1831, na Casa dos expostos de São Sebastião do Rio de Janeiro, a morte causou um massacre entre os expostos, chegando ao nível de 932 por mil; em Campos dos Goitacases, Capitania do Rio de Janeiro, entre os anos de 1754 e 1796, a morte dos expostos foi taxada em 38%. Ainda no centro-sul da América de Portugal, em Vila Rica, entre os anos de 1763 e 1769, foi arrolado um índice de mortalidade de expostos de 62,8% (MARCÍLIO, 1998; VENÂNCIO, 1999; FARIA, 1998; FRANCO, 2014).

No sul da América lusa, a mortandade dos recém-nascidos abandonados também foi regular: 25% foi o percentual de mortalidade no período de 1770 a1790 na Vila de Curitiba (CAVAZZANI, 2005). Na Vila de Desterro,

A mortalidade dos expostos era bastante ele-

> vada. Dos 367 registros de entrada na Casa dos Expostos desde 1828 até 1840, faleceram 223, o que corresponde a 61% do total. A maior parte dos óbitos ocorria antes de as crianças completarem um ano de idade, somando 193, ou seja, 52% das crianças entradas na Casa, equivalendo a 86% dos óbitos de expostos no período analisado (OLIVEIRA, 1990, p. 176).

Na Vila de Porto Alegre, entre 1801 e 1835, ocorreu o enjeitamento de 635 crianças, das quais morreram 358, correspondendo a um índice de 36,1% (SILVA, 2014). Para além dos limites da América portuguesa, em Buenos Aires, no intervalo entre 1779 e 1823, a mortalidade na *Inclusa*[83] foi superior a 60% (MORENO, 2000); no período entre 1673 e 1757, nas ilhas hispânicas da costa da África,

> De los 86 niños que tenemos constancia a través de los libros de registro que regresaron a la Casa Cuna de Santa Cruz de La Palma, 33 fallecieron en la institución a los pocos dias o meses, representando el 38,3 por 100 del total de incluseros. De la suerte del resto de los niños entregados no se vuelven a realizar anotaciones en los libros del Hospital. (ANDRÉ; CABREIRA, 2013, p. 878).

Nas terras da Península Ibérica, assim como em outras formações sociais específicas do mundo luso-hispânico, a morte de crianças recém-nascidas expostas também estava crescente. Na cidade do Porto, entre os anos de 1700 e 1720, a mortalidade dos enjeitados atingiu um nível de 60% (SÁ, 1995); em Granada, no Reino de Castela, entre 1771 e 1780, o índice de mortalidade en-

83 *Inclusa* era uma forma coloquial para denominar a *Casa de niños expósitos* (HUAMÁN, 2014).

tre *niños expósitos* foi de 66,8% (CAPILLA; ROS, 1982). Em suma, como afirmou Renato Pinto Venâncio, a história do abandono de recém-nascidos foi uma história da morte. Segundo o historiador, os expostos na América portuguesa morriam em maior proporção que os filhos dos escravos na passagem do século XVIII para o XIX (VENÂNCIO, 1999).

CAUSA MORTIS

Normalmente, os expostos eram postos nas Rodas ou *tornos*[84] com a saúde relativamente frágil, quando não já mortos, para terem um enterro digno. Acreditava-se que os altos índices de mortalidade entre os recém-nascidos, sobretudo os deixados nas Rodas dos expostos, estavam associados à alimentação artificial, na primeira metade do século XIX.

> As crianças eram alimentadas com pão molhado, mel misturado com água ou, então, sugavam leite em trapos ou boneca de pano. Em nenhum momento, as deliberações administrativas ou os conselhos médicos alertavam para a necessidade de o leite ser fervido ou de higiene com o material empregado. Tanto na residência das criadeiras quanto nos hospitais, a amamentação artificial comprometia a saúde frágil dos abandonados (VENÂNCIO, 1999, p. 109).

Nos séculos XVIII e XIX, os recém-nascidos enfrentavam uma verdadeira batalha pela vida nos primeiros anos de existência. Havia inúmeras ameaças, "[...] como mau trato do cordão umbilical, mal de sete dias, vestuários impróprios, alimentação inade-

84 Versão castelhana da Roda instalada nas instituições de recolhimento do mundo português (HUAMÁN, 2014).

quada, sarna, bexiga, sarampo, lombriga, hepatite, gastrenterite" (FRANCO, 2014, p. 205).

Na Capitania do Rio Grande do Norte, de 52 enjeitados da freguesia da Cidade do Natal, dos quais se teve acesso aos documentos de óbito, 37 morreram antes de completar um ano de idade: eram anjos sem asas. Apenas sete expostos faleceram com pouco mais de um ano, e em oito registros os padres não fizeram referência à idade dos abandonados.

No entanto, houve um caso de um exposto que morreu de moléstia desconhecida com 10 anos e seis meses, já na idade da razão. O menino, que atendia por Francisco, era branco e foi abandonado em casa de Marcolino Vieira, faleceu na data de 31 de agosto de 1799, sendo sepultado no corredor da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação (ASSENTO DE ÓBITO, 1799).

Situação similar à da freguesia da Cidade do Natal verificou-se na Vila de Porto Alegre, entre os anos de 1801 e 1835.

> Das crianças expostas nesse período, 54% morreram antes mesmo de completar seu primeiro ano de idade, e 18% antes de completarem seus dois anos de idade, ou seja, quase 70% do total dos enjeitados mortos não sobreviveram aos dois primeiros anos de vida (SILVA, 2014, p. 135).

Na freguesia da Cidade do Natal foram raras as vezes em que os padres anotaram nos assentos de óbito a causa da morte dos expostos, supostamente porque tal informação não era comunicada aos párocos pelos receptores-criadores, sobretudo porque os encarregados de cuidar dos enjeitados não conseguiam, muitas vezes, identificar a *causa mortis* dos pequenos desafortunados. Mesmo quando os criadores informavam a provável *causa mortis*, o que era

anotado como causa do falecimento não passava de sintomas que poderiam indicar várias doenças.

Foram detectados apenas três assentos nos quais os padres registraram o que possivelmente causou a morte dos pequenos. Assim foi com Gregório, de pele parda, enjeitado em casa do provedor da Fazenda Real Antônio Carneiro de Albuquerque Gondim, que morreu aos 30 de junho de 1798, sendo sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em um hábito azul; o sacerdote que elaborou o assento de óbito apontou o hidrópico como causa da morte (ASSENTO DE ÓBITO, 1798). A hidropisia era um problema de saúde causado pela má circulação do sangue, pela pouca capacidade do coração de bombear, tendo por consequência a formação de edemas (BLUTEAU, 1728).

A possível insuficiência cardíaca e os inchaços pelo corpo também vitimaram o receptor do pequeno Gregório, quase dez meses depois.

> Aos vinte e três de abril de mil setecentos e noventa e nove faleceu da vida presente com todos os sacramentos Antônio Carneiro de Albuquerque Gondim com idade de oitenta anos pouco mais ou menos casado com Dona Maria da Apresentação de hidropisia. Foi sepultado nesta matriz envolto em habito dos religiosos de Nossa Senhora do Carmo, depois de ser encomendado solenemente por mim, com a presença de todos os sacerdotes desta freguesia. E para constar fiz este termo e assinei. Feliciano José Dorneles / Vigário Colado. (ASSENTO DE ÓBITO, 1799, fl. 48).

Antônio, branco, enjeitado em casa do Capitão Manuel Alves Correia, morreu aos 16 de agosto de 1798, com apenas quinze dias de vida, sendo enterrado na Capela da Utinga, envolto em

uma mortalha encarnada; o padre que registrou a morte do pequeno abandonado declarou que Antônio tinha morrido de espasmo (ASSENTO DE ÓBITO, 1798). As convulsões que supostamente mataram Antônio poderiam ter várias origens: de fundo nervoso, contrações musculares ou mesmo um choro tão intenso que o recém-nascido pode ter parado de respirar, morrendo por asfixia (MELO; CHORÃO, 2010).

Outro caso de morte com a provável causa declarada foi a de Joaquina, abandonada em casa de Elena do Coito. A menina, de dois meses de idade, faleceu de uma febre aos 28 de julho de 1803, sendo inumada no solo da Capela de São Gonçalo, em uma roupa mortuária encarnada (ASSENTO DE ÓBITO, 1803). Apesar de haver a indicação da *causa mortis* da enjeitada Joaquina, a expressão "uma febre" não explica muita coisa, pois a febre poderia ser o sintoma de algum tipo de infecção, desde respiratória até intestinal, passando por muitos outros problemas de saúde.

Foi arrolado, também, o caso de José, branco, deixado em casa de Rita Maria dos Santos; ele faleceu com oito dias de vida, aos 6 de janeiro de 1797, sendo enterrado na Capela do Senhor Bom Jesus das Dores. Esse é um dos muitos falecimentos de expostos em que o padre não declarou o motivo da morte; no entanto, pode-se conjecturar que o pequeno José tenha sido vítima do mal-de-sete-dias (tétano) ou de uma infecção pós-parto, já que ele resistiu poucos dias. Similarmente, identificou-se a morte de Maria, abandonada em domicílio de Joaquim José Pereira; possivelmente vitimada por uma infecção pós-parto: ela faleceu em 28 de março de 1797, com apenas cinco dias de vida, sendo sepultada na Igreja de Santo Antonio dos Soldados (ASSENTO DE ÓBITOS, 1797).

Pode-se supor que vários enjeitados morreram vítimas de infecções respiratórias, causadas pelo clima quente e fungos

tropicais, ou de infecções intestinais provocadas por alimentação inadequada.

Sobre essa questão, Sérgio Odilon Nadalin é bastante enfático:

> [...] De fato, a mortalidade infantil e mesmo juvenil é, no geral, relativamente maior no verão do que no inverno. [...] A saúde das crianças amamentadas sofria então uma dupla ameaça, pela alteração do leite da mãe em função de longas jornadas de trabalho ao sol, ou pela diminuição da vigilância, inclusive em relação às crianças mais velhas. Aumentavam, pois, os riscos de acidentes, de infecções, de abusos na ingestão de frutos muito verdes ou muito maduros, resultando em problemas gastrointestinais (NADALIN, 2004, p. 112).

Na freguesia da Cidade do Natal não foram encontrados casos de acidentes com recém-nascidos. No entanto, foi possível identificar situações como a da pequena parda Teresa, filha de Leandro Cardoso e Josefa Maria, que morreu aos 30 de junho de 1798, de comer terra. Semelhante situação se repetiu em 2 de julho do mesmo ano com Luísa, negra forra de apenas três anos de idade, filha de Nicomedio de Oliveira e Cândida Teixeira. De problemas possivelmente intestinais, apresentando febre e vômito, morreu com apenas doze meses de vida Joaquim, menino branco, filho de Agostinho Rodrigues e Josefa Maria, em 12 de setembro de 1798 (ASSENTOS DE ÓBITO, 1798).

Nas terras da freguesia, houve casos de domicílios nos quais a morte tragou a vida de duas crianças no mesmo ano. Foi assim com as filhas de Vitoriano José: uma faleceu em 12 de abril de 1793, a outra aos 4 de outubro (ASSENTOS DE ÓBITO, 1793).

Assim também ocorreu com os filhos de Manoel Araújo Correia, Dionicio, que morreu com idade de quatro anos, aos 28 de julho de 1789, seguido de sua irmã Eugênia, um pouco mais jovem, com apenas três anos de idade, na data de 28 de setembro (ASSENTOS DE ÓBITO, 1789). Salienta-se que, assim como no caso dos expostos, o padre que escreveu os documentos de enterramento não declarou as causas das mortes.

LUGARES DE ENTERRAMENTO

Na jurisdição eclesiástica da Cidade do Natal, entre 1760 e 1835, os sepultamentos seguiram o padrão comum do mundo católico ocidental. O padrão era denominado de *ad sanctos apud ecclesiam*, ou seja, perto dos santos e dentro da igreja (RODRIGUES; FRANCO, 2011); na ampla figuração social da América ibérica, as igrejas e as capelas tinham seus espaços internos hierarquizados, os quais eram utilizados como morada dos mortos. Os templos eram divididos em corpo da igreja e o altar-mor, onde estavam os santos; havia também o adro, solo ao redor das igrejas destinado aos enterramentos - uma espécie de *perto dos santos, mas fora da igreja*. O adro era o local de sepultamento dos muito pobres e de escravos que não podiam pagar os valores maiores pelo enterro, como já tratado nesta pesquisa[85].

Ocorria uma reprodução da hierarquia que existia no mundo dos vivos no espaço da morte, tanto na freguesia da Cidade do Natal quanto em qualquer outra figuração do mundo

85 Na freguesia em questão, havia, na segunda metade do século XVIII, o cemitério da Pedra do Navio, autorizado pelo Bispo de Pernambuco, pois estava localizado em uma região muito distante da Igreja Matriz e de suas capelas anexas (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO ..., 1725-1890).

ibérico (HUAMÁN, 2014). Ser enterrado perto dos santos no altar-mor custava mais caro, sendo privilégio de alguns indivíduos posicionados no nível superior da estratificação social. Já o corpo da igreja era destinado a homens pertencentes ao nível inferior da estratificação social, espaço onde para ser enterrado se pagava menos, mas ainda mais do que no adro (REIS, 1991). Tal como a *causa mortis* dos enjeitados, o lugar específico de seu sepultamento também não era declarado pelos padres, quando elaboravam os assentos de óbito.

Todavia, um enterramento destacou-se entre os sepultamentos dos enjeitados: o de Alexandre, exposto em casa de Felix Ferreira, falecido aos 20 de setembro de 1785, com um ano de idade: foi sepultado no solo da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiaí, envolto em hábito de cetim carmesim. O padre redator do documento especifica que o abandonado foi enterrado *"[...] do arco para cima [...]"*; Alexandre foi inumado pelo receptor na melhor forma *ad sanctos apud ecclesiam*; o pequeno desafortunado teve sua última morada em um espaço prestigiado e caro (ASSENTO DE ÓBITO, 1785, fl. 5v).

Nessa esfera, acredito que a atitude do criador de Alexandre, de sepultá-lo no altar-mor, revela indícios de uma mudança de sensibilidade para com a criança e para com o exposto. Talvez, já houvesse vínculos afetivos entre o enjeitado e seus criadores, lembrando que o lugar de enterramento também era um símbolo de distinção, indicando que o receptor de Alexandre estava posicionado no nível superior daquela sociedade, até mesmo porque ele arcou com encomendação do corpo e com a pequena roupa mortuária, um hábito confeccionado em cetim de tonalidade próxima a um vermelho escuro, o carmesim.

Por outro lado, o caso de Caetana, deixada em casa de

Braz da Rocha, representa a localização habitual, onde acredito que, normalmente, as crianças falecidas eram enterradas. A exposta faleceu com seis meses de vida, em 19 de fevereiro de 1789, sendo sepultada na Capela de São Gonçalo, envolta em um pano branco, *"[...] do arco para baixo [...]"*; ou seja, foi inumada em algum ponto do corpo da igreja, já bem mais afastada dos santos (ASSENTO DE ÓBITO, 1789, fl. 12).

ROUPAS DA MORTE E ADVOGADOS CELESTIAIS

As mortalhas das crianças expostas seguiam o mesmo padrão de cores das roupas mortuárias das demais crianças; predominavam entre os enjeitados as cores branca, azul, vermelha, preta e roxa. A cor branca fazia referência ao Santo Sudário e à pureza da alma do pequenino; o azul estava relacionado ao manto de Nossa Senhora, que recebia as crianças no céu; o vermelho era uma menção ao Santíssimo; o preto e o roxo, tonalidades fortes e tristes, estavam ligados à morte e ao luto (RODRIGUES; FRANCO, 2011). Em outras figurações da América portuguesa, como o Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, já havia sinais de mudança quanto à forma de vestir os pequenos defuntos: houve casos de crianças enterradas vestidas com a armadura e o capacete de São Miguel Arcanjo, ou em hábitos de religiosos (REIS, 1997).

Outra recorrência nos assentos de óbito dos expostos da freguesia da Cidade do Natal foi o local do enjeitamento. Dessa forma, observamos que todos os enjeitados presentes nos assentos de óbito constituíram abandonos em domicílio, confirmando o padrão seguido pelos indivíduos da freguesia, explicado anteriormente.

Como já mencionado, a freguesia da Cidade do Natal era uma sociedade composta de indivíduos dependentes entre si, tal como todas as outras formações sociais da América ibérica, do mundo católico ocidental e além. A diminuta proporção da figuração da freguesia, em que os laços de dependência mútua eram diretos e as relações entre as pessoas eram *vis-à-vis*, não significava que o quadro do todo relacional fosse simples: aqueles indivíduos, além de viverem suas relações de tributação recíproca, também estavam interligados às instituições. Por exemplo, "todos" dependiam do Senado da Câmara para resolver os problemas da vida cotidiana, enquanto a Câmara necessitava da população para a arrecadação dos impostos.

Por conseguinte, o todo relacional também estava conectado de forma interdependente à Igreja católica. O saber socialmente construído e adquirido no percurso de vida das pessoas a partir da religião pressionava os indivíduos a praticarem a caridade; reciprocamente, receberiam a absolvição dos pecados. A interdependência entre os moradores da freguesia, tal como em outras figurações do mundo ibérico, transcendia o mundo das coisas físicas, pois os vivos dependiam dos mortos que, por sua vez, também eram seus dependentes.

Tal entrelaçamento entre vivos e mortos pode ser examinado nas aberturas dos testamentos do século XVIII e primeira metade do século XIX: os vivos, envolvidos por uma fantasia coletiva elaborada pela religião católica, acreditavam na existência de uma vida além da sepultura, em que as almas necessitavam de orações e missas para saírem do Purgatório e atingirem a salvação plena, podendo mesmo intervirem no cotidiano dos vivos (ARIÈS, 2012).

Ao mesmo tempo, os vivos, em uma ilusão inconsciente,

acreditavam e esperavam que os mortos fossem seus advogados perante a Corte celestial. Isso explica as muitas missas pagas à Igreja e legadas pelos moribundos em seus testamentos em intenção das almas de parentes, amigos e das milhares de almas que sofriam no Purgatório (TESTAMENTO DE DONA CATARINA PERALTA RANGEL, 1776).

Deixar missas pagas para as almas dos outros foi uma prática ligada aos atos do "bem morrer", algo que era apreendido no dia a dia, assim como ensinado, integrando os vários saberes socialmente adquiridos pelo homem católico ocidental (RODRIGUES, 2005). Em 1769, o Governo Pombalino criou medidas para intervir e tentar mudar os costumes relativos à prática de legar grandes somas às almas, buscando conter as pulsões dos moribundos e suas ansiedades pela própria salvação. Na busca de controlar os exageros no momento de legar missas à própria alma e às almas dos outros, a Coroa portuguesa procurava proteger os herdeiros de carne e osso (SERRÃO; MARQUES, 1986).

Porém, fosse na freguesia da Cidade do Natal, entre os séculos XVIII e XIX, ou em qualquer outra formação social da América portuguesa, as pequenas almas não escapavam de engrossar as fileiras de intercessores no mundo dos mortos (CASCUDO, 1986). Na economia psíquica daqueles indivíduos, os pequenos mortos, inclusive os expostos, se convertiam em anjinhos.

Segundo Venâncio, transformar os pequenos defuntos em anjinhos foi estratégia da Igreja, uma maneira que os padres tiveram para consolar muitos pais e mães que perdiam seus filhos na tenra idade. Vários pregadores católicos afirmavam, com base nas Escrituras, que das crianças era o reino de Deus (VENÂNCIO, 1999). Para Sheila de Castro Faria, "[...] morrer ainda muito jovem, desde que com o batismo, significava aumentar a quantidade de anjinhos. Era

o caminho da salvação. Deus proporcionou seu nascimento, fazendo o mesmo com sua morte” (FARIA, 2010, p. 81).

Ao longo dos anos, o imaginário elaborado pela Igreja de que recém-nascidos ou crianças, quando morriam, convertiam-se em anjinhos, tornou-se não apenas uma fantasia coletiva, fazendo parte da imaginação de homens e mulheres, mas passou a compor a redação dos assentos de óbito e se enraizou na estrutura da personalidade daqueles indivíduos.

Assim, lê-se: “aos quatorze de agosto de mil oitocentos e quatro, faleceu um anjo filho digo sepultado um anjo exposto em casa de Gabriel morador na beira do rio [...]”; menos de dois meses depois, outro enjeitado falecido é qualificado em seu registro de enterramento como um ser celestial; “aos cinco de outubro de mil oitocentos e quatro, sepultado nesta Capela de São Gonçalo um anjo exposto em casa de Francisca Antônia moradora no Uruaçu [...]” (ASSENTOS DE ÓBITO, 1804, fl. s/n). Quando novos termos surgiam na documentação oficial, era sinal de que os aspectos psicogenéticos estavam em perceptível transformação.

em um primeiro momento da prática do abandono, os genitores supostamente desconhecidos e os expostos dependiam dos receptores para recolher, batizar e acolher, elaborando, para isso, as redes informais de assistência. Os receptores dependiam também dos abandonadores e dos expostos para praticarem uma ação pública de caridade. Quando os enjeitados não resistiam e morriam com pouca idade, eram os acolhedores que passavam a depender dos pequenos defuntos e convertiam-se em intercessores no mundo do Além. Talvez inconscientemente, essa dependência que transcendia o mundo físico, fundada em uma fantasia coletiva sobre a morte de crianças, amenizasse psicologicamente os custos materiais com o enterro dos pequenos abandonados.

CONCLUSÃO

Como foi apresentado e discutido, a freguesia da Cidade do Natal correspondeu a uma fração da jurisdição eclesiástica do Bispado de Pernambuco o qual, ainda em princípio do século XVII, estava subordinada ao Bispado na Bahia, demonstrando que a freguesia examinada em devoção à Nossa Senhora da Apresentação fazia parte dos espaços mais antigos de colonização da América portuguesa. Este espaço, entre os séculos XVIII e XIX, trazia em seu território uma população bastante diversa, composta de brancos, negros, índios e pardos, homens, mulheres, livres, escravos e forros, todos assistidos religiosamente por padres, igrejas e capelas.

Enfim, a experiência do abandono de crianças recém-nascidas na freguesia da Cidade do Natal não passou pelo Senado da Câmara. Todavia, passou por diversos indivíduos que compuseram a formação social da freguesia, vários homens e mulheres atuaram como receptores ou padrinhos de enjeitados. Por conseguinte, aqueles indivíduos, conectados uns aos outros, compuseram uma rede de interdependência direta, estabelecendo as ações necessárias para o socorro e a manutenção da vida dos pequenos desafortunados.

Quanto à morte dos pequenos expostos, todos os enjeitados registrados nos documentos de enterramento tinham sido deixados em domicílio, confirmando o perfil do enjeitamento construído a partir dos documentos de batismo. O abandono de recém-nascidos no espaço da freguesia da Cidade do Natal não foi considerado um problema para aquela sociedade nem para Senado da Câmara, ou mesmo para Igreja. No entanto, quando o enjeitado morria, o enterro do pequeno era responsabilidade do receptor: ele quem tinha de arcar com a mortalha, com a encomendação do corpo e com a

sepultura, quando havia o recolhimento de esmolas para custear os serviços, isso significava que a responsabilidade com o enterro era transferida para coletividade.

Ao cabo de tudo, quando faleciam em tenra idade, os recém-nascidos eram inumados em mortalhas de múltiplas cores, mas o branco e o azul eram quase um padrão, representando a pureza dos inocentes. Nem sempre os padres registravam a causa da morte dos pequenos defuntos, bem como o local específico do sepultamento. Na concepção das fantasias coletivas do mundo colonial na América, os pequenos defuntos se constituíam em anjinhos, pondo os vivos sob a dependência de suas intercessões na corte celestial.

REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Pedro Quintana; CABRERA, Manuel Lobo. Expósitos en la isla de la Palma (1673-1757). **Anuario de Estudos Atlánticos.** 2013. p. 809-884. Disponível em: http://anuariosatlanticos.casadecolon.com/index.php/aea/article/viewFile/719/719. Acesso em: 30 out. 2015.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte.** Trad. Luiza Ribeiro. São Paulo: UNESP, 2014.

Assentos de batismo da freguesia da Cidade do Natal,1750-1835 (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquediocese de Natal).

Assentos de óbito da freguesia da Cidade do Natal, 1760-1835 (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquediocese de Natal).

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico [...] Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

CAPILLA, Manuel Vallecillo; ROS, Guillermo Olagüe de. Política demográfica y realidad social en la España del siglo XVIII: la asistencia al niño expósito en Granada (1753-1808). **Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam.** v. 2, p. 211-240, 1982.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Anúbis e outros ensaios:** mitologia e folclore. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE / Achiamé; Natal: UFRN, 1983.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CAVAZZANI, André Luiz M. **Um sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (segunda metade do século XVIII)**. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos** – envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios:** Estado, processo, opinião pública. Trad. Sérgio Benevides, Antônio Carlos dos Santos, João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRANCO, Renato. **A piedade dos outros:** o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII. Rio de Janeiro: FGV (Fundação Getúlio Vargas), 2014.

HUAMÁN, Richard Chuhue. Enterramiento de expósitos y benefactores en la bóveda sepulcral de la iglesia y hospícios de niños huérfanos de Lima. In: HUAMÁN, Richard Chuhue; LUNA, Pieter van Dalen (Org.). **Lima subterránea** – arqueologia histórica: criptas, bóvedas, canales virreinales y republicanos. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2014. p. 101-122.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 53-79.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social do abandono de crianças.** São Paulo: HUCITEC, 1998.

MELO, Sara, CHORÃO, Rui. Espasmos de choro: problema de comportamento? **Nascer e crescer – Revista do hospital de crianças Maria Pia.** v. XIX, n. 1, p. 20-24, 2010. Disponível em: http://repositorio.chporto.pt/bitstream/10400.16/671/1/v19n1artRev.pdf. Acesso em: 08 jan. 2016.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** Natal: UFRN, 2000.

MORENO, José Luis. El delgado hilo de la vida: los niños expósitos de Buenos Aires, 1779-1823. **Revista de Indias**, v. LX, n. 220, p. 664-685, 2000.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia:** elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A sorte dos enjeitados:** o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). 305f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha:** assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). 329f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm. Acesso em: 11 jun. 2015.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. Os enjeitados da Capitania do Rio Grande do Norte. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças:** de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010. p. 233-252.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N. S. da Apresentação** – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. 197f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

Primeiro Livro de Tombo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal, 1725-1890 (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquediocese de Natal).

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil Império:** a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras,

1997. V. 2. p. 95-141.

RODRIGUES, Cláudia. FRANCO, Maria da Conceição Vilela. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary, AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011. p. 157-183.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro – século XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos:** a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: EDUNB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **A circulação de crianças na Europa do sul:** o caso dos expostos do Porto no século XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira. (Dir.), SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Nova história da expansão portuguesa**: o império luso-brasileiro. Lisboa: Estampa, 1986. V. 8.

SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino:** a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus em Porto Alegre (1772-1837). 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

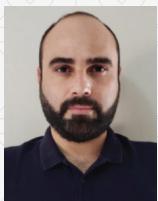
Termos de vereação do Senado da Câmara da Cidade do Natal,

1709-1823 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel, 1776 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas:** assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.

Bruno Balbino Aires da Costa é doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É autor do livro Mossoró não cabe num livro: Luís da Câmara Cascudo, historiador da cidade (2012), coautor do livro Sociedade e educação das relações étnico-raciais (2013). Em parceria com o professor Saul Estevam Fernandes organizou duas coletâneas: História do Rio Grande do Norte: novos temas (2015) e Capítulos de História Intelectual do Rio Grande do Norte (2018). Atualmente, é professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Canguaretama, e professor permanente do Programa de Mestrado em Ensino de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (ProfHistória/UERN).

Saul Estevam Fernandes é graduado e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Autor e organizador de livros sobre a História do Rio Grande do Norte. Atuou como professor na rede pública dos municípios de Natal-RN e Parnamirim- RN, EAJ-UFRN, UERN e IFRN.

A riqueza da obra está em sua diversidade. Os historiadores participantes da coletânea pertencem a tradições historiográficas distintas, além de possuírem diferentes interesses na pesquisa histórica sobre o Rio Grande do Norte. Ao longo da coletânea, verificam-se várias dimensões do campo histórico, tais como: História política, História social, História intelectual, História cultural etc. Percebe-se também uma gama de sujeitos históricos que aparecem nos textos dos historiadores da coletânea. São políticos, intelectuais, religiosos, fotógrafos, recém-nascidos, índios, dentre outros, que povoam as narrativas dos capítulos aqui reunidos. A diversidade da coletânea reside também na análise de diferentes tipologias de fontes que vão desde fotografias aos ditos "documentos oficiais". Por fim, é imperioso destacar a diversidade em relação aos recortes temporais trabalhados pelos estudiosos. Nas páginas da coletânea, o leitor vai do passado remoto ao passado recente do Rio Grande do Norte.

Em síntese, a presente obra reúne o que há de mais atual na produção historiográfica norte-rio-grandense.

ISBN 978-65-86293-31-9
9 786586 293319